

# **REABILITAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL**

O Caso de Quintandona, Penafiel

**LUÍS MANUEL DA SILVA SANTOS**

Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos do grau de  
**MESTRE EM ENGENHARIA CIVIL — ESPECIALIZAÇÃO EM CONSTRUÇÕES**

---

Orientador: Professor Doutor José Manuel Marques Amorim de  
Araújo Faria

JULHO DE 2013

## **MESTRADO INTEGRADO EM ENGENHARIA CIVIL 2012/2013**

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL

Tel. +351-22-508 1901

Fax +351-22-508 1446

✉ [miec@fe.up.pt](mailto:miec@fe.up.pt)

*Editado por*

FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Rua Dr. Roberto Frias

4200-465 PORTO

Portugal

Tel. +351-22-508 1400

Fax +351-22-508 1440

✉ [feup@fe.up.pt](mailto:feup@fe.up.pt)

🌐 <http://www.fe.up.pt>

Reproduções parciais deste documento serão autorizadas na condição que seja mencionado o Autor e feita referência a *Mestrado Integrado em Engenharia Civil - 2012/2013 - Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2013.*

As opiniões e informações incluídas neste documento representam unicamente o ponto de vista do respetivo Autor, não podendo o Editor aceitar qualquer responsabilidade legal ou outra em relação a erros ou omissões que possam existir.

Este documento foi produzido a partir de versão eletrónica fornecida pelo respetivo Autor.

À minha família

*As pessoas comuns pensam apenas como passar o tempo. Uma pessoa inteligente tenta  
usar o tempo.*

*Arthur Schopenhauer*





## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais e ao meu irmão.

Por me terem feito crescer e por estarem sempre comigo!

À minha família.

Por fazerem parte de mim!

A todos os meus amigos em especial àqueles que cresceram comigo.

Pela amizade, pela disponibilidade e por estarem sempre presentes!

Aos meus colegas de curso e em especial ao meu colega/amigo Bruno Silva.

Pela paciência, disponibilidade, apoio e amizade que sempre teve para comigo ao longo do meu percurso!

Ao Prof. Dr. Eng.º José Amorim Faria.

Pelas conversas, apreciações, pela orientação, em suma, pelas suas palavras que tanto me ajudaram!

Ao Sr. Belmiro Barbosa Pereira, presidente da Junta de Freguesia de Lagares, ao Sr. Jorge Melo, sócio e dono da Casa da Viúva, ao Ricardo Soares e à Daniela Sofia.

Por me terem facultado documentação e informação necessária sobre a aldeia de Quintandona!



## **RESUMO**

Este trabalho visa a definição de um conjunto de princípios gerais de intervenção a implementar nos processos de recuperação e reabilitação das aldeias de xisto em Portugal, especificamente direcionados para a aldeia de Quintandona, constituindo assim uma metodologia de boas práticas de intervenção no seu edificado e em todo o seu espaço público. Visa ainda a aplicação da metodologia a um estudo de caso concreto, a Casa da Viúva na aldeia de Quintandona.

Nos dias de hoje, e como se tem verificado ao longo dos últimos anos, o mundo rural e o seu património revelam um maior interesse por parte das entidades nacionais e europeias. O mundo rural é um espaço de pureza, paz e equilíbrio e todo o seu património deve ser protegido e conservado e deve ser utilizado como um verdadeiro fator de desenvolvimento para este tipo de territórios.

A reabilitação surge, então, como uma estratégia fundamental no desenvolvimento rural e na conservação do seu património. O investimento nas aldeias deverá ser cada vez mais visível, nas suas casas e no seu espaço público, de forma a melhorar as condições de vida das suas populações, a haver uma maior dinamização social, defender e salvaguardar o seu património paisagístico, edificado, histórico e cultural, potenciar o turismo e proporcionar o seu desenvolvimento económico e sustentado.

Sendo o autor desta dissertação natural da Freguesia de Lagares, uma aldeia pertencente ao Concelho de Penafiel, teve como preocupação principal escolher um subtema, dentro do tema da reabilitação do património rural, que se identificasse consigo e com as suas raízes e que pudesse ser considerado útil e servisse de exemplo para futuras intervenções no património existente noutras aldeias de xisto em Portugal. Para explorar este tema, foi então escolhida a aldeia preservada de Quintandona, um lugar da Freguesia de Lagares, uma aldeia com uma identidade muito própria, tipicamente em xisto, e em constante crescimento nos últimos anos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reabilitação, conservação, património rural, metodologia, princípios gerais de intervenção.



## **ABSTRACT**

This work aims to define a set of general principles for intervention to implement in the processes of recovery and rehabilitation of schist villages in Portugal, specifically targeted to the village of Quintandona, thus constituting a methodology of good intervention practice in its buildings and all its public space. Also aims at applying the methodology to a case study, the Widow's House (Casa da Viúva) in the village of Quintandona.

Nowadays, as it has been over the past few years, the rural environment and its heritage reveal a greater interest on the part of national and European entities. The rural environment is a place of purity, peace and balance and all its assets must be protected and maintained and should be used as a real development factor for this type of areas.

As such, rehabilitation arises as a key strategy in rural development and conservation of their heritage. Investment in villages should be increasingly visible in their homes and in their public space in order to improve the living conditions of their populations, increase social dynamics, defend and safeguard its natural, built, historic and cultural heritage, boost tourism and provide sustained economic development.

Being the author of this dissertation natural of the Lagares parish, a village belonging to the municipality of Penafiel, had as his main concern to choose a sub-theme within the theme of the rehabilitation of the rural heritage, which could be related to himself and his roots and that could be considered useful and serve as an example for future interventions in existing assets in other shale villages in Portugal. To explore this issue, it was chosen the preserved village of Quintandona, a location in the Lagares parish, a village with an identity of its own, typically abundant in shale, and with steady growth in recent years.

**KEYWORDS:** Rehabilitation, conservation, rural heritage, methodology, general principles of intervention.



## ÍNDICE GERAL

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	i
<b>RESUMO</b> .....	iii
<b>ABSTRACT</b> .....	v

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	1
1.1. OBJETO, ÂMBITO E JUSTIFICAÇÃO .....	1
1.2. METODOLOGIA E OBJETIVOS.....	2
1.3. BASES DO TRABALHO DESENVOLVIDO .....	3
1.4. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	4
<b>2. O MUNDO RURAL</b> .....	5
2.1. INTRODUÇÃO .....	5
2.2. INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE PATRIMÓNIO RURAL .....	6
2.3. IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL.....	7
2.3.1. PAISAGEM .....	8
2.3.2. PRÁTICAS TRADICIONAIS LIGADAS À AGRICULTURA, PECUÁRIA, FLORESTA E PESCA.....	9
2.3.3. PRODUTOS E HÁBITOS ALIMENTARES TRADICIONAIS .....	10
2.3.4. ARTESANATO E PEQUENAS INDÚSTRIAS LOCAIS .....	10
2.3.5. VIDA PRIVADA .....	11
2.3.6. VIDA COLETIVA .....	12
2.3.7. PATRIMÓNIO EDIFICADO .....	13
2.4. MODELOS DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO RURAL.....	14
2.5. DESENVOLVIMENTO LOCAL/RURAL .....	14
2.5.1. DESENVOLVIMENTO LOCAL: MODELO FUNCIONALISTA E TERRITORIALISTA .....	14
2.5.2. POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL.....	15
2.5.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....	17
2.5.4. TURISMO .....	18
2.5.5. INDÚSTRIA .....	21
2.5.6. AGRICULTURA E SILVICULTURA.....	22
2.5.7. PRODUTOS REGIONAIS DE QUALIDADE.....	23
2.5.8. ARTESANATO.....	23

2.5.9. ENERGIAS RENOVÁVEIS .....	23
<b>2.6. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL .....</b>	<b>24</b>
<b>2.7. PLANEAMENTO REGIONAL/MUNICIPAL E PATRIMÓNIO.....</b>	<b>27</b>

### **3. REABILITAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL EDIFICADO - CASOS EMBLEMÁTICOS EM PORTUGAL..... 31**

<b>3.1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>31</b>
<b>3.2. PROGRAMA DAS ALDEIAS HISTÓRICAS (PAH) .....</b>	<b>32</b>
<b>3.3. PROGRAMA DAS ALDEIAS DE XISTO (PAX).....</b>	<b>35</b>
<b>3.4. EXEMPLOS DE RECUPERAÇÃO DE ALDEIAS DE XISTO NO ÂMBITO DO PAH E PAX.....</b>	<b>38</b>
3.4.1. ALDEIA DO PIÓDÃO.....	38
3.4.2. ALDEIA DA CERDEIRA .....	40
3.4.3. ALDEIA DE ÁLVARO .....	41

### **4. O CASO DE QUINTANDONA..... 45**

<b>4.1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>45</b>
<b>4.2. BREVE CARATERIZAÇÃO .....</b>	<b>46</b>
4.2.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E BREVE CARATERIZAÇÃO HISTÓRICA .....	46
4.2.2. O CONCELHO DE PENAFIEL .....	47
4.2.3. POTENCIAL TURÍSTICO DA ALDEIA .....	48
4.2.4. CARATERIZAÇÃO SOCIOLÓGICA E ECONOMIA.....	49
4.2.5. CARATERIZAÇÃO URBANA .....	51
4.2.6. CARATERIZAÇÃO ARQUITETÓNICA .....	52
4.2.7. NOVAS FUNÇÕES E SUSTENTABILIDADE DA ALDEIA .....	55
<b>4.3. O PROJETO DE RECUPERAÇÃO - SÍNTESE.....</b>	<b>61</b>
4.3.1. ASPETOS GERAIS .....	61
4.3.2. IMPACTO DAS INTERVENÇÕES .....	62
4.3.3. GRAU DE SATISFAÇÃO DOS PROMOTORES .....	63

### **5. QUINTANDONA - PRINCÍPIOS GERAIS DE INTERVENÇÃO..... 65**

<b>5.1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>65</b>
<b>5.2. METODOLOGIA DESENVOLVIDA.....</b>	<b>66</b>



<b>5.3. URBANISMO .....</b>	<b>66</b>
5.3.1. CONCEITO URBANÍSTICO .....	66
5.3.2. PROGRAMA URBANÍSTICO PARA A ALDEIA - PRINCÍPIOS GERAIS DE INTERVENÇÃO .....	67
<b>5.4. ARQUITETURA .....</b>	<b>68</b>
5.4.1. CONCEITO ARQUITETÓNICO .....	68
5.4.2. PROGRAMA ARQUITETÓNICO PARA A ALDEIA - PRINCÍPIOS GERAIS DE INTERVENÇÃO.....	69
<b>5.5. CONSTRUÇÃO .....</b>	<b>69</b>
5.5.1. CONCEITO CONSTRUTIVO .....	69
5.5.2. CARATERIZAÇÃO CONSTRUTIVA DOS EDIFÍCIOS DE QUINTANDONA (COMPLEXO AGRÍCOLA).....	70
5.5.3. PROGRAMA CONSTRUTIVO PARA A ALDEIA - PRINCÍPIOS GERAIS DE INTERVENÇÃO.....	77
<b>5.6. SUSTENTABILIDADE .....</b>	<b>82</b>
5.6.1. CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE.....	82
5.6.2. PROGRAMA SUSTENTÁVEL PARA A ALDEIA - PRINCÍPIOS GERAIS DE INTERVENÇÃO.....	84
 <b>6. ESTUDO DE CASO - HOTEL RURAL *** .....</b>	 <b>87</b>
6.1. INTRODUÇÃO .....	87
6.2. INTEGRAÇÃO NA ALDEIA E PLANTAS GERAIS .....	88
6.3. CARATERIZAÇÃO DA PRÉ-EXISTÊNCIA.....	92
6.3.1. RESENHA HISTÓRICA.....	92
6.3.2. ÁREAS.....	93
6.3.3. INTEGRAÇÃO URBANÍSTICA .....	93
6.3.4. CARATERIZAÇÃO ARQUITETÓNICA .....	93
6.3.5. CARATERIZAÇÃO CONSTRUTIVA .....	94
6.4. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO PARA A CASA DA VIÚVA .....	100
6.5. MATERIAIS E SISTEMAS CONSTRUTIVOS - RECOMENDAÇÕES .....	103
6.5.1. A CASA .....	103
6.5.2. ESPAÇOS EXTERIORES.....	108
6.5.3. OUTRAS CONSTRUÇÕES.....	108
<b>6.6. OUTRAS RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>108</b>
6.6.1. INTEGRAÇÃO URBANÍSTICA E ARRANJOS EXTERIORES .....	108
6.6.2. ARQUITETURA.....	109
6.6.3. SUSTENTABILIDADE.....	109

<b>7. CONCLUSÃO</b>	111
7.1. LIÇÕES A RETIRAR DESTE ESTUDO	111
7.2. DESENVOLVIMENTOS FUTUROS	112
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	113
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	116
<b>ANEXOS</b>	119

## ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 2.1 - Espigueiros de Parada de Aguiar .....	6
Fig. 2.2 - Paisagem rural florestal e agrícola .....	8
Fig. 2.3 - Paisagem agrícola .....	9
Fig. 2.4 - Produtos alimentares tradicionais .....	10
Fig. 2.5 - Produtos artesanais .....	11
Fig. 2.6 - Atividades tradicionais .....	12
Fig. 2.7 - Património rural edificado .....	13
Fig. 2.8 - Exemplo de uma estratégia local de desenvolvimento multifinanciada .....	16
Fig. 2.9 - Casa Valxisto (Casa de Campo na aldeia de Quintandona) .....	20
Fig. 2.10 - As dimensões do turismo sustentável .....	21
Fig. 2.11 - Energia eólica - aerogeradores e moinhos de vento .....	24
Fig. 2.12 - Visão para o Turismo do Norte de Portugal.....	27
Fig. 2.13 - A nova visão de planeamento do território .....	28
Fig. 3.1 - Programa de recuperação das Aldeias Históricas - 1987 .....	33
Fig. 3.2 - Programa de recuperação das Aldeias Históricas - 2003 .....	34
Fig. 3.3 - As Aldeias de Xisto do Pinhal Interior.....	37
Fig. 3.4 - Localização geográfica do município de Arganil e da freguesia do Piódão .....	38
Fig. 3.5 - Aldeia do Piódão .....	38
Fig. 3.6 - Ortofotomapa de Piódão e identificação do património e intervenções realizadas.....	39
Fig. 3.7 - Localização geográfica da Cerdeira na serra da Lousã (Região Centro de Portugal) .....	40
Fig. 3.8 - Aldeia da Cerdeira .....	40
Fig. 3.9 - Ortofotomapa da Cerdeira e identificação das intervenções realizadas .....	41
Fig. 3.10 - Posição da freguesia de Álvaro no concelho de Oleiros (Região Centro de Portugal) .....	42
Fig. 3.11 - Aldeia de Álvaro e rio Zêzere.....	42
Fig. 3.12 - Localização das ações de intervenção .....	43
Fig. 4.1 - Aldeia Rural Preservada de Quintandona - vista geral.....	46
Fig. 4.2 - Entrada na aldeia de Quintandona .....	47
Fig. 4.3 - Localização geográfica do município de Penafiel e da aldeia de Quintandona .....	48
Fig. 4.4 - Capela de S. João Batista e Nossa Senhora da Conceição; Cruzeiro; Lavadouro/Tanque e Fontanário .....	49
Fig. 4.5 - Pirâmide etária de Quintandona .....	50
Fig. 4.6 - Mapa da aldeia de Quintandona - 6ª edição da Festa do Caldo, em 2012.....	51

Fig. 4.7 - Vista aérea da aldeia de Quintandona .....	52
Fig. 4.8 - Materiais de construção utilizados em Quintandona .....	53
Fig. 4.9 - Cozinha tradicional e forno de cozer pão .....	54
Fig. 4.10 - Planta de implantação do complexo agrícola de Quintandona.....	54
Fig. 4.11 - Espigueiro em madeira, retangular e Moinho de cereal .....	55
Fig. 4.12 - Centro Cultural - Casa do Xiné .....	57
Fig. 4.13 - Máscaras usadas pelo grupo de teatro como DE antes .....	58
Fig. 4.14 - Casa do Agueiro - Turismo Rural.....	59
Fig. 4.15 - Casa Valxisto - Turismo Rural.....	59
Fig. 4.16 - Cartaz da Festa do Caldo de Quintandona de 2012.....	60
Fig. 6.1 - Vista exterior da entrada principal da Casa da Viúva, pela Rua de Quintandona .....	87
Fig. 6.2 - Casa da Viúva no contexto da aldeia.....	88
Fig. 6.3 - Casa da Viúva: limites do terreno - planta topográfica (S/ Escala).....	89
Fig. 6.4 - Casa da Viúva - construções existentes .....	90
Fig. 6.5 - Conjunto edificado fechado de forma retangular, composto pela casa e pelo estábulo formando um pátio no meio .....	91
Fig. 6.6 - Conjunto edificado destinado ao armazenamento e transformação de cereais e outros produtos agrícolas, formado pelo palheiro, pela eira e pelo espigueiro .....	91
Fig. 6.7 - Entrada principal da casa - data de construção na padieira .....	92
Fig. 6.8 - Proposta - projeto de Arquitetura do Hotel Rural .....	101
Fig. 6.9 - Planta do piso 0 - projeto de Arquitetura do Hotel Rural .....	102
Fig. 6.10 - Planta do piso 1 - projeto de Arquitetura do Hotel Rural .....	103

## **ÍNDICE DE QUADROS**

Quadro 6.1 - Programa de Áreas baseado no Estudo Prévio Existente (valores aproximados).....	93
Quadro 6.2 - Programa de Áreas baseado no Projeto de Arquitetura do Hotel Rural (valores aproximados).....	101



## **SÍMBOLOS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS**

Ader-Sousa - Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa

ADTAHP - Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal

ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto

AIBT - Ação Integrada de Base Territorial

AIBT-PI - Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior

BTT - Bicicleta Todo o Terreno

CCDRC - Comissão Coordenadora e Desenvolvimento da Região Centro

CCDRN - Comissão Coordenadora e Desenvolvimento da Região Norte

CIB - International Council for Research and Innovation in Building and Construction

DGADR - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

DOP - Denominação de Origem Protegida

ELD - Estratégia Local de Desenvolvimento

ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais

ETG - Especialidade Tradicional Garantida

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

GAL - Grupo de Ação Local

IGP - Indicação Geográfica Protegida

INE - Instituto Nacional de Estatística

LEADER - Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural

Medida Agris - Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural

PAC - Política Agrícola Comum

PAH - Programa das Aldeias Históricas

PAX - Programa das Aldeias do Xisto

PDM - Plano Diretor Municipal

PDTVd - Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro

PENDR - Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural

PNPOT - Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

PORC - Programa Operacional da Região Centro

PP - Planos de Pormenor

PPDR - Programa do Potencial de Desenvolvimento Regional

ProDeR - Programa de Desenvolvimento Rural

PROT - Plano Regional de Ordenamento de Território

PROVERE - Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos

QCA - Quadro Comunitário de Apoio

RAH - Rede das Aldeias Históricas

RAX - Rede de Aldeias do Xisto

RSU - Resíduos Sólidos Urbanos

TER - Turismo em Espaço Rural



# 1

## INTRODUÇÃO

### 1.1. OBJETO, ÂMBITO E JUSTIFICAÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de estudo, definir um conjunto de princípios gerais de intervenção a implementar nos processos de recuperação e reabilitação das aldeias de xisto em Portugal, tendo como base de estudo o caso da aldeia de Quintandona, na Freguesia de Lagares, Concelho de Penafiel.

As aldeias têm vindo a perder população de uma forma muito significativa ao longo das últimas décadas e as que melhor vão resistindo são as que têm a população mais envelhecida. A população emigra para as cidades com o intuito de melhorar a sua qualidade de vida, procurando emprego que lhes assegure rendimentos atrativos visto que a agricultura, sendo a principal atividade do meio rural, não é atrativa para os jovens e consequentemente remunera mal os seus trabalhadores.

A reabilitação do património rural surge então como uma estratégia fundamental que visa melhorar as condições de vida das populações, proporcionar uma maior dinamização social, defender e salvaguardar o património paisagístico, edificado, histórico e cultural, potenciar o turismo e proporcionar o desenvolvimento económico sustentado das áreas rurais. Ou seja, nos próximos anos, as zonas rurais enfrentarão desafios especiais em matéria de crescimento, emprego e desenvolvimento sustentável como, também, irão oferecer novas oportunidades relacionadas com o potencial de crescimento em novos sectores, o fornecimento de estruturas de acolhimento e de turismo, o seu atrativo como local para viver e trabalhar podendo ainda usufruir dos seus recursos naturais e das suas belas paisagens.

Neste sentido, o tema do património em meio rural está agora no centro de grandes atenções e preocupações para o futuro das áreas rurais de forma a atenuar, e se possível inverter, os problemas que ainda persistem e vão configurando o mundo rural, que ao longo das últimas décadas tem sido secundarizado em termos de prioridades de investimento. Como escreveu Yves Champetier: “quer seja natural ou cultural, paisagístico ou arquitetónico, histórico ou artístico, o rico património dos territórios rurais europeus representa, efetivamente, um recurso a valorizar e a colocar ao serviço de um novo desenvolvimento” [1].

Têm sido vários os exemplos de programas e projetos de desenvolvimento, elaborados, geridos e implementados por GAL (Grupos de Ação Local) que, com diversas parcerias, têm atuado a favor do património decidindo o rumo e o conteúdo da ELD (Estratégia Local de Desenvolvimento) que consideram como a mais adequada para o território em que se inserem e tomando a decisão relativamente aos diferentes projetos a financiar de acordo com a verba disponibilizada para cada uma dessas estratégias. De facto, a reabilitação tem tido grande repercussão a nível global e, sendo um

objetivo cada vez mais real e urgente, será o futuro da construção civil em Portugal, tal como se tem verificado noutros países.

“Aqui, são aldeias que se renovam, valorizando a sua beleza arquitetónica e melhorando os serviços às populações; ali, são edifícios abandonados que se restauram, para albergar uma nova clientela turística à procura de autenticidade ou para acolher atividades de vanguarda; acolá, são as festas tradicionais que se fazem reviver ou novas festas que se inventam, para uma melhor distração e reforço dos laços entre as populações mas também para valorizar uma identidade renovada, permitindo-lhes uma projeção no futuro” [1].

Não obstante, a intervenção de reabilitação no património rural é uma tarefa bastante complexa e com diversas condicionantes e particularidades devido à pré-existência desse mesmo património, em que a ideia é preservar a Arquitetura Popular Portuguesa de forma a manter a identidade, a individualidade e a memória dos lugares. Esta dissertação procura assim abranger todos estes problemas, através de um conjunto de princípios orientadores para futuras intervenções na aldeia de Quintandona, como caso de estudo, que pode ser extrapolado e adaptado para outras aldeias semelhantes do nosso país, mais propriamente para aldeias do Norte e Centro de Portugal correntemente designadas por “casas de xisto”. Para aplicação da metodologia, apresentada no capítulo 5, foi utilizada a Casa da Viúva, na aldeia de Quintandona, com o intuito de, através do estudo de um possível projeto de reabilitação desta casa, aplicar de forma prática e concreta princípios orientadores de carácter geral aplicáveis ao caso de Quintandona ou de aldeias semelhantes na configuração e dimensão.

A reabilitação do património dos meios rurais surge como representando uma nova geração de estratégias e políticas de desenvolvimento para este tipo de territórios de forma a haver uma maior complementaridade entre o meio rural e o urbano. Surge como uma reação ao desenraizamento causado pela aceleração da vida moderna, pela desertificação dos campos e pelo ritmo de desaparecimento dos modos de vida tradicionais funcionando assim, o património, como uma forma de reanimar o presente dando-lhe uma nova vida e atribuindo-lhe novas funções fazendo renascer todos os valores que lhe são reconhecidos e que outrora geravam valor acrescentado na vida das populações. A reabilitação será uma das áreas com maior importância para o futuro da Engenharia Civil pelo que conservar o que de melhor o mundo rural nos oferece é uma das preocupações e motivações para o autor desta dissertação que, desde logo, mostrou grande interesse no desenvolvimento deste tema aliado ao facto de viver na Freguesia de Lagares, Concelho de Penafiel, desde que nasceu.

## **1.2. METODOLOGIA E OBJETIVOS**

O principal objetivo deste trabalho é a definição de um conjunto de princípios gerais de intervenção na reabilitação das aldeias de xisto em Portugal, especificamente direcionados para a aldeia de Quintandona, constituindo assim uma metodologia de boas práticas de intervenção no seu edificado e em todo o seu espaço público. Posteriormente, é feita a aplicação desta metodologia a um caso de estudo concreto, a Casa da Viúva na aldeia de Quintandona. São ainda objetivos deste trabalho proceder ao enquadramento teórico do mundo rural e de alguns casos emblemáticos de reabilitação do património rural edificado em Portugal e um estudo mais detalhado sobre a aldeia de Quintandona.

O principal objetivo deste trabalho é assim o de ilustrar a metodologia de intervenção de reabilitação no património rural da aldeia de Quintandona, ao nível de quatro grandes áreas, como o Urbanismo, a Arquitetura, a Construção e a Sustentabilidade, mas preferencialmente desenvolvida no aspeto relacionado com a Construção, tema em que o autor desta dissertação se sente mais à vontade. Este

trabalho é realizado na ótica da promoção do projeto, não se incluindo as metodologias relacionadas com o projeto de reabilitação. Para tal é introduzido e analisado um estudo de caso para que se possa evidenciar essa mesma metodologia e fazer uma avaliação geral sugerindo algumas ideias de melhoria para uma futura intervenção.

A metodologia seguida durante este trabalho, onde são desenvolvidos alguns princípios de intervenção, assenta numa descrição pormenorizada dos trabalhos realizados e apoiados por registos fotográficos, aquando da intervenção de reabilitação na aldeia de Quintandona, ao nível do Urbanismo, da Arquitetura, da Construção e da Sustentabilidade. Relativamente ao tema da Construção, mais desenvolvido neste trabalho, é efetuado um estudo mais aprofundado dos sistemas construtivos e dos seus materiais constituintes e feito um levantamento histórico de modo a compreender melhor o seu estado atual para, posteriormente, ser elaborado um conjunto de princípios de intervenção no edificado de forma a servir de exemplo em futuras recuperações do edificado na referida aldeia e noutras aldeias de xisto em Portugal.

### **1.3. BASES DO TRABALHO DESENVOLVIDO**

Para o desenvolvimento do capítulo 2, recorreu-se a um vasto conjunto de livros, diversos trabalhos, dissertações de mestrado e doutoramento, atas de congressos, revistas e a publicações da Comissão Europeia, bem como ao respetivo site. Todos os trabalhos pesquisados tinham como temas centrais, a geografia, sociologia, economia e política, planeamento, ordenamento e gestão do território.

O capítulo 3 foi elaborado com recurso a publicações da Comissão de Coordenação da Região Centro, a trabalhos de investigação e a diversas teses de mestrado e doutoramento sobre a reabilitação das aldeias no interior de Portugal. Foram ainda consultados os *websites* das Aldeias Históricas e de Xisto de Portugal.

Todo o estudo e conhecimento que envolveu a aldeia de Quintandona para o capítulo 4, foi baseado num conjunto de informações obtidas junto da Junta de Freguesia de Lagares e através de um trabalho de campo.

A metodologia de intervenção de reabilitação elaborada no capítulo 5 foi compilada através de um vasto trabalho de campo por observação direta, através de um levantamento fotográfico geral e de pormenor, e de informações obtidas em conversas com os proprietários de algumas casas. Foi ainda baseada na consulta do Manual de Apoio ao Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos, da Ordem dos Engenheiros da Região Norte, elaborado pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto [54].

O estudo de caso, abordado no capítulo 6, onde é evidenciada a metodologia num edifício a reabilitar futuramente, foi desenvolvido através de uma análise ao projeto de arquitetura elaborado por um gabinete de Arquitetos de Queluz e através de algumas opiniões pessoais do autor desta dissertação. A realização deste capítulo foi assim possível devido ao levantamento da pré-existência do edifício, ao nível da sua integração urbanística, arquitetónica e construtiva, efetuado através de informação recolhida em campo por observação direta e de levantamentos topográficos e fotográficos gerais e de pormenor.

Toda a documentação consultada para a realização destes capítulos encontra-se nas referências bibliográficas e na bibliografia desta dissertação.

#### **1.4. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO**

A presente dissertação está organizada em sete capítulos. Neste primeiro capítulo é feita a introdução e o enquadramento do trabalho realizado, bem como as motivações que levaram ao seu desenvolvimento. É apresentado o objeto de estudo, o seu âmbito e justificação, a metodologia seguida ao longo da dissertação e os seus objetivos, assim como as bases de trabalho seguidas no seu desenvolvimento e, por fim, é apresentada a respetiva organização por capítulos.

No capítulo 2, refere-se o enquadramento do mundo rural, destacando o seu património e os diversos objetivos estratégicos para o desenvolvimento rural.

No capítulo 3, apresentam-se alguns casos de reabilitação do património rural edificado em Portugal, focando-se essencialmente nos dois casos mais emblemáticos, como são o caso do PAH (Programa das Aldeias Históricas) e o PAX (Programa das Aldeias de Xisto). É feita uma descrição desses dois programas e são mencionados os seus objetivos e as suas linhas de ação e, de forma resumida, são referenciados três exemplos de recuperação de aldeias de xisto, no âmbito desses programas.

No capítulo 4 apresenta-se a aldeia de Quintandona, bem como a intervenção de reabilitação nela efetuada. É feita a descrição e uma caracterização mais elaborada desta aldeia visto ser o tema central e o caso em estudo ao longo desta dissertação. Por fim, é feita uma síntese do projeto de recuperação da aldeia e do impacto e grau de satisfação dos promotores.

O capítulo 5 propõe uma metodologia a seguir em intervenções de reabilitação na aldeia de Quintandona e possivelmente noutras aldeias de xisto em Portugal. São assim demonstrados alguns princípios gerais de intervenção para a aldeia de Quintandona, de acordo com os trabalhos anteriormente realizados, ao nível de quatro aspetos fundamentais que se consideraram ser o Urbanismo, a Arquitetura, a Construção e a Sustentabilidade da aldeia.

No capítulo 6 é aplicada a metodologia referida a um caso de estudo relacionado com um edifício específico de Quintandona a reabilitar brevemente, para testar a sua adaptabilidade e viabilidade. Este caso de estudo centra-se numa possível futura intervenção de reabilitação de uma casa da aldeia de Quintandona onde, inicialmente, é feita a integração e a caracterização da sua pré-existência e apresentado um possível programa de intervenção, assim como a aplicação da mencionada metodologia, com as respetivas recomendações.

Finalmente, no capítulo 7, apresentam-se as principais conclusões que foi possível retirar deste estudo e são referidos alguns desenvolvimentos que podem ser explorados em futuros trabalhos de natureza similar.

# 2

## O MUNDO RURAL

### 2.1. INTRODUÇÃO

As áreas rurais ocupam uma vasta extensão no território português, representam cerca de 82% do território nacional e nelas residem quase 32% da população. Estas áreas apresentam fortes debilidades, demográficas, económicas, infraestruturais e de fornecimentos de serviços, mas também apresentam fortes potencialidades como a grande variedade de recursos endógenos naturais, humanos e culturais disponíveis, o ambiente preservado, vida saudável e a constante procura de qualidade.

Diversos autores definem o conceito de espaço rural com diferentes visões. Paulo Pedroso [2] define o espaço rural como sendo um espaço com baixas densidades populacionais, com diversas formas de povoamento, com amplas paisagens de reduzida construção, em que a sua economia é dependente da exploração dos recursos naturais existentes. Refere ainda que o seu modo de vida é centrado na intensidade das relações locais baseadas no interconhecimento e na ligação à natureza como fatores de identidade coletiva e de produção alternativa aos meios urbanos.

Para Varela [3], o espaço rural não engloba apenas a noção geográfica mas também todo o tecido económico e social, compreendendo um conjunto de atividades que nele têm lugar e, tal como afirma Luís Cunha [4], também engloba os conceitos ligados à preservação da natureza e da paisagem, à manutenção da arquitetura típica local e à convivência com a cultura e as tradições próprias do ruralismo.

Para João Ferrão [5] o mundo rural é caracterizado por uma baixa densidade, não só física, associada ao despovoamento intenso que caracteriza estas áreas, principalmente as marginais, que suscitam menos interesse aos cidadãos. Historicamente possui como atividade económica dominante a agricultura em que a principal função é a produção de alimentos e caracteriza-se por um “grupo social de referência, a família camponesa, com modos de vida, valores e comportamentos próprios, e um tipo de paisagem que reflete a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de atividades humanas desenvolvidas”.

Ainda para o mesmo autor, a partir dos anos 80 do século XX, assiste-se a uma nova invenção da realidade, o mundo rural não agrícola. Com isto, a principal função do mundo rural deixou de ser a atividade agrícola mas passou a ter uma nova função construída sociavelmente a partir da ideia de património, que assenta na renaturalização, centrado na conservação e proteção da natureza; na procura de autenticidade, que leva a encarar a conservação e proteção dos patrimónios históricos e culturais como uma ação fundamental; na mercantilização das paisagens, como resposta à rápida expansão de novas práticas de consumo decorrentes do aumento dos tempos livres [5].

Como foi dito no início, as áreas rurais apresentam vários problemas mas ao mesmo tempo diversas potencialidades a serem exploradas. Os problemas associados são a perda e o envelhecimento da população, o baixo nível de qualificação dos recursos humanos, a falta de emprego não-agrícola, o abandono das terras agrícolas, a carência de equipamentos sociais, culturais, recreativos e de serviços de proximidade, a insuficiência das redes de transporte e o baixo poder de compra. As potencialidades que estas áreas apresentam dizem respeito ao património histórico, arqueológico, natural e paisagístico rico e diversificado, aos baixos níveis de poluição e, de um modo geral, ao elevado grau de preservação ambiental, à tendência para melhoria das infraestruturas coletivas e equipamentos sociais e da rede de acessibilidades, e à existência de um saber-fazer tradicional que, muitas vezes, valoriza os recursos naturais da região. Os recursos endógenos naturais e humanos que as áreas rurais apresentam surgem assim como uma das potencialidades a considerar para promover o desenvolvimento rural.

É neste sentido que surge o tema da reabilitação do património edificado, de forma a resolver alguns destes problemas, aproveitando assim as diversas potencialidades associadas ao mundo rural.

## 2.2. INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE PATRIMÓNIO RURAL

O mundo rural, constituído por elementos materiais (Fig. 2.1) e imateriais, possui um património edificado, cultural, natural e paisagístico de grande abundância e extrema importância que deve ser preservado. A palavra "Património" está intimamente ligada à palavra herança e deve ser transmitida às gerações futuras com o intuito de ser preservado e valorizado, ou seja, "o património é a nossa herança do passado, com que vivemos hoje, e que passamos às gerações vindouras" [6].

Saber reconhecer o valor do passado, preservar e valorizar o património rural, dar a conhece-lo, torná-lo acessível e comum às suas populações rurais para que nele possam participar ativamente e conscientemente, surge como um tema indispensável e de enorme relevância estratégica no desenvolvimento do território e das suas populações. Melhorar as condições e a qualidade de vida das pessoas, conservar e reabilitar o seu território, reconstruir as suas memórias e identidades e integrar todos estes valores no caminho da valorização turística são assim estratégias e intervenções possíveis com a integração do património nos processos de desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios e das populações. "A valorização do património e das paisagens de elevado valor cultural (...) pode desempenhar um papel destacado na preservação e ativação das memórias e identidades (...)" [7].



Fig. 2.1 - Espigueiros de Parada de Aguiar

Esta tarefa não é apenas da responsabilidade das instituições oficiais e das entidades privadas ligadas ao sector, mas também das populações que deverão participar ativamente nas atividades relacionadas com a valorização do património existente no seu território.

### 2.3. IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL

De acordo com o Guia de Observação do Património Rural [8] publicado pela DGADR (Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural), os nossos territórios rurais são abrangidos por diferentes tipos de património rural, como sendo, a paisagem, o património edificado, as práticas tradicionais ligadas à agricultura, pecuária, floresta e pesca, os produtos e hábitos alimentares tradicionais, o artesanato e pequenas indústrias locais tradicionais e a vida privada e coletiva.

Não faz muito tempo em que o património rural era entendido como integrando apenas os edifícios associados à exploração agrícola, os lavadouros, moinhos ou espigueiros. Hoje em dia, este conceito é bem mais abrangente e compreende simultaneamente os elementos materiais e imateriais que testemunham as relações que uma comunidade estabeleceu no decurso da história com o território em que está inserida [8].

O **património material**, pode ser entendido de diversas formas:

- ✓ As paisagens, frequentemente modificadas com o decorrer dos tempos pelas populações rurais que vivem da terra, explorando os recursos da natureza;
- ✓ Os bens imóveis, que tanto podem ser as construções da exploração agrícola como os ligados ao artesanato, à indústria, ao lazer ou à vida coletiva, podendo testemunhar atividades locais específicas ou, simplesmente, um estilo arquitetónico;
- ✓ Os bens móveis, dos quais se salientam os de uso doméstico (por exemplo o mobiliário de estilos regionais), os religiosos (mobiliário das igrejas, capelas) ou os festivos (símbolos ou ícones rurais ou corporativos);
- ✓ Os produtos, de origem vegetal ou animal, que resultam duma adaptação às condições locais às tradições culturais, assim como da sua preparação e transformação; são exemplos de produtos deste tipo, as variedades vegetais (plantas, frutos, legumes, etc.), as raças autóctones e os produtos transformados (vinhos, queijos, produtos de charcutaria, etc.).

O **património imaterial** é composto por um conjunto de bens que, por vezes, são indissociáveis do património material, tais como:

- ✓ As técnicas e os “saberes-fazer” que contribuem para a criação das paisagens, a construção de casas, o fabrico de mobiliário, a transformação de produtos da terra;
- ✓ Os dialetos locais, as músicas, a literatura oral proveniente de tradições não escritas, são formas de expressão que testemunham um sistema identitário presente no território. Incluem-se aqui os contos e lendas que dão importância aos indivíduos ou aos sítios que fazem parte da história local, bem como os nomes dos locais (toponímia) que refletem usos ou representações particulares;
- ✓ Os meios de sociabilidade e as formas particulares de organização social como os hábitos e costumes e as festas (de calendário, agrícolas, etc.).

O tema a ser explorado pelo autor ao longo desta dissertação incide no património rural edificado mas, de uma forma superficial, é feita uma abordagem dos outros tipos de património rural abrangidos pelos nossos territórios.

### 2.3.1. PAISAGEM

A Convenção Europeia da Paisagem, assinada por Portugal e pelos restantes membros do Conselho da Europa, em Outubro de 2000, reconhece a paisagem como uma componente básica do património cultural e natural, desempenhando importantes funções na construção das culturas locais, na consolidação da identidade europeia, sendo também um elemento fundamental na qualidade de vida das populações. As paisagens, pela sua simplicidade e originalidade, contribuem para a identidade local dando a refletir a história e a interação entre o homem e a natureza e a sua proteção e valorização contribuem para um desenvolvimento de forma sustentada (Fig. 2.2).

Também considera que a evolução das técnicas de produção agrícola, florestal, industrial e mineira e das técnicas nos domínios do ordenamento do território, do urbanismo, dos transportes, das infraestruturas, do turismo e lazer e, de um modo mais geral, as alterações na economia mundial, estão, em muitos casos, a acelerar a transformação das paisagens e que estas constituem um elemento-chave do bem-estar individual e social e que a sua proteção, gestão e ordenamento implicam direitos e responsabilidades para cada cidadão.



Fig. 2.2 - Paisagem rural florestal e agrícola

As paisagens rurais são estruturadas, em termos de organização do seu espaço, pelos seguintes elementos:

- ✓ Espaço cultivado (terra arável, socalcos, sebes, cortinas de abrigo, muros, disposição das parcelas, caminhos, etc.);
- ✓ Prados e pastagens (áreas utilizadas e sua delimitação, abrigos para o gado, etc.);
- ✓ Floresta (espécies florestais dominantes, formas de condução e exploração, tipos de proprietários, existência de parques naturais, etc.);
- ✓ Espaço aquático (rios, ribeiras, riachos, albufeiras, salinas, etc.);
- ✓ Tipos de povoamento (concentrado ou disperso).



A paisagem rural pode ainda ser definida em função de aspetos ligados à orografia do território (serras, planaltos, planícies, vales, lezírias, etc.), à estrutura fundiária (minifúndio/latifúndio) e às atividades que nele se desenvolvem. Por fim, pode também ser definida tendo em conta os seus principais "marcos", constituídos pelas diversas estruturas, edifícios ou outros elementos que pela sua singularidade sobressaem no território:

- ✓ Campanários, torres de vigia, cruzeiros, calvários, marcos geodésicos, etc.;
- ✓ Vias de comunicação (vias terrestres, fluviais e férreas);
- ✓ Aquedutos, pontes, fontanários, etc.;
- ✓ Árvores seculares, sebes e bordaduras, espigueiros, etc..

### 2.3.2. PRÁTICAS TRADICIONAIS LIGADAS À AGRICULTURA, PECUÁRIA, FLORESTA E PESCA

#### a) Práticas agrícolas tradicionais

Trata-se de todos os meios usados pelo homem para desbravar a terra, cultivá-la e tirar dela o melhor rendimento, tais como: a tração animal, o equipamento e as alfaías agrícolas, as técnicas culturais, a preservação da variabilidade genética e a organização do trabalho, como se visualiza na figura 2.3.

#### b) Práticas pecuárias tradicionais

Consiste no conjunto das atividades pecuárias praticadas no território e da utilização das técnicas mais adequadas: as espécies e raças de animais, as técnicas de manejo e de produção e os ofícios tradicionais correlacionados.

#### c) Práticas florestais tradicionais

Caracteriza-se pelos principais aspetos da atividade silvícola, designadamente, produtos, subprodutos, técnicas de gestão e exploração florestal, transformação e utilização, formas e circuitos de comercialização, bem como os principais ofícios tradicionais correlacionados.

#### d) Pesca tradicional e aquacultura

Diz respeito às espécies, os tipos de pesca, costeira e de água doce, as técnicas e artes de pesca, a criação de peixes, crustáceos, bivalves, etc..



Fig. 2.3 - Paisagem agrícola

### 2.3.3. PRODUTOS E HÁBITOS ALIMENTARES TRADICIONAIS

A grande variedade de produtos existentes num determinado território, conduziu, inevitavelmente, à criação de hábitos na dieta alimentar que se revestem, muitas vezes, de tipicidade a nível local, dando igualmente lugar a uma gama alargada de receitas culinárias e a processos de confeção tradicionais. Todos estes “saberes-fazer” constituem um património local e regional de inegável valor (Fig. 2.4).

#### **a) Produtos com identidade local**

Trata-se de produtos regionais tradicionais de elevado valor identitário, alguns deles em vias de extinção, que, regra geral, ganharam notoriedade a partir de práticas provenientes do meio familiar. Pela sua importância, parte significativa destes produtos têm sido apoiados e reconhecidos através de medidas de política direccionadas para a sua valorização (DOP, IGP, ETG, etc.).

#### **b) Hábitos alimentares e receitas tradicionais**

As práticas alimentares tradicionais, que importa preservar e valorizar, são fruto de uma relação estreita entre o agricultor, a gastronomia e a culinária e devem inserir-se no quadro de uma política de desenvolvimento rural, assumindo-se como autêntico património local e instrumento de revitalização do espaço rural.

Estas temáticas, ao refletirem o modo de vida das populações e a sua adaptação aos produtos locais, constituem um verdadeiro património a estudar e preservar. De facto, cada território pela sua diversidade, quer ao nível das condições edafo-climáticas, quer pelos usos e costumes e práticas e “saberes-fazer” ancestrais, propicia uma indiscutível riqueza ao nível da gastronomia e do receituário tradicional.



Fig. 2.4 - Produtos alimentares tradicionais

### 2.3.4. ARTESANATO E PEQUENAS INDÚSTRIAS LOCAIS

Os ofícios tradicionais sejam eles de carácter artesanal ou relacionados com as pequenas indústrias locais, estão intimamente ligados com o agricultor e com a vida rural.

#### **a) Artesanato e “saberes-fazer”**

Está ligado à natureza dos ofícios, “saberes-fazer” tradicionais e à origem/evolução e importância no território. Entende-se por “atividade artesanal” a atividade económica, de reconhecido valor cultural e social, que assenta na produção, restauro ou reparação de bens de valor artístico ou utilitário, de raiz

tradicional ou contemporânea, bem como na produção e preparação de bens alimentares (Fig. 2.5). Este tipo de atividade deve caracterizar-se pela fidelidade aos processos tradicionais, em que a intervenção pessoal constitui um fator predominante e o produto final é de fabrico individualizado e genuíno.

#### **b) Pequenas indústrias locais tradicionais**

Estas pequenas indústrias locais, geralmente desenvolvidas por microempresas, integram “saberes-fazer” tradicionais embora a produção não tenha carácter artesanal. Se bem que os produtos sejam frequentemente obtidos a partir de matérias-primas endógenas, a atividade pode revestir o carácter de produção em série.

As pequenas indústrias locais representam frequentemente um incontornável valor para a dinamização socioeconómica do território. Muitos dos produtos e “saberes-fazer” tradicionais, estão na base destas pequenas unidades locais.



Fig. 2.5 - Produtos artesanais

#### **2.3.5. VIDA PRIVADA**

A vida privada abrange a organização e sociabilidade da família, ou seja, as relações entre familiares e/ou do indivíduo com a vizinhança.

##### **a) Memória familiar**

A memória familiar inclui o espaço privado (casa, horta, jardim, etc.) e os objetos que testemunham a história da família (mobiliário, vestuário, fotografias, etc.). Contempla ainda a relação entre familiares, as suas reuniões e o seu espírito de entreajuda.

##### **b) Sociabilidade**

Trata-se das relações da família com a vizinhança e com o meio social envolvente, com especial relevo para as ocasiões particulares de reencontro dos elementos do agregado.

### 2.3.6. VIDA COLETIVA

Consideram-se elementos importantes da vida coletiva rural, todos aqueles que permitem às populações partilharem uma vivência em ambiente comunitário (as festas, as feiras, os mercados, os dialetos, a música, a literatura oral, os desportos populares, os jogos tradicionais, as danças, etc.).

#### **a) Festas, romarias e procissões**

São as denominadas festas de calendário, designadamente de âmbito agrícola e religioso, que acontecem um pouco por todo o país e fazem parte das tradições e memórias de um povo.

Estas manifestações, muito numerosas e variadas, constituem um traço típico da cultura popular e tradicional das populações.

#### **b) Feiras, mercados e comércio ambulante**

As feiras, mercados e o comércio ambulante, são manifestações que, pela sua tipicidade e periodicidade, constituem uma tradição e refletem os usos e costumes de uma região. Estes eventos, sempre coloridos e movimentados, são uma oportunidade para comercializar os mais diversificados produtos, dos ramos alimentar e não alimentar (hortofrutícolas, artesanato, vestuário, calçado, etc.). Em muitos casos, as feiras organizam-se em torno de um produto específico ou grupo de produtos (feiras temáticas: queijos, enchidos, mel, vinho, castanha, cavalo, etc.).

Estes eventos têm um efeito polarizador na exposição e comercialização de outros produtos tradicionais/emblemáticos de um determinado local, zona ou região.

As feiras e mercados, realizam-se regra geral em datas fixas, estando muitas vezes associadas às festas de calendário, de cariz agrícola e religioso, e aos feriados municipais.

#### **c) Cultura comunitária**

São os elementos ligados à vida coletiva que moldam a cultura comunitária de um território: os hábitos e costumes, a música, a dança (Fig. 2.6), a literatura oral, os desportos, os jogos tradicionais, etc.. Importa ainda destacar os aspetos ligados à língua (dialetos, expressões, etc.), aos apelidos de família e à toponímia, que dão identidade própria a uma determinada região.



Fig. 2.6 - Atividades tradicionais



### 2.3.7. PATRIMÓNIO EDIFICADO

O património edificado é constituído pelas construções cuja forma e aspeto dependem, entre outros fatores, da sua finalidade, do tipo de construção, da época, do local, dos materiais da região, das tradições, dos estilos arquitetónicos e das características locais das habitações.

O património edificado pode integrar vários tipos, nomeadamente:

**Património histórico** - Testemunhos do passado, com ou sem atividade no presente: castelos, mosteiros, sítios arqueológicos, ruínas, muralhas, torres de vigia, etc.

**Casa de habitação** - Casa de aldeia ou da exploração agrícola, enquanto lugar de habitação ou elemento central da exploração agrícola, etc (Fig. 2.7).

**Construções da exploração agrícola** - Construções que fazem ou fizeram parte da exploração agrícola, à exceção da casa de habitação: celeiros, palheiros, construções para o gado, espigueiros, construções temporárias, etc.

**Construções destinadas às atividades artesanais e industriais** - São exemplos de edifícios e de construções afetos às atividades artesanais ou industriais: fábricas, instalações mineiras, oficinas, adegas, moinhos, etc.

**Construções de utilização coletiva** - Edifícios que desempenham ou desempenharam um papel ao serviço da coletividade: igrejas e lugares de culto, edifícios municipais, escolas, mercados, fontes, lavadouros, infraestruturas desportivas, clubes e sociedades recreativas, etc.

**Outro tipo de património** - Existe também outro tipo de património associado às práticas agrícolas ou pecuárias e que, nem sempre, está situado na exploração agrícola (abrigos de montanha, casas de pastores, pombais tradicionais, etc.)



Fig. 2.7 - Património rural edificado

## 2.4. MODELOS DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO RURAL

A descoberta da existência deste vasto património espalhado pelo mundo rural, revela-nos que é bastante importante repensar alguns espaços e objetos em função de novos usos e atribuindo-lhes outras finalidades, integrando-os nas dinâmicas do novo desenvolvimento local. É necessário valorizar a nossa história, defender o nosso passado enquanto memória e valores e transportá-lo para o presente e para o futuro de forma a tornar essa mesma história num percurso que acompanhará todas as gerações ao longo dos tempos. “As recentes transformações dos meios rurais, a crise que os atravessa, a perda de centralidade das atividades agrícolas e os desafios que enfrentam, configuram um panorama de mudança identitária desses lugares. A regeneração destes lugares em crise passa, não só pela captação de novos residentes, visitantes, atividades económicas e mercados externos que absorvam os produtos de economia local, como pela transformação da identidade simbólica desses lugares” [9].

A reorganização dos meios rurais está ligada a uma reorganização social, económica, territorial e tecnológica. Como refere Paulo de Carvalho [7], esta reestruturação tem sido fortemente marcada por duas lógicas espaciais diferentes. Por um lado, o **modelo funcionalista** comanda a mobilidade de capitais, de bens e de pessoas, estando assim, estritamente associado ao negócio do turismo, procurando sempre atrair mais pessoas e aumentar a variedade de ofertas naqueles lugares. Por outro lado, o **modelo territorialista** valoriza o património, os recursos e os valores humanos, as iniciativas e a criação de empregos locais, participando mais no paradigma do desenvolvimento local e tendo um carácter mais ideológico. Estes dois modelos abrangem as conotações acima referidas, de reorganização espacial, estando o modelo funcionalista, associado às conotações económica e tecnológica e o modelo territorialista, às conotações social e territorial.

Importa reter que a intervenção no património edificado, quer seja a nível pontual ou no seu conjunto, requer a adoção de uma atitude construtiva no sentido de reconhecer a necessidade da sua atualização perante as recentes circunstâncias da sociedade. Essa atitude se, com rigor, disciplina e humildade, fará com que o edifício antigo passe a fazer parte do nosso dia-a-dia e das nossas vivências não perdendo, ainda assim, a sua identidade e os valores culturais característicos do seu tempo. “Para garantir uma continuidade coerente com o passado e com os seus valores, é necessária toda uma gama de métodos que vai desde a conservação à modificação e à substituição. Métodos que são igualmente baseados no profundo conhecimento dos valores e tradições construtivas do passado, bem como contextualizados e apoiados nas novas necessidades e circunstâncias do homem, ser contemporâneo, ético e profissional” [10].

Assim, quando se pretende introduzir novas funções nas construções mais antigas, estas devem ser o mais próximo possível das suas funções iniciais, para que o confronto entre o novo e o velho não se traduza numa incompatibilidade entre as formas, os espaços e as próprias funções. “O património arquitetónico europeu (...) constituído pelas nossas cidades antigas, pelas vilas e aldeias tradicionais, no seu enquadramento natural e construído (...) testemunha a presença da história e a sua importância na nossa vida. Cada geração faz uma interpretação diferente do passado e dele tira ideias novas. Qualquer diminuição deste capital é tanto mais empobrecedora quanto mais certa é a perda dos valores acumulados não poder ser compensada mesmo por criações de alta qualidade” [11].

## 2.5. DESENVOLVIMENTO LOCAL/RURAL

### 2.5.1. DESENVOLVIMENTO LOCAL: MODELO FUNCIONALISTA E TERRITORIALISTA

O desenvolvimento local e regional pode ser analisado através de dois modelos, o funcionalista e o territorialista. O modelo funcionalista tem como objetivo a utilização dos territórios e das

comunidades locais e regionais como veículo de satisfação dos interesses sectoriais e empresariais em que a sua lógica assenta na criação de dinâmicas sociais assentes em estímulos externos, ou seja, "o modelo funcionalista encara o desenvolvimento na perspectiva de centralização, ligada aos interesses do estado" [16].

No lado oposto, e devido à crescente dificuldade em distribuir espacialmente o crescimento por este ser inexistente ou pouco abundante, surgiu um novo paradigma, o modelo territorialista ou desenvolvimento endógeno, que tem como objetivo a qualificação dos territórios e das comunidades locais e regionais através da mobilização integral dos seus recursos com a criação de dinâmicas sociais assentes na mobilização das energias internas. A lógica territorialista, contrariamente à funcionalista, assenta na construção de "uma perspectiva de desenvolvimento endógeno ou desenvolvimento a partir de baixo em que, através da mobilização das populações e das suas organizações, se encontram soluções que deverão originar o processo de desenvolvimento" [16].

O modelo de desenvolvimento endógeno ou também conhecido como "desenvolvimento a partir de baixo", como defende Long e Vand der Ploeg [17], é estabelecido, ainda que não exclusivamente, sobre os recursos disponíveis localmente, tais como as potencialidades da ecologia local, força de trabalho, conhecimento e modelos locais de produção para o consumo.

Este desenvolvimento integra ainda elementos externos, desde que estes respeitem a identidade local e se adaptem à sua lógica sociocultural de funcionamento.

O desenvolvimento local deve então conjugar estes dois modelos, funcionalista e territorialista, com vista a alcançar uma alteração positiva dos hábitos de consumo e potenciar, ao mesmo tempo, uma evolução a nível sociocultural [16].

Os espaços rurais portugueses apresentam um conjunto de características e potencialidades que contribuem para o seu desenvolvimento. As áreas rurais que se encontram mais próximas dos centros urbanos, no geral as do Litoral, têm a vantagem de beneficiar do dinamismo que estes espaços apresentam mas as mais distantes destes centros, as mais isoladas, enfrentam bastantes problemas, como o êxodo rural, a diminuição e envelhecimento das suas populações, a falta de emprego, o baixo poder de compra, o abandono das terras agrícolas, a insuficiência das redes de transportes e a carência de equipamentos e infraestruturas básicas. No entanto, grande parte destas áreas, possui uma gama de recursos naturais e humanos que podem contribuir para o seu desenvolvimento.

Dar valor ao património cultural, realçando a sua riqueza e diversidade, fará com que se desenvolvam atividades económicas capazes de gerar valor acrescentado e criação de emprego, melhorando assim a qualidade de vida das pessoas e reforçando o seu orgulho e sentimento de identidade regional. Tanto a natureza como a cultura contribuem para o desenvolvimento rural, onde os recursos naturais caracterizam a paisagem física de um território e os recursos culturais conferem-lhe uma identidade própria. "Uma zona famosa pela produção de determinado produto não só consegue comercializar este produto local, mas também promover a sua utilização como um recurso natural característico da zona. Do mesmo modo, um ambiente natural valorizado ou um maior sentimento de identidade cultural podem melhorar a qualidade da vida rural, estando associados ao conceito de capital social, em que as comunidades locais são incentivadas a assumir a responsabilidade pelo seu desenvolvimento futuro" [18].

#### 2.5.2. POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

A União Europeia tem tido, ao longo dos anos, uma política de desenvolvimento rural ativa, dando o seu contributo na realização de importantes objetivos fixados para as zonas rurais e para as suas

populações, encontrando soluções para os diversos desafios que estas zonas enfrentam atualmente e desenvolvendo todo o seu potencial. Exemplo disso, são a Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego e a Estratégia de Göteborg para o desenvolvimento sustentável que se têm revelado importantes tanto para as zonas rurais como para as cidades.

A política de desenvolvimento rural permite financiar o crescimento das zonas rurais e criar emprego para as suas populações e tem como fonte de financiamento o FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural). "A aprovação deste fundo, em aplicação no período de 2007-2013, com três eixos temáticos de atuação/objetivos fundamentais (o aumento da competitividade da agricultura e silvicultura; a melhoria do ambiente e da paisagem rural; a promoção da qualidade de vida nas áreas rurais e a diversificação da atividade económica no conjunto dos espaços rurais) veio institucionalizar o desenvolvimento rural como dimensão política integrada e reconhecer, também, a importância da participação dos atores do mundo rural na definição e gestão das políticas e, assim, consolidar a abordagem LEADER (Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) que agora passa a ser utilizada como metodologia/ferramenta de trabalho nomeadamente para a implementação da qualidade de vida e a diversificação económica rural, com o objetivo de implementar estratégias locais para o desenvolvimento rural através de parcerias público-privadas a nível local" [19].

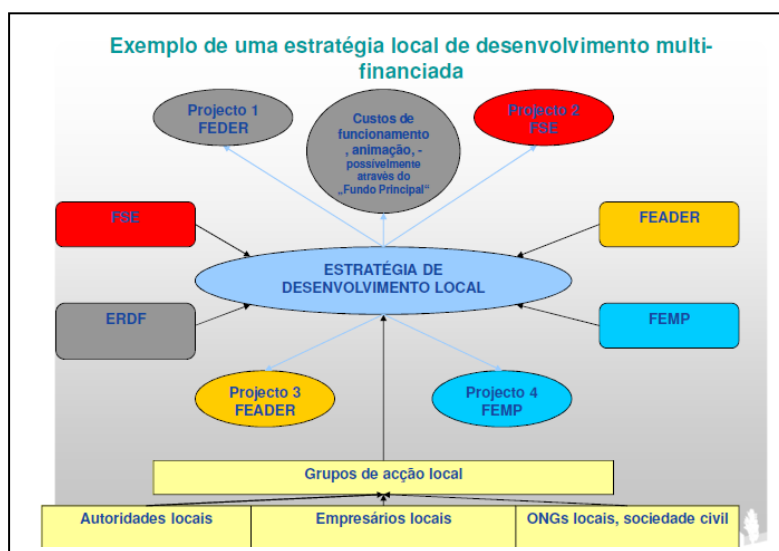


Fig. 2.8 - Exemplo de uma estratégia local de desenvolvimento multifinanciada

O Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, tem como principal objetivo promover as iniciativas criadas e levadas a cabo à escala local pelos GAL. O LEADER constitui uma abordagem inovadora e pioneira neste domínio e configura uma ferramenta chave da política de desenvolvimento do mundo rural a partir de uma metodologia ascendente e de um conjunto de intervenções (com uma componente territorial muito marcada) [20].

Dá apoio e incentiva os atores locais a refletirem sobre a importância e o potencial dos seus territórios, incentiva a aplicação de estratégias que visem o desenvolvimento sustentável, valorizando o seu património natural e cultural, reforçando a economia com vista à criação de emprego e, tem como principal aspeto, reforçar a cooperação entre esses mesmos atores. O Programa, lançado pela Comissão Europeia, em 1991, apresenta como traços inovadores a programação e gestão do território ("zonas de intervenção" que correspondem a uma escala sub-regional) mediante parcerias envolvendo diversos agentes de desenvolvimento local, como autarquias, associações culturais e sociais,



associações profissionais ou sectoriais, empresas, ou mesmo privados a título individual, embora com enquadramento regulamentar e cofinanciamento público, comunitário e nacional (ver exemplo de uma estratégia local de desenvolvimento multifinanciada na figura. 2.8) [21].

Para Michel Dubost, antigo diretor executivo do LEADER + MAGAZINE, o principal legado do programa Leader em matéria de desenvolvimento do território é a maior capacidade das populações locais colaborarem entre si e com objetivos em comum, referindo que os seus territórios tratam-se de uma herança de grande valor que podem ser utilizados pela comunidade local para construção do seu próprio desenvolvimento futuro. O programa Leader+ não atua isoladamente num território, visto que todas as regiões dispõem de vários programas com iniciativas e ações interligados entre si, que contribuem de alguma forma para o desenvolvimento dessa região. Os GAL, que fazem parte do Leader+, são convidados a selecionar um tema principal para posteriormente desenvolver estratégias integradas inspiradas nesse tema. Para concluir, diz ainda que construir o território com o Leader+ poderá significar uma boa forma de reforçar as capacidades das populações locais contribuindo assim para um futuro mais sustentável para o seu território [22].

O PROVERE (Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos) é um dos programas de apoio ao desenvolvimento regional que mais se destaca, e funciona como um instrumento de política dirigido para os espaços de baixa densidade, com o objetivo de fomentar e valorizar as atividades de base económica através da valorização dos recursos endógenos das regiões, visando a criação de emprego e a sua sustentabilidade económica e social de forma a criar condições para a fixação e renovação da população.

A aplicação destes programas surge assim com grande efeito dinamizador servindo de apoio às iniciativas criadas para o desenvolvimento dos espaços rurais, iniciativas essas ligadas à proteção, requalificação e renovação do ambiente natural, à recuperação e valorização do património arquitetónico construído, tendo como ponto principal a renovação e o desenvolvimento das aldeias e do património rural.

Os espaços rurais depõem de uma multifuncionalidade que lhes permite ir ao encontro do seu desenvolvimento, que constitui uma preocupação crescente em Portugal. Este desenvolvimento rural, aliado à fixação da sua população e ainda à pluriatividade e ao plurirrendimento, é possível com a diversificação da economia em muitas das suas comunidades, através da ligação a diversas atividades tais como o turismo, a indústria, a agricultura e silvicultura, a produção dos produtos regionais de qualidade e a produção de energia através de energias renováveis.

### 2.5.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Ao longo dos últimos anos os espaços rurais, na sua grande maioria, têm sido alvo de processos de abandono e degradação das estruturas edificadas, destruição das suas infraestruturas, do património e das paisagens rurais. No entanto, e como refere Paulo de Carvalho, alguns desses territórios são agora organizados e apropriados sobretudo por populações urbanas que valorizam os elementos da paisagem outrora entendidos como sinal de arcaísmo e atraso de desenvolvimento, em resultado de processos espontâneos ou na sequência de linhas estratégicas de orientação e de instrumentos de política regional que enfatizam ações e medidas com o objetivo de requalificar esses territórios e promover as suas potencialidades originais e excecionais [12].

A dinâmica interna da população local e o seu papel enquanto atores na identificação e proteção do seu património é outro dos fatores de maior relevo para o desenvolvimento local, como por exemplo, as associações de desenvolvimento local que, devido à sua capacidade de intervenção, “promovem o

estudo das potencialidades e recursos do território, dinamizam iniciativas de carácter económico, social, cultural, ambiental, executam projetos de educação e formação, gerem programas nacionais e europeus” [13].

No conceito de desenvolvimento local podem ser identificadas, como sugere José Henriques [14], três dimensões: a existência de um projeto-esperança referenciador da ação individual e coletiva, um processo de defesa e de mobilização de recursos, tendo em vista a satisfação das necessidades básicas nas comunidades locais e a animação da solidariedade ativa para a reconstrução da vida sociocomunitária.

Como exemplo disso é a introdução de atividades artesanais nos circuitos económicos locais, valorizando-se tal iniciativa pela legitimidade que lhe é conferida por velhos artesãos, ou reinvenção de habitats desaparecidos [15].

Apresenta-se em seguida, de forma mais desenvolvida, os principais objetivos estratégicos correntemente seguidos no desenvolvimento rural.

#### 2.5.4. TURISMO

O património natural e cultural, como tem vindo a ser reconhecido por diversos autores ao longo dos últimos anos, é um recurso de extrema importância no desenvolvimento dos territórios rurais surgindo como fator essencial na valorização turística desses lugares. A relação entre o turismo e o património, tal como afirma Bertoncello et al. [23], é uma relação bastante positiva, pois o património pode ser conhecido e valorizado, enriquecendo os seus valores culturais ao tomar contacto com os turistas. Além disso, o turismo também se apresenta como uma estratégia no sentido de garantir a valorização e preservação desse mesmo património, incentivando a população a tomar atitudes nesse sentido, e podendo gerar recursos económicos capazes de o gerir e proteger.

O turismo é assim assumido como um dos maiores motores do desenvolvimento rural, na medida em que permite uma maior rentabilização e salvaguarda dos recursos locais, revitalizando as suas atividades, como a produção agroalimentar ou o artesanato, com o objetivo de dinamizar e diversificar a economia dos espaços rurais, gerar emprego, melhorar a qualidade de vida das suas populações e fixá-las nesses espaços. De acordo com o PENDER 2007 (Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural), o investimento no setor turístico, nestes espaços, é assim visto como um contributo para a diversificação das suas economias locais. O PNPT (Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território - Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro) atribui, do mesmo modo, enorme relevância ao papel do turismo no desenvolvimento dos espaços rurais e na preservação do seu património cultural, natural e paisagístico.

No caso do interior do país, e como defendem muitos autores, o turismo é uma atividade que pode contribuir significativamente para o desenvolvimento e para a dinamização das suas regiões mais frágeis e menos desenvolvidas, onde a própria população e as respetivas autarquias depositam enorme confiança nesta atividade no sentido de que possa ajudar a superar alguns dos problemas e as diversas dificuldades económicas das populações e de forma a substituir as atividades comuns a essas regiões. Posto isto, Ribeiro e Mergulhão [24] defendem o desenvolvimento do turismo que, " além de sustentado, possa constituir em componente de um processo de desenvolvimento multisectorial e integrado, capaz de assegurar a melhoria das condições e da qualidade de vida dos que escolham viver e trabalhar no interior do país”.

Será necessário unir esforços no sentido de aproveitar todo o potencial dessas regiões, com a criação de produtos turísticos alternativos e de carácter inovador, de modo a preservar e valorizar o seu

património natural e cultural, mas para isto o "turismo português precisaria de desconcentrar-se e diversificar-se" [25].

É nessa perspetiva, de aproveitar o potencial dessas regiões, que surge em meados dos anos 80, o conceito de desenvolvimento endógeno, modelo este, que espelha uma reação às tradicionais políticas regionais. Segundo Batista [26], para que se verifique este tipo de desenvolvimento, será necessário que haja alguém com vontade e com um projeto, capaz de organizar os meios de produção e deverão existir condições materiais e institucionais que permitam concretizar esse projeto e haver capacidade organizativa que garanta a competitividade no mercado.

Contudo, este modelo, só por si, não garante o desenvolvimento de todas as regiões visto nem todas apresentarem as mesmas potencialidades e recursos então, e como destaca Polèse [27], esta ostentação relativa ao ambiente local, pode também ser a maior fraqueza do modelo.

Do mesmo modo se passa com a atividade turística, que não assume o mesmo grau de importância em todas as regiões, não podendo todas basear o seu desenvolvimento no turismo, ou seja, para algumas regiões o turismo é assumido como atividade de maior importância, noutras é um fator de desenvolvimento e para outras serve apenas de suporte, tendo um papel de maior ou menor relevância, no desenvolvimento, conforme as condições existentes nas regiões [4].

Como nem todas as zonas rurais reúnem condições para atrair e fixar clientes, de acordo com a DGADR, é necessário existirem fatores que permitam assegurar o sucesso dos investimentos a realizar nessas áreas para atrair os turistas, fatores esses relativos ao interesse paisagístico, ao respeito e harmonia da rusticidade do conjunto das construções, bem como dos materiais utilizados, interesses culturais, a proximidade de agregados populacionais e de polos de comércio local, condições para práticas desportivas ou de lazer, intervenção ativa dos poderes públicos locais, bem como das associações de desenvolvimento local, competência e eficácia na promoção da região e na comercialização das unidades existentes, qualidade das instalações de acolhimento e hospedagem e competência dos serviços prestados e a possibilidade de participação na vida ativa das explorações agrícolas [28].

O TER (Turismo em Espaço Rural) é um turismo bastante recente, praticado por diferentes tipos de pessoas, principalmente por aquelas que procuram fugir um pouco à rotina das suas vidas nos espaços urbanos. Os espaços rurais dispõem de recursos que permitem dar resposta a certas necessidades que essas pessoas apresentam e que os espaços urbanos não podem oferecer. Recursos que permitem a prática de várias atividades ligadas à natureza e ao seu património cultural, que surgem como sendo bastante atrativas, como as viagens educativas, a caça e pesca, desportos de aventura, ecoturismo, férias em quintas, etc. [29].

Movimenta e dinamiza um conjunto de atividades, ligadas à oferta turística nos espaços rurais, ao nível do artesanato, da sua gastronomia e dos seus produtos locais e, segundo Middleton [30], estes territórios podem assim oferecer diferentes produtos turísticos como sejam, o turismo cultural baseado no encontro com valores culturais e patrimoniais pré-existent, o turismo de aventura, propiciado pelo património natural e paisagístico, que estimula a prática de atividades e de desportos variados de contacto com a natureza, o ecoturismo, onde os turistas disfrutam dos valores naturais/ecológicos, o turismo de saúde, ancorado em elementos que permitem o relaxamento ou tratamento preventivo ou curativo de certas doenças e o turismo residencial, que surge como principal força para a recuperação do património edificado, na dinamização de serviços e do comércio local, em receitas para as autarquias, entre outros.



Fig. 2.9 - Casa Valxisto (Casa de Campo na aldeia de Quintandona)

Em Portugal e de acordo com a legislação em vigor (Portaria n.º937/2008), as tipologias de estabelecimentos de turismo rural existentes são os **empreendimentos de turismo de habitação** e os **empreendimentos de turismo no espaço rural** classificados nos seguintes grupos: as casas de campo, o turismo de aldeia, o agroturismo e os hotéis rurais. Os empreendimentos de turismo no espaço rural são todos os estabelecimentos que se destinam a prestar, nestes espaços, serviços de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural.

As **casas de campo** (ver Fig. 2.9) são os imóveis situados em aldeias e espaços rurais que prestam serviços de alojamento a turistas e integram, pela sua traça, materiais de construção e demais características, na arquitetura típica local; o **turismo de aldeia** é assim considerado quando cinco ou mais casas de campo situadas na mesma aldeia ou freguesia, ou em aldeias ou freguesias contíguas, são exploradas de uma forma integrada por uma única entidade e podem usar a designação de turismo de aldeia, sem prejuízo de a propriedade das mesmas pertencer a mais de uma pessoa; o **agroturismo** diz respeito aos imóveis situados em explorações agrícolas que prestam serviços de alojamento a turistas e permitem aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável e os **hotéis rurais** são os hotéis situados em espaços rurais que, pela sua traça arquitetónica e materiais de construção, respeitam as características dominantes da região onde estão implantados, podendo instalar-se em edifícios novos que ocupem a totalidade de um edifício ou integrem uma entidade arquitetónica única e respeitem as mesmas características.

Ainda de acordo com a legislação, os empreendimentos de turismo no espaço rural podem ainda exercer atividades de animação que se destinem exclusivamente à ocupação de tempos livres dos seus utentes e contribuam para a divulgação das características, produtos e tradições das regiões em que os mesmos se situam.

Não obstante, esta atividade pode proporcionar um maior valor acrescentado a espaços com património natural e sociocultural, mas também pode colocá-los em perigo. Neste sentido surge então o denominado “turismo sustentável”, que vai de encontro às necessidades atuais dos turistas, indústria e comunidades visitadas, sem pôr em causa a capacidade de satisfação das necessidades de gerações futuras, ou seja, como refere Swarbrooke [31], o turismo tem impactos ambientais, económicos e sociais, pelo que o turismo sustentável pretende maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos (como se demonstra na Fig. 2.10).

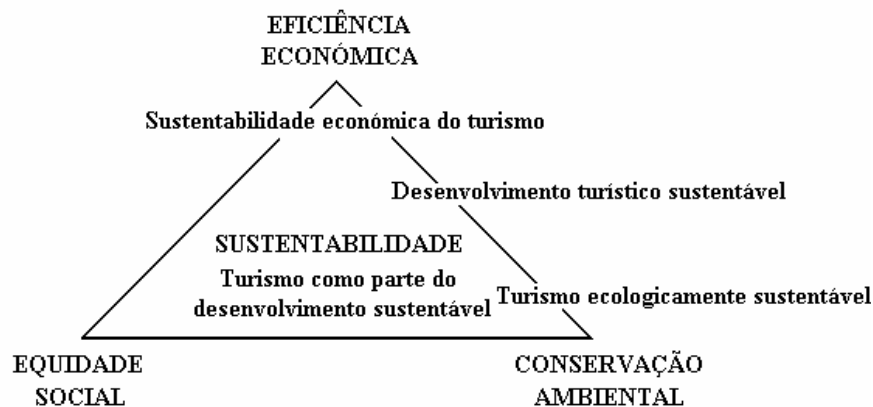


Fig. 2.10 - As dimensões do turismo sustentável

O turismo poderá então funcionar como um meio essencial no desenvolvimento local, dinamizando e desenvolvendo infraestruturas capazes de sustentar esta atividade e através delas criar emprego e gerar riqueza local, surgindo como grande impulsionador na recuperação e requalificação do património rural, em especial no que respeita ao património edificado. Neste sentido é necessário criar infraestruturas turísticas (serviços de apoio, acessibilidades, informação turística), alojamento, restauração e atividades/experiências culturais de animação, de forma a que os territórios se afirmem como destinos turísticos sustentáveis, mas mantendo sempre a identidade, a cultura e preservando o ambiente dos espaços rurais. “A identidade é um fator a ter em conta, sempre que se fala em preservação do património cultural. Por outro lado, é necessário deixar em aberto a possibilidade de que o próprio património se modifique, se transforme, se adapte e valorize” [9]. Além do mais, isto só será possível se houver vontade política e da administração pública e principalmente uma grande vontade e empenho por parte da população local, ou seja, deve haver um grande envolvimento por parte de todos os agentes, públicos e privados, envolvidos nos processos.

#### 2.5.5. INDÚSTRIA

A indústria funciona, em qualquer região, como motor de desenvolvimento porque aproveita todos os recursos naturais existentes ou que lá se produzem. Está ligada à exploração dos recursos locais, como as indústrias associadas à produção agropecuária; indústrias de conservas de fruta e vegetais, transformação de tomate, lacticínios e carne, indústrias de lanifícios, vestuário, couro, calçado, entre outros; indústrias ligadas à exploração florestal (serrações, carpintarias, corticeiras, mobiliário); e às indústrias de extração e transformação de rochas e minerais.

A aplicação desta atividade é fundamental na geração de emprego e no desenvolvimento de outras atividades que exige, ajudando na fixação da população, na diminuição do êxodo rural, no combate à desertificação e no combate ao envelhecimento da população. Tem a capacidade de atrair outros serviços (administrativos, financeiros, telecomunicações, comerciais), contribui para o aumento e melhoria das infraestruturas, contribui para a valorização dos recursos endógenos e consequentemente melhora a qualidade de vida das populações.

São diversos os fatores que contribuem para a atração das indústrias nos espaços rurais, sendo eles, o aproveitamento de recursos locais, a disponibilidade de mão-de-obra relativamente barata, a existência de infraestruturas e de boas acessibilidades, a disponibilidade de serviços de apoio à atividade produtiva e finalmente a proximidade de mercados regionais relativamente vastos.

#### 2.5.6. AGRICULTURA E SILVICULTURA

##### a) Agricultura

A agricultura sempre foi um dos principais elementos de diferenciação do espaço rural do urbano, funcionando como grande motor de desenvolvimento económico e social. Mas, como refere Arlindo Cunha, a sociedade tem demonstrado diversas fragilidades no que à agricultura diz respeito, como a redução continuada do peso desta na economia, redução dos níveis de rendimento agrícolas, fraca capacidade para atrair investimentos para outros setores, condições de vida e de trabalho pouco atrativas, problemas ambientais, associados à poluição, abandono rural, erosão, incêndios florestais. A sua importância não deriva apenas da produção, mas assenta também na preservação do ambiente, da paisagem, do património rural, elementos importantes da identidade das populações [32].

Contudo, continua tendo um papel fundamental no desenvolvimento rural e local e, de acordo com a Comissão Europeia [33], a futura PAC (Política Agrícola Comum) no horizonte 2020, deve basear-se no apoio a uma agricultura eficiente, tanto no plano económico como ecológico, e na preservação de um sector agrícola sólido em todos os territórios. A União Europeia deve estar assente numa PAC forte para desenvolver o potencial de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo das zonas rurais.

Refere, ainda, que a PAC deve ser competitiva, garantir um abastecimento alimentar adequado e seguro, preservar o ambiente e o património rural, ao mesmo tempo que proporciona um nível de vida equitativo à comunidade rural e que, no futuro, o orçamento consagrado à agricultura apoiará também a gestão sustentável dos recursos naturais e a luta contra as alterações climáticas e contribuirá para um desenvolvimento territorial equilibrado em toda a Europa.

A política de desenvolvimento local que a União Europeia conduz através da PAC reveste-se de extrema importância e a proposta da Comissão passa por colocar ênfase na competitividade da agricultura, incentivando a **inovação**, favorecendo a boa gestão dos **recursos naturais** e apoiando o desenvolvimento territorial equilibrado através da promoção das **iniciativas locais**.

##### b) Silvicultura

A floresta é uma das principais componentes que revestem o mundo natural e é uma peça vital para a vida do ser humano. Grande parte das áreas rurais em Portugal são constituídas por áreas florestais. As atividades florestais são fundamentais na sustentabilidade da economia portuguesa, principalmente nas regiões interiores, funcionando como parte essencial na geração dos produtos de cada região, de emprego e impulsionando outras atividades adjacentes. Apresentam ainda um contributo de maior importância para o equilíbrio ecológico, na preservação do ambiente, recursos naturais como a água e o solo, na preservação da biodiversidade, na estabilidade climática e na preservação da paisagem.

As atividades florestais poderão assim desempenhar diversas funções, como a função económica, social e ambiental. A função económica, produzindo matérias-primas e frutos, fornecendo emprego e gerando riqueza, a função social, fornecendo ar puro e espaços de lazer e a função ambiental, sendo fundamental na conservação dos solos, contribuindo para conservar a água e regularizar o ciclo hidrológico, armazenando carbono, preservando a biodiversidade.

#### 2.5.7. PRODUTOS REGIONAIS DE QUALIDADE

Cada região apresenta diferentes variedades de produtos tradicionais de origem animal, vegetal e seus derivados, os quais devem ser preservados e potencializados. Cada produto apresenta uma imagem de marca relativa à região a que pertence e, na sua maioria, são obtidos através de sistemas de produção extensivos, acrescentando-lhes qualidade e contribuindo para a sua valorização.

Nos últimos anos têm-se verificado um conjunto de políticas que revertem no sentido da promoção e valorização destes produtos agroalimentares tradicionais de qualidade, sendo apontadas como uma das alternativas ao desenvolvimento do meio rural, principalmente no desenvolvimento das regiões rurais mais frágeis.

Devido à crescente importância dada a este tipo de produtos de identidade rural, parte significativa, têm sido apoiados e reconhecidos através de medidas políticas de proteção e valorização (DOP, IGP, ETG, etc.), por parte da comunidade europeia.

A DOP (Denominação de Origem Protegida) é o nome de um produto cuja produção, transformação e elaboração ocorrem numa área geográfica delimitada, com um saber-fazer reconhecido e verificado.

Na IGP (Indicação Geográfica Protegida), a relação com o meio geográfico subsiste pelo menos numa das fases de produção, transformação ou elaboração. Além disso, o produto pode beneficiar de uma boa reputação tradicional.

A ETG (Especialidade Tradicional Garantida) não faz referência a uma origem, mas tem por objeto distinguir uma composição tradicional do produto ou um modo de produção tradicional.

#### 2.5.8. ARTESANATO

O artesanato contribui também para a diversificação das atividades rurais, para a criação de emprego e é um elemento que importa preservar visto ser representativo da identidade cultural e do "saber-fazer" tradicional.

A atividade artesanal, de acordo com o Decreto-Lei n.º 110/2002 de 16 de Abril, é uma atividade económica, de reconhecido valor cultural e social, que assenta na produção, restauro ou reparação de bens de valor artístico ou utilitário, de raiz tradicional ou contemporânea, (...) bem como na produção e preparação de bens alimentares. Este tipo de atividade deve caracterizar-se pela fidelidade aos processos tradicionais, em que a intervenção pessoal constitui um fator predominante e o produto final é de fabrico individualizado e genuíno (...).

#### 2.5.9. ENERGIAS RENOVÁVEIS

As áreas rurais, ocupando uma vasta parte do território, disponibilizam uma parte significativa das fontes de energia renováveis e produzir energia através dessas fontes torna-se cada vez mais um incentivo e uma forma de valorizar os recursos disponíveis nessas áreas, contribuindo para gerar emprego e riqueza e contribuindo ainda para reduzir a dependência energética do nosso país e para a preservação do ambiente.

Hoje, é possível produzir energia a partir dos diversos recursos endógenos existentes nas áreas rurais, sendo uma mais-valia na produção de riqueza e na criação de emprego durante a fase de produção, com a instalação de algumas unidades (como os parques eólicos ou os pequenos aproveitamentos hídricos), e na fase da sua exploração (como é o caso das culturas energéticas para a produção de

combustíveis vegetais, que podem ser utilizados diretamente em centrais de combustão ou de gaseificação, ou utilizados para a produção de combustíveis renováveis), como também no auxílio a pequenas empresas de apoio. As energias renováveis assumem-se como uma alternativa de grande valor para o desenvolvimento sustentável das zonas rurais, tendo um papel fundamental no seu desenvolvimento, diversificando a atividade económica geradora de riqueza e emprego e focadas, ao mesmo tempo, nas questões de carácter ambiental que tanto preocupam nos dias de hoje.



Fig. 2.11 - Energia eólica - aerogeradores e moinhos de vento

A utilização das fontes de energia nestes espaços, pelo seu carácter renovável, endógeno e livres de emissões de gases com efeito de estufa ou outros gases poluentes, constituiu uma boa resolução para os graves problemas ambientais como são a poluição causada pelos efluentes de suiniculturas, das agroindústrias ou dos esgotos domésticos, através do seu tratamento biológico e da produção de biogás.

As fontes de energia que estas áreas disponibilizam são, a **biomassa** (produtos da floresta e produtos e resíduos da agricultura), o **biogás** (com origem nos efluentes agropecuários, da agro-indústria e urbanos e ainda nos aterros), os **biocombustíveis líquidos** (podem ser produzidos a partir das chamadas culturas energéticas, de onde se obtém o biodiesel, a partir de óleos de colza ou de girassol, e o etanol, pela fermentação de hidratos de carbono provenientes da cana-de-açúcar, da beterraba ou dos resíduos florestais), a **energia eólica** (energia que provém do vento, ver Fig. 2.11) e a **energia hídrica** (energia obtida a partir da energia potencial de uma massa de água).

## 2.6. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A expressão "desenvolvimento sustentável" tem mostrado ao longo dos tempos diversas definições. Foi usada pela primeira vez no Relatório Brundtland [34], produzido em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento, que deu origem à definição mais citada, que considera o desenvolvimento sustentável como o "desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais".

Já Pearce & Barbier [35] definem o desenvolvimento sustentável de uma forma mais breve mas ao mesmo tempo compreendendo todos estes aspetos, como o "desenvolvimento que perdura", prevalecendo o bem-estar das gerações de hoje e não colocando em risco o bem-estar das gerações vindouras. Sendo assim, esta expressão pode ser dividida em dois conceitos, o "desenvolvimento" correspondendo às presentes necessidades humanas e ao aumento da qualidade de vida e o "sustentável" como parte integrante da capacidade de manter essas necessidades futuramente.



O conceito de desenvolvimento sustentável contempla uma enorme diversidade de interesses, vindos de diferentes grupos da sociedade. A visão tradicional, onde o mais importante é o aumento da produção e os resultados económicos e, num outro alcance, a noção de desenvolvimento sustentável assenta em três pilares essenciais, integrando as políticas de desenvolvimento em políticas económicas, sociais e ambientais. Esta integração deve-se ao facto da maioria das ideias incidirem sobre a forma de como assegurar um desenvolvimento sustentável ao longo do tempo e, na sua avaliação, implicar uma avaliação integrada do progresso com base em critérios económicos, sociais e ambientais.

O desenvolvimento sustentável também está ligado ao conceito de ecodesenvolvimento, que ficou reconhecido a partir dos anos 70 com a Conferência de Estocolmo e com o trabalho de Ignacy Sachs [36] produzido em 1986. Garantir a participação popular, satisfazer as necessidades humanas básicas, tornar-se solidário para com as gerações futuras, preservar o meio ambiente e assegurar uma estrutura social de suporte ao emprego e à renda eram assim os princípios do ecodesenvolvimento.

Para construirmos um verdadeiro desenvolvimento sustentável, tem de haver uma maior coesão e um maior relacionamento e convívio por parte do ser humano, interligando este desenvolvimento ao conceito de poder, o poder da organização democrática, da solidariedade, da participação, da capacitação, da informação, da identidade cultural, do compromisso, da gestão, da consciência e o poder do diálogo e não necessariamente o poder relacionado com a disputa entre opostos ou o dominar de algo, até porque isto elimina a possibilidade de negociar, cooperar e criar parcerias.

Manter uma sustentabilidade a curto prazo, como revelam as tecnologias e a economia dos dias de hoje, com o objetivo de desenvolver formas mais suaves de explorar a natureza e tecnologias que tentem remediar os impactos causados, não é suficiente e não impede o maior problema relacionado com o desgaste sucessivo e irreversível dos recursos naturais, ainda existentes. Essas formas mais suaves de exploração são insuficientes para vencer a acelerada degradação dos recursos naturais, pelo que a sustentabilidade de longo prazo é encarada como a melhor reforma visto se preocupar com a geração de uma quantidade de recursos naturais suficientes para a manutenção das necessidades das gerações futuras. Encarar os limites naturais e de uma forma económica torna-se então fundamental para que este desenvolvimento de longo prazo ocorra.

Falar de sustentabilidade está na moda, muito devido a problemas ambientais e sociais de abrangência planetária que a economia atual está a gerar e que começam a ser percebidos pela sociedade em geral. Problemas relacionados com, o aquecimento global, o aumento da temperatura, as secas, inundações e intempéries, que levam à destruição da camada do ozono, à poluição e degradação do ambiente e às mudanças climáticas. O mundo empresarial já se apercebeu que os recursos, que até hoje são explorados indiscriminadamente, começam a dar sinais de esgotamento e, se não forem tratados com cuidado, podem vir a comprometer a manutenção da produção e as respetivas necessidades futuras. Neste domínio, a incorporação de algumas tecnologias suaves relacionadas com a ecologia e com as boas práticas de exploração são a principal forma das empresas manterem a atividade protegendo o ambiente.

Contudo, a sustentabilidade não pode ser entendida apenas pela dimensão ecológica e deve também cumprir objetivos sociais, culturais e económicos. O conceito de sustentabilidade sócio ambiental demonstra isso mesmo e caracteriza-se pela união dos objetivos sociais e ambientais, relacionando a conservação do ambiente com o combate à pobreza. Nas zonas rurais a grande maioria das pessoas são pobres, vivendo em terras marginais e com diversas fragilidades (solos fracos, falta de água e saneamento básico), havendo atualmente o cuidado de se encontrar soluções para estas desigualdades, da fome e da pobreza, para além do cuidado em relação ao uso dos recursos naturais.

O pensamento deverá ser feito de forma sistémica integrando ao mesmo tempo as questões da economia, da ecologia e da coesão social, de forma a haver um maior equilíbrio e sustentabilidade da região que deverá funcionar como um sistema integrado.

As cidades só por si não são sustentáveis, pois dependem da sua região envolvente ou de outras regiões que suprimam as suas necessidades, que lhes produzam e forneçam as quantidades de alimento, água e energia que elas tanto necessitam, ou seja, as regiões que contêm as cidades é que deverão ser sustentáveis. Num outro ponto, as cidades exportam resíduos urbanos e industriais, águas residuais, poluentes atmosféricos, mas também conhecimento, serviços, e transformação sobre os produtos com o consequente valor acrescentado para os seres humanos.

Com isto, o conceito de sustentabilidade deve ser abordado não só à escala de uma aldeia ou de uma cidade mas também à escala regional sendo a região a considerar o aglomerado urbano ou aglomerados urbanos e todo o seu espaço rural circundante. A sua delimitação deve ser estudada caso a caso devido à multiplicidade de situações existentes, sendo sempre uma consideração de carácter subjetivo [37].

A título de exemplo, apresenta-se em seguida um caso específico do Plano de Desenvolvimento Estratégico criado em Portugal para guiar o investimento e o ordenamento de território na zona do Vale do Douro (ver também Fig. 2.12).

No âmbito da CCDRN (Comissão Coordenadora e Desenvolvimento da Região Norte), para o período de 2007-2013, foi criado o PDTVD (Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro), um verdadeiro exemplo de programa integrado e focado no desenvolvimento sustentável da atividade turística da região norte do nosso país. Incide, essencialmente, no Destino Douro e tem como objetivo reforçar as medidas de apoio direto a projetos com claro impacto na valorização turística da área, onde se incluem os concelhos de Alijó, Armamar, Baião, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Miranda do Douro, Mogadouro, Moimenta da Beira, Murça, Penedono, Peso da Régua, Resende, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real.

Este PDTVD, tem como grande objetivo "tornar o Vale do Douro um destino turístico de excelência através de um processo dinâmico de desenvolvimento sustentável". A sustentabilidade é condição *sine-qua-non* do desenvolvimento turístico do Vale do Douro, em termos ambientais, da "paisagem cultural evolutiva e viva", e de uma dinâmica económica e social mobilizadora, exigindo um equilíbrio entre o uso ativo do território e a sua capacidade de acolhimento, que assegure a preservação do património natural, cultural e ambiental. [38]

O desenvolvimento deste setor, no Douro, procura dinamizar o desenvolvimento económico e social de toda a região e, representando um dos maiores potenciais turísticos do país, justifica a elaboração deste plano que, além de desenvolver este sector na região, pretende induzir o desenvolvimento económico e social do Vale do Douro e das regiões envolventes, através dos seus efeitos sinérgicos.

Como defende António Covas [39], o desenvolvimento rural pressupõe a diferenciação e diversificação da economia, a distribuição da população por vários sectores de atividade, a melhoria das condições de vida (habitação, saúde, nível de escolaridade, o aumento de taxa de alfabetização) e a garantia de um desenvolvimento autossustentado do ponto de vista da produção, do consumo e do meio ambiente em que deve ser participado pelos atores sociais presentes.

Aumentar a diversidade e reduzir a disparidade é assim visto como a melhor forma de se conseguir uma política sustentável de desenvolvimento rural.



Fig. 2.12 - Visão para o Turismo do Norte de Portugal

## 2.7. PLANEAMENTO REGIONAL/MUNICIPAL E PATRIMÓNIO

As políticas de ordenamento territorial têm como principal objetivo o desenvolvimento, focando o crescimento como instrumento principal. Estas políticas, por definição, integram a noção de espaço, conceito que pode ter definições de ordem geográfica, histórica, económica, física, social, administrativa e política.

As áreas rurais surgem como sendo o parente pobre das políticas territoriais, por não apresentarem problemas da gravidade ou do impacto das cidades e muito menos das grandes áreas metropolitanas. Contudo, o campo não pode ser desligado da cidade porque são espaços mutuamente relacionados, interdependentes, em que o campo pode ser admitido como o pulmão da cidade e é, com muita frequência, o sítio onde o habitante da cidade descarrega e recicla os aspetos nocivos, ou menos agradáveis, da vida urbana [40].

Estas áreas rurais, comparativamente às áreas metropolitanas e suburbanas, deparam-se com diferentes desafios que, de acordo com a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) [41], estão ligados aos problemas da diminuição, cada vez mais frequente, do emprego, ao despovoamento e envelhecimento das populações e à falta de massa crítica endógena para suportar o arranque e a sustentabilidade do desenvolvimento.

A atividade agrícola continua a ser muito importante em muitas destas áreas, mas o emprego nesta atividade está em declínio, pelo que o setor público tem sido um dos principais componentes na geração de emprego, com tendência também para diminuir. Os jovens tendem a rumar às cidades ou a emigrar para o estrangeiro em busca de melhores condições de vida, de oportunidades de emprego, educação e de lazer, enquanto que a população aposentada tende a regressar às zonas rurais, quanto mais não seja nalgumas épocas do ano. A resultante destes dois fluxos é geralmente negativa e demonstra imediatamente as consequências relativas ao envelhecimento da população rural e à criação de uma nova estrutura demográfica, muitas vezes sem dimensão para justificar determinados serviços

públicos. "Contudo, se as políticas para os espaços rurais tiverem em conta a inserção em rede do rural/urbano/regional e conceberem as massas críticas, tanto de produção como de consumo, em perspectivas sucessivamente mais alargadas, consoante as circunstâncias o ditarem, poderá ser possível vir a assegurar um desenvolvimento sustentável" [40].

Salientam-se algumas das tendências das políticas para as áreas rurais como, a aposta em investimentos estratégicos para o desenvolvimento de novas atividades, a maior atenção aos serviços de apoio a empresas (como os transportes, comunicações e outras infraestruturas económicas), aos recursos locais (naturais, culturais e patrimoniais) que podem ser aproveitados para turismo, recreio e lazer e esforços para o reforço das economias rurais, principalmente através da diversificação de atividades, de apoios infraestruturais como os já referidos e da construção de capacidades locais, através de delegações de poderes em atores locais, do desenvolvimento de lideranças e de programas de desenvolvimento comunitário.

Ainda de salientar que a União Europeia, através do programa LEADER, considera os espaços rurais como um dos grandes domínios de preocupação da sua política regional.

Como se verifica na figura 2.13, a visão contemporânea de planeamento caracteriza-se por ter uma agenda alargada, centrada nas questões de desenvolvimento sustentável, da competitividade dos territórios, do desenvolvimento endógeno ou do conhecimento, a qual complementa visões centradas no planeamento do uso do solo. A sua metodologia assume-se enquanto um processo de aprendizagem coletivo, logo participado, concertado e pró-ativo. O seu principal objetivo é estabelecer um quadro de referência, de médio-longo prazo, para a ação coletiva. Na implementação das opções de desenvolvimento é essencial que haja uma mobilização dos diversos atores para a ação [42].

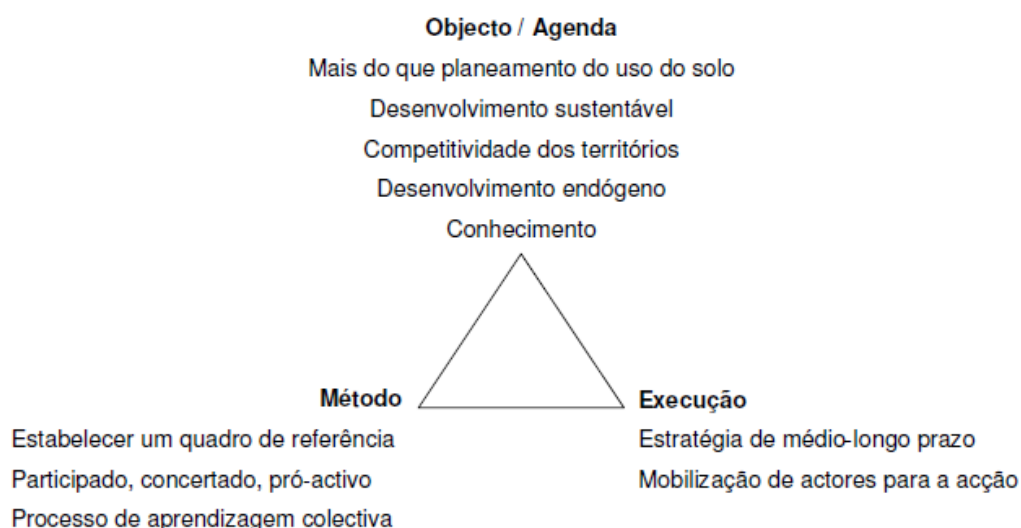


Fig. 2.13 - A nova visão de planeamento do território

O planeamento a nível regional passou a ser visto por muitos autores como essencial na coordenação de políticas e intervenções entre os níveis local e nacional, havendo uma maior articulação entre as autoridades regionais e entre estas e as autoridades locais e nacionais, tal como João Ferrão evidência, sendo um dos defensores desta escala no sistema de planeamento do território. Esta é a “escala geográfica adequada para garantir uma maior eficiência na aplicação e coordenação das diferentes

políticas (princípio da subsidiariedade), na constituição de parcerias verticais, envolvendo instituições comunitárias, nacionais, regionais e locais, e horizontais, englobando entidades públicas, privadas e associativas (princípio da parceria), e na participação democrática (princípio da legitimidade e transparência políticas) ” [43].

A **nível nacional**, neste domínio, a política de planeamento e a sua operacionalização traduz-se na elaboração do PNPOT que, de acordo com o artigo 26º do DL 380/99, estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados membros para a organização do território da União Europeia.

O **nível regional**, abordado neste capítulo, destaca-se enquanto o nível de estratégia e tem como instrumento de planeamento o PROT (Plano Regional de Ordenamento de Território). Este plano, conforme o artigo 51º do mesmo DL 380/99, integra as opções estabelecidas a nível nacional e considera as estratégias municipais de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território.

Ao **nível local** o nível de operacionalização assenta no PDM (Plano Diretor Municipal) como verdadeiro instrumento de ordenamento. O PDM, como refere o artigo 84º do mesmo Decreto-lei, estabelece o modelo de estrutura espacial do território municipal, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respetiva área de intervenção. Esse modelo de estrutura espacial do território municipal assenta na classificação do solo e desenvolve-se através da qualificação do mesmo.

Os espaços rurais, como já foi dito, deparam-se com problemas ao nível da sua estrutura socioeconómica, tornando necessária a aplicação de políticas de ordenamento do território capazes de favorecerem o seu desenvolvimento. O fraco desempenho das atividades económicas é o principal problema estrutural nestes espaços devido à inexistência de um mercado de trabalho coeso que corresponda às necessidades da população ativa, que se vê assim obrigada a migrar e a deixar estes espaços em busca de melhores condições de vida nos espaços urbanos. Com isto, e devido ao despovoamento destes territórios, o investimento em equipamentos e infraestruturas revela-se desnecessário e, conseqüentemente, a ausência destes meios dificulta a dinâmica e a atratividade do rural face ao urbano. Estas dificuldades que os espaços rurais enfrentam tornam o processo de desenvolvimento um trabalho mais complicado para os gestores do território não deixando, mesmo assim, de ser um constante desafio na procura de novas soluções políticas de ordenamento do território.

Nas últimas décadas, a multifuncionalidade das áreas rurais surgiu como sendo um possível caminho a seguir no sentido de dar resposta ao desafio da reabilitação do mundo rural, tendo como principal instrumento a potencialização dos recursos endógenos que possibilitou uma crescente aposta na construção de bases económicas que trouxeram visibilidade a alguns locais quase esquecidos. Sendo esta a estratégia a seguir no ordenamento das áreas rurais há, no entanto, que considerar os riscos provenientes da expansão de outras ocupações do solo, ao nível ambiental e paisagístico com o objetivo de evitar utilizações conflituosas desses espaços.

Na elaboração dos instrumentos de planeamento e ordenamento do território, devem então ser considerados os problemas relativos ao despovoamento e envelhecimento, principalmente, das áreas rurais marginais, ao abandono dos campos de cultivo que constitui uma séria ameaça à preservação da paisagem rural e ao equilíbrio estrutural do espaço, relativos à expansão da floresta não autóctone, por espécies de rápido crescimento, que tem sido responsável pela degradação da qualidade florestal, devido à ocupação urbana dispersa frequente em espaços periurbanos e os problemas relativos à fraca

dinâmica económica que se manifesta ao nível da baixa capacidade de iniciativa na exploração das potencialidades endógenas [44].

Os atrás referidos instrumentos de planeamento devem assim privilegiar soluções que possam contribuir para uma futura inversão destas tendências e a criação destas políticas e estratégias deverá ser levada a cabo por uma administração pública local consciente destes factos e que tenha presente que o ordenamento do território é um processo em contínua evolução e que nem sempre os resultados se verificam a curto prazo. Os gestores do território têm também o importante papel de criar incentivos ao investimento público e privado, fomentando iniciativas de desenvolvimento adaptáveis à realidade de cada espaço, sendo também fundamental a participação ativa das populações no planeamento visto serem conhecedoras da identidade dos locais onde vivem e devem transmitir as suas ideias de forma clara, sempre com o intuito de melhorar a qualidade de vida nesses espaços.

Concluindo e como referiu António Baptista no Seminário Leader na Covilhã, "o correto ordenamento do território visa assegurar a defesa e valorização do património cultural e natural e salvaguardar e valorizar as potencialidades do espaço rural, contendo a desertificação e incentivando a criação de oportunidades de emprego" [45].

# 3

## REABILITAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL EDIFICADO - CASOS EMBLEMÁTICOS EM PORTUGAL

### 3.1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, em Portugal, tem-se verificado uma crescente preocupação na requalificação e recuperação das aldeias pertencentes ao mundo rural. Aldeias recheadas de história e riqueza e com muito para oferecer, são objeto de valorização e promoção e tornam-se pontos fulcrais na estratégia de desenvolvimento das áreas rurais envolventes.

Foram então lançados alguns programas que visavam a recuperação de diversas aldeias esquecidas no interior do país, como o PAH (Programa das Aldeias Históricas de Portugal) e o PAX (Programa das Aldeias de Xisto). Estes programas tinham como objetivo maior, funcionar como uma alavanca e uma forma de ação em contextos socioeconómicos deprimidos com comunidades rurais fragilizadas e com dificuldades de afirmação. Neste sentido, procurava-se valorizar os lugares e a sua memória bem como o imenso património construído, potenciar os seus recursos naturais e culturais, reanimar as suas atividades e tradições e divulgar os espaços esquecidos, cuja marca ainda perdura no território, com o envolvimento das suas gentes numa perspetiva de dinâmica local de promoção e desenvolvimento destas áreas do mundo rural.

Pretendia-se então desenvolver políticas de intervenção que permitissem reverter a atual situação de decadência global nos territórios cujos espaços são mais debilitados e com dificuldades estruturais, devido ao constante processo de abandono demográfico e da desvalorização das suas atividades tradicionais. Políticas ligadas à fixação da população, ao desenvolvimento económico dos territórios, à criação de emprego e à sustentabilidade desses territórios rurais, ou seja, através dos investimentos públicos no património, em infraestruturas e equipamentos capazes de potenciar o desenvolvimento turístico das aldeias e de aumentar a qualidade de vida das populações, através de investimentos privados que contribuíssem para a criação de emprego e para a dinamização do tecido social e económico ou ainda através de outros investimentos, de carácter imaterial, que valorizassem os recursos humanos e estimulassem os recursos endógenos.

Esta atitude inovadora pretendia, com o envolvimento e a dinamização de parceiros locais, como as próprias populações, autarquias e respetivas associações de desenvolvimento e dos diversos setores da Administração Central/Regional, dinamizar diversos ambientes diferenciados tais como:

- a recuperação de infraestruturas, do património construído;
- a requalificação urbanística, animação económica, cultural e social, no sentido de melhorar as condições de vida das populações;

- a expansão e valorização do turismo através dos recursos endógenos particulares de cada aldeia;
- a maximização de sinergias entre as diferentes aldeias fazendo-as funcionar em rede de forma a haver uma maior promoção e divulgação de um território mais amplo e diversificado de potencialidades.

Estes programas foram coordenados pela CCDRC (Comissão Coordenadora e Desenvolvimento da Região Centro) e suportados financeiramente pelo FEADER, pelo Orçamento Geral do Estado, Orçamentos Municipais e através de investidores privados. Além da reabilitação patrimonial e urbanística, a estratégia passou também por identificar iniciativas e promotores capazes de dar sustentabilidade material e imaterial às referidas intervenções.

### 3.2. PROGRAMA DAS ALDEIAS HISTÓRICAS (PAH)

"O Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal é uma das intervenções mais emblemáticas no património rural do interior do país. Partindo da identificação de um conjunto dos melhores exemplos simbólicos daquilo que são as nossas mais profundas e remotas raízes aldeãs - enquanto património construído, enquanto ambientes de vida, enquanto capital de culturas partilhável pelas memórias individuais e coletivas de todos nós, este programa veio mostrar que há lugar no nosso país para uma política ativa de qualificação do "urbanismo rural", recuperando as aldeias enquanto conjuntos simbólicos e materiais, através da valorização dos seus edifícios, dos seus monumentos, das suas praças e largos" [46].

Foi delegado na CCDRC, por ação da tutela governamental, o papel de coordenar o referido Programa de Recuperação das Aldeias Históricas que tinha como objetivo, superar os efeitos negativos da degradação das construções e do despovoamento, contribuindo para reafirmar a identidade do interior, reforçando também a autoestima das populações em doze localidades beirãs – Almeida, Belmonte, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão, Sortelha e Trancoso, ver figura 3.1. Com este programa pretendia-se, sobretudo, contribuir para a valorização das características patrimoniais e dos elementos de interesse histórico-cultural específicos das aldeias e dos lugares turísticos, no sentido de melhorar os padrões de vida e modernizar os serviços de apoio económico e social, permitindo uma maior capacidade de fixar a população e incentivar novas atividades complementares nos ofícios tradicionais, reativando profissões em extinção [47].

Este programa tem como objetivo principal a valorização do património rural existente no interior do país que, pelo seu interesse patrimonial e paisagístico, se pretende revitalizar, através de intervenções tais como:

- ✓ Qualificação dos espaços públicos – pavimentação e arranjo das praças (pelourinhos), largos e ruas; colocação de mobiliário urbano adequado;
- ✓ Valorização do património – recuperação de muralhas (conservação e limpeza), de alguma arquitetura militar, do edificado (intervenção nas fachadas e telhados), conservação de solares ou casas de interesse, igrejas, etc.;
- ✓ Dinamização cultural – criação de espaços de museu e venda de artesanato;
- ✓ Dinamização turística – criação de postos de turismo e de alojamento, como a construção de pousadas ou a adaptação de edifícios para turismo de habitação rural;



- ✓ Melhoria das acessibilidades – melhoramentos das estradas de acesso, de forma a facilitar a chegada a estes locais por vezes muito isolados e, dentro das aldeias, criando constrangimentos à circulação viária;
- ✓ Dotação de infraestruturas – remodelação de redes de abastecimento de águas, de esgotos domésticos e pluviais, enterramento das infraestruturas elétricas e de comunicações, tornando assim as aldeias mais habitáveis [47].

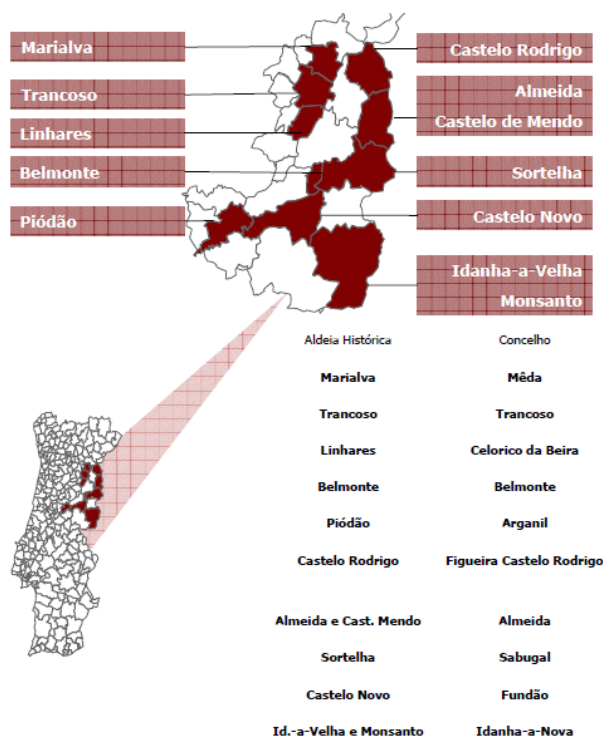


Fig. 3.1 - Programa de recuperação das Aldeias Históricas - 1987

O Programa de Recuperação das Aldeias Históricas iniciou-se em 1987 com as aldeias de Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha e em 2003 foram acrescentadas a este projeto as aldeias de Belmonte e Trancoso (Fig. 3.2). A história, a cultura e o património eram assim elementos que permitiam criar uma identidade comum às diversas aldeias incorporadas no projeto mas, complementarmente a esta riqueza de recursos, existiam outras realidades que era necessário contrariar, como a desertificação humana e a perda de competitividade territorial, variáveis que comprometiam a afirmação de um território já por si em desvantagem competitiva devido à sua interioridade.

A seleção das dez primeiras aldeias ocorreu à data de preparação do II QCA (Quadro Comunitário de Apoio) que vigorou entre 1994-1999, através do PPDR (Programa do Potencial de Desenvolvimento Regional). Surgiu então o PAH e estava assim criada a RAH (Rede das Aldeias Históricas), com as dez primeiras aldeias atrás referidas. Com o financiamento deste II QCA, foi atribuído um volume de investimento global de 25 milhões de Euros, cuja distribuição pelos respetivos Planos de Aldeia foi feita em função da dimensão física do aglomerado, do grau de carência em infraestruturas básicas, e da densidade e estado de conservação do património histórico-cultural existente. Devido ao desafio e ambição subjacentes a este projeto, não foi possível concluí-lo durante aquele período de

programação, pelo que no QCA III o projeto continuou a merecer um forte investimento público, agora através dos meios da AIBT (Acção Integrada de Base Territorial) de Dinamização das Aldeias, onde se destacava a RAH.

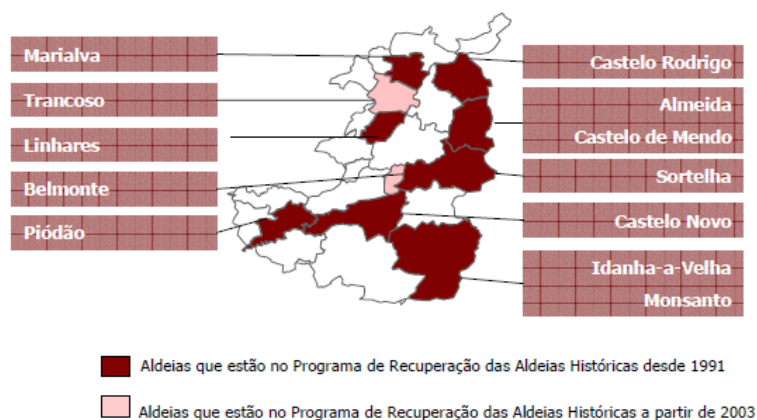


Fig. 3.2 - Programa de recuperação das Aldeias Históricas - 2003

A escolha destas dez aldeias foi feita através de um leque de critérios que abrangiam:

- a existência de um património arquitetónico, arqueológico ou ambiental classificado;
- uma unidade formal do tecido urbano e construído;
- um interesse histórico-cultural;
- uma integração em percursos turísticos ou culturais temáticos;
- um elevado índice de desertificação e carência de infraestruturas turísticas.

Estas aldeias possuem um património histórico único, autênticos conjuntos monumentais que muito interessa preservar e valorizar. Baseado nestes recursos, fortemente identificados com o respetivo território e através dos melhores exemplos simbólicos daquilo que são as nossas mais profundas e remotas raízes, o projeto centrou-se na recuperação do património edificado de reconhecido valor histórico, patrimonial e cultural, de modo a que este fosse dinamizado pelo seu uso turístico e, por esta via e através das suas atividades conexas, visava-se assim a promoção do desenvolvimento socioeconómico da região, contribuindo para a retenção das camadas mais jovens no território e para o aumento da autoestima das populações locais. Inicialmente foi implementado um conjunto de planos de intervenção com a realização de obras públicas de carácter infraestrutural, recuperação de fachadas e de coberturas das habitações, arranjos urbanísticos, melhoria das acessibilidades e beneficiação de monumentos, como também o reforço das bases empresariais regionais e locais, o combate ao desemprego, a promoção do ambiente e o melhoramento da qualidade de vida e, posteriormente, tornou-se fundamental juntar-lhes duas outras novas dimensões capazes de criar sustentabilidade ao projeto, como a animação socioeconómica, envolvendo atores locais através de associações de desenvolvimento local existentes, em que cada aldeia dispõe de um plano de animação para concretizar e a promoção turística no mercado nacional e internacional que só foi possível ser iniciada numa fase mais avançada do projeto, aquando da concretização dos trabalhos materiais.

Neste projeto, a estratégia inicialmente proposta passava por haver uma cooperação entre o setor público e privado, em que a preocupação do setor público, através da sua intervenção, era a de gerar condições ideais para captar o interesse do setor privado em investir. No final, obteve-se como resultado um forte investimento na recuperação de património civil, religioso e militar, valorizando as

Aldeias Históricas enquanto recursos estratégicos promotores do respetivo território e afirmando este projeto como uma marca forte no território – as “Aldeias Históricas de Portugal”.

A evolução deste projeto no futuro passa por assegurar uma maior participação e dinamização dos recursos e agentes regionais, públicos e privados, na exploração do "produto turístico" lançado pela RAH e consagrá-lo como um produto turístico nacional de referência ao nível dos novos destinos do interior. Perante este cenário surgiu, no final de 2008, a ADTAHP (Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal), com o objetivo de desenvolver o turismo da RAH.

### **3.3. PROGRAMA DAS ALDEIAS DE XISTO (PAX)**

Após a experiência conseguida com o PAH surgiu, em 2001, no PORC (Programa Operacional da Região Centro) a medida II.6 do Eixo Prioritário II (componente FEDER), fundamental no lançamento de um novo programa específico para as aldeias de xisto (de que resultará a constituição da “Rede de Aldeias do Xisto”), denominado de PAX (Programa das Aldeias de Xisto). Esta medida, inserida na AIBT-PI (Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior), apresentava como linhas de ação:

- o reforço e requalificação da capacidade de alojamento turístico;
- o apoio à animação turística;
- infraestruturas e equipamentos de promoção das potencialidades;
- promoção turística do território;
- acessibilidades locais e transversais.

Esta medida teve como objetivo valorizar as aldeias de xisto e o território carente (com fragilidades económicas, sociais e demográficas) e periférico onde se encontram, definindo estratégias de desenvolvimento local e explorando todas as suas potencialidades, como forma de se afirmarem enquanto pontos de elevado interesse e de atração turística.

A origem das Aldeias do Xisto provém de uma característica geológica comum entre elas, o xisto, que como rocha metamórfica era o elemento identificador de todo o território, e as aldeias eram os elementos representativos da organização socioeconómica desse território. Com isto, o principal objetivo do PAX era a constituição de uma RAX (Rede de Aldeias do Xisto) capaz de criar e afirmar uma "marca" de identidade para o território que agregasse os seus recursos endógenos, possibilitando um sentido de corpo entre as comunidades abrangidas e potenciando a sua articulação e o consequente efeito de escala.

Surgiu assim o projeto da RAX, um projeto de desenvolvimento sustentável de âmbito regional, liderado pela ADXTUR (Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto) em parceria com 16 Municípios da Região Centro e com mais de 70 operadores privados que atuam no território.

Este programa de características ligadas ao património cultural, social e arquitetónico patente na região, tomou duas vertentes. A primeira, da requalificação física dos edifícios, espaços públicos e recuperação de imóveis públicos e privados (arranjo de fachadas, coberturas, substituição de portas, janelas e respetivas caixilharias), bem como de infraestruturação (abastecimento de água, saneamento, eletricidade, telefone) e a sinalização (de acesso, de informação, identificação), sempre preservando a autenticidade e a identidade dos lugares e a segunda vertente ligada ao aspeto da formação, dando competências em áreas como o atendimento turístico, gastronomia, tecelagem, pedreiros de xisto, entre outras. O objetivo prendia-se com melhorar a qualidade de vida dos residentes, preservar as aldeias como patrimónios culturais e promover as suas atividades económicas. Como refere o documento elaborado pela CCDRC 2000/2006, tratava-se da “requalificação de um conjunto de

aldeias serranas (recuperação de coberturas e fachadas, requalificação de espaços sociais, instalação de mobiliário urbano, recuperação de pavimentos de ruas e calçadas, infraestruturação com redes básicas) que sustente uma rede de sítios de interesse turístico” [48].

O programa pretendia assim envolver três vertentes de intervenção distintas mas interdependentes, a vertente social, a patrimonial e a turística:

- ✓ **Vertente Social** - envolver os residentes no processo, melhorar a sua qualidade de vida, fixá-los na região, elevar a sua autoestima, atrair novos residentes, qualificar os residentes para um melhor relacionamento com o exterior e potenciar as pequenas economias locais;
- ✓ **Vertente Patrimonial** - considerar o conjunto edificado “aldeia” como um valor patrimonial em si, considerar como “valor patrimonial” o construído e o imaterial e enquadrar/ligar a aldeia no meio envolvente (património natural);
- ✓ **Vertente Turística** - fomentar o surgimento de unidades de alojamento (TER), criar elementos informativos na aldeia e motivar a atenção de agentes turísticos (empresas de animação) para a constituição de uma Rede das Aldeias do Xisto como "marca" de identidade do território.

Estavam assim definidos os desafios a vencer, sintetizados em quatro grandes vetores:

- crescimento e sustentabilidade desta marca turística emergente "Aldeias do Xisto" no mercado nacional e internacional e todas as submarcas associadas (ex.: lojas, praias, percursos verdes);
- utilizar a notoriedade da marca para, à volta dos recursos endógenos, atrair, orientar e valorizar novos investimentos e investidores;
- apostar fortemente na inovação, valorização humana, e cooperação como forma de criar novos serviços, novas atrações, novas oportunidades de investimento, concentrar capital de conhecimento no território e equacionar formatos e soluções específicas para o Pinhal Interior;
- reforçar e melhorar o sistema de governança da parceria local e aprofundar e qualificar o modelo de cooperação técnica previsto.

As 24 Aldeias do Xisto (visível na Fig. 3.3) abrangidas pelo programa, espalhadas por catorze concelhos do Pinhal Interior, foram:

- (1) Benfeita - Município de Arganil
- (2) Sarzedas, (3) Martim Branco - Município de Castelo Branco
- (4) Janeiro-de-Cima, (5) Barroca - Município de Fundão
- (6) Aigra Nova, (7) Aigra Velha, (8) Comareira, (9) Pena - Município de Góis
- (10) Candal, (11) Casal Novo, (12) Cerdeira, (13) Chiqueiro, (14) Talasnal - Município de Lousã
- (15) Gondramaz - Município de Miranda do Corvo
- (16) Álvaro - Município de Oleiros
- (17) Fajão, (18) Janeiro de Baixo - Município de Pampilhosa da Serra
- (19) Ferraria de São João - Município de Penela
- (20) Figueira - Município de Proença-a-Nova
- (21) Pedrógão Pequeno - Município de Sertão
- (22) Água Formosa - Município de Vila de Rei
- (23) Foz do Cobreiro - Município de Vila Velha de Ródão
- (24) Casal de São Simão - Município de Figueiró dos Vinhos.

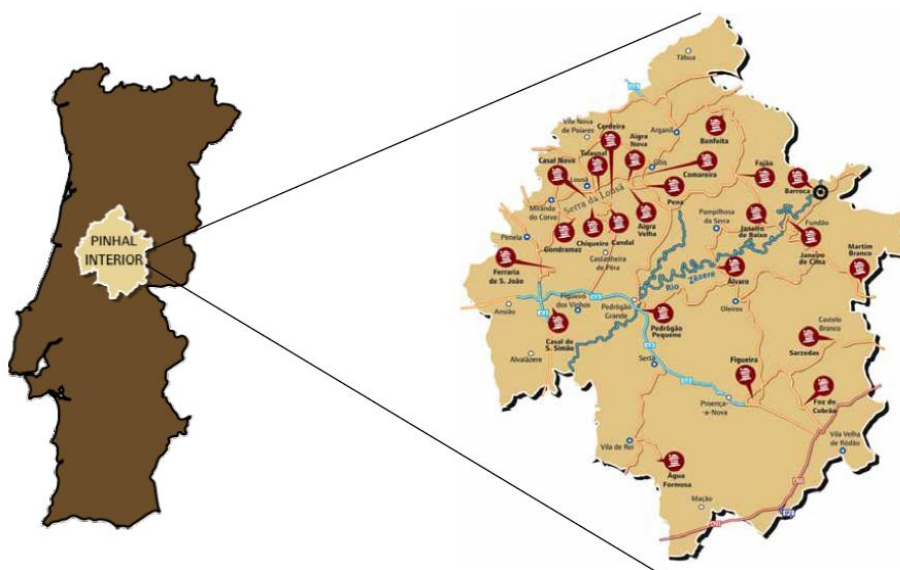


Fig. 3.3 - As Aldeias de Xisto do Pinhal Interior

Estes Municípios organizaram a candidatura destas aldeias ao programa e ao respetivo financiamento, através da elaboração de "Planos de Aldeia" (documento que visa caracterizar a aldeia e sua inserção, apresenta os motivos que fundamentam a escolha e estabelece as linhas orientadoras da intervenção correspondente) por uma equipa técnica local para o efeito e foram aprovados pela CCDRC. O estudo de todas as intervenções nas aldeias foi centrado nas pessoas e, embora houvesse uma estratégia de desenvolvimento apoiada no aproveitamento turístico, o objetivo final era a melhoria das condições de vida das populações residentes, a sua fixação e a elevação da sua autoestima, com a criação de emprego e a qualificação dos recursos humanos para um melhor relacionamento com o exterior, por forma a criar uma nova base económica, passando pela recuperação das tradições culturais, pela valorização do património arquitetónico e ambiental e pela dinamização das artes e ofícios tradicionais, envolvendo a participação ativa dos habitantes, associações locais e autarquias.

Ao longo dos últimos anos, as 24 Aldeias do Xisto beneficiaram de um projeto de requalificação que lhes permitiu adquirir potencial humano de desenvolvimento, o "Programa das Aldeias do Xisto" que tinha como vetores fundamentais a recuperação das tradições, a valorização do património arquitetónico construído, a dinamização das artes e ofícios tradicionais e a defesa e preservação da paisagem envolvente. O potencial residia então nos recursos patrimoniais, paisagísticos e culturais endógenos que, por falta de manutenção e divulgação, poderiam correr o risco de se degradar e serem progressivamente abandonados até culminarem na sua extinção.

Este importante trabalho, promovido pela CCDRC, potenciou o seu objetivo principal que era "melhorar a qualidade de vida das populações das aldeias, elevando os seus níveis de autoestima, qualificando o seu tecido social e agregando-as num processo participativo de desenvolvimento que é, antes de mais, seu". As Aldeias do Xisto transformaram-se em polos de atração turística suficientemente dinâmicos ao ponto de terem estimulado a criação de uma nova base económica de captação de visitantes e de investimento privado. O desafio dos próximos tempos consiste em conseguir a penetração desta rede no mercado nacional e internacional com o intuito de gerar fluxos turísticos ajustados à capacidade de carga deste destino, sistematizando a procura em torno da especificidade do produto Aldeias do Xisto, e afirmando este território como uma marca de excelência no universo da oferta Turística Nacional.

### 3.4. EXEMPLOS DE RECUPERAÇÃO DE ALDEIAS DE XISTO NO ÂMBITO DO PAH E PAX

#### 3.4.1. ALDEIA DO PIÓDÃO

O Piódão é uma das dezoito freguesias do concelho de Arganil, localizado na sub-região do Pinhal Interior Norte (Centro de Portugal) e situado numa encosta da Serra do Açor. É a freguesia mais longínqua do concelho e, de acordo com o INE (Instituto Nacional de Estatística), apresentava, em 2011, uma área de 36,36 km<sup>2</sup> e um total de 178 habitantes e uma densidade populacional de 4,9 hab/km<sup>2</sup>. (ver Fig. 3.4)

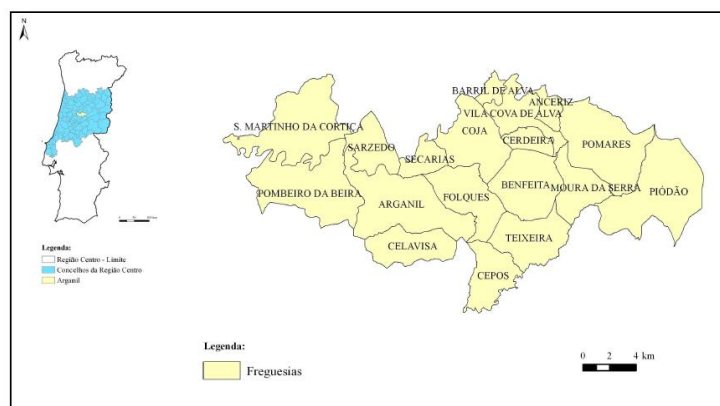


Fig. 3.4 - Localização geográfica do município de Arganil e da freguesia do Piódão

"A aldeia de Piódão é característica pela sua disposição em anfiteatro (Fig. 3.5), o chamado presépio de xisto, com as casas de grande consistência formal, arquitetónica e estética. O casario, em alvenaria de pedra de xisto, tem cobertura de lajes no mesmo material. As janelas, de pequena modulação têm, tal como as portas, cor nos aros, e, pela Páscoa, cruzes feitas com o Ramo de loureiro benzido são postas nas vergas das portas para afastar o mau-olhado.

Pelas ruelas íngremes, estreitas e tortuosas que formam recantos numa estrutura de malha cerrada e em grande parte reservada, corre aqui e ali um fio de água numa canada irregular: a Levada. De realçar a singela Fonte dos Algarres. As atividades agrícola e pastorícia continuam agora, como no passado, a ser dominantes no modo de vida dos habitantes do Piódão, encaradas essencialmente como forma de subsistência e sobrevivência. De notar a eira, donde se desfruta uma bela panorâmica, e o Forno do Pão." [49]

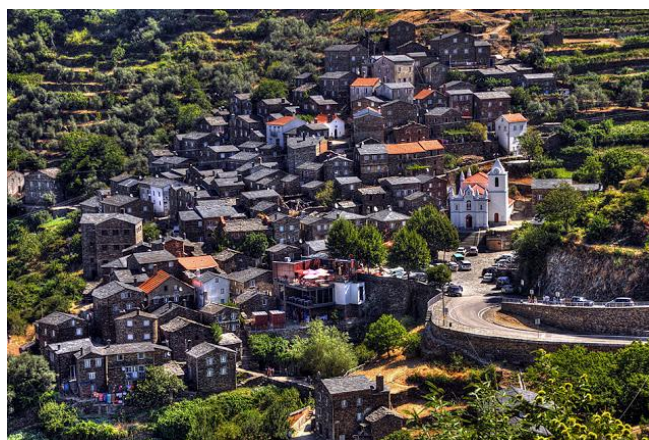


Fig. 3.5 - Aldeia do Piódão



A intervenção na aldeia incluiu até agora os trabalhos identificados na figura 3.6.



Fig. 3.6 - Ortofotomapa de Piódão e identificação do património e intervenções realizadas

### 3.4.2. ALDEIA DA CERDEIRA

A aldeia da Cerdeira localiza-se na serra da Lousã, situada na sua vertente Norte, pertence à freguesia da Lousã, concelho da Lousã e distrito de Coimbra (Fig. 3.7), localiza-se na Região Centro de Portugal, sub-região do Pinhal Interior Norte e faz parte da Rede das Aldeias do Xisto, um projeto que abrange 24 aldeias, pertencentes a 14 municípios, distribuídos pela Região Centro.



Fig. 3.7 - Localização geográfica da Cerdeira na serra da Lousã (Região Centro de Portugal)

"Como parte de um presépio disposto na encosta da serra voltada a sul e poente (Fig. 3.8), a aldeia da Cerdeira tomou espontaneamente a configuração de um teatro entrecortado pelo sulco serpenteante de uma ribeira.

As casas da Cerdeira guardam, depois de recuperadas, as memórias e a arquitetura de outros tempos. A tradicional pedra de xisto é usada tanto nas habitações como nos currais para animais, e ganha reflexos muito especiais quando o sol atravessa o ar húmido da serra. Ao crescer sobre o terreno inclinado, o casario foi-se implantando de frente para o astro-rei e os caminhos esculpiram-se nos afloramentos rochosos sem distinção clara entre o público e o privado, resultando em ambientes intimistas, como autênticas gravuras." [50]



Fig. 3.8 - Aldeia da Cerdeira



O projeto de intervenção proposto para a aldeia da Cerdeira incluiu a recuperação de alguns espaços degradados, principalmente a intervenção ao nível do edificado em que foi fundamental converter algumas construções de forma a proporcionar alojamentos e espaços de trabalho, com o intuito de desenvolver, realizar e planear eventos e diversas atividades comuns à aldeia. Ao nível do desenho urbano, apenas houve a necessidade de arranjar algumas zonas do pavimento da rua principal uma vez que, à medida que se caminha na direção sul da aldeia, esta rua vai deixando de estar definida.

A recuperação e remodelação do edificado, foi feita tendo em conta a preservação das tipologias originais, bem como dos materiais locais, imprescindíveis para não ferir a paisagem envolvente e o património e identidade da aldeia, fator fundamental na reabilitação de edifícios antigos em meios rurais.

A intervenção na aldeia incluiu até agora os trabalhos identificados na figura 3.9.



Fig. 3.9 - Ortofotomapa da Cerdeira e identificação das intervenções realizadas

### 3.4.3. ALDEIA DE ÁLVARO

Álvaro é uma freguesia do concelho de Oleiros (ver Fig. 3.10) e distrito de Castelo Branco, pertencente à província da Beira-baixa, com uma área próxima dos 35 km<sup>2</sup> e com uma população com cerca de 300 habitantes. Encontra-se integrada no contexto territorial da sub-região do Pinhal Interior Sul, no espaço de relação entre a Beira Interior e a Beira Litoral e o seu aglomerado populacional surge implantado numa elevação sobre o vale, estruturando-se ao longo da crista montanhosa, de forma linear, seguindo o traçado da rua principal, onde se desenha o leito do rio, rodeado por serras com extensas manchas de arvoredo, entre as quais predomina o pinhal.



Fig. 3.10 - Posição da freguesia de Álvaro no concelho de Oleiros (Região Centro de Portugal)

"De fundação medieval, a "villa" de Álvaro possui uma posição geográfica de promontório, outrora de muito difícil acesso, que a torna quase invencível: o seu casario branco ressalta no fundo verde do pinhal, estendendo-se pela linha de cumeadas ao longo da crista que se ergue sobre o Rio Zêzere (visível na Fig. 3.11). Sob duas pontes de pedra, uma das quais provavelmente romana, passa a Ribeira de Alvelos ou Rio d'Álvaro, que abraça a margem esquerda do Zêzere. É neste idílio sobranceiro ao rio, que Álvaro encerra um enorme património histórico e religioso. Para conhecer bem a aldeia é preciso fazer o circuito das 7 Capelas e desvendar os seus segredos." [51]



Fig. 3.11 - Aldeia de Álvaro e rio Zêzere

A intervenção nesta aldeia tinha como objetivo principal preservar o seu imenso património religioso. Alguns edifícios singulares distinguem-se pela qualidade arquitetónica, presença urbana, significado e valor histórico e artístico: Igreja Matriz, Capela da Misericórdia, Ermida de Nossa Senhora da Consolação, Capelas de São Gens, Nossa Senhora da Nazaré, Santo António e de São Sebastião.

As intervenções realizadas até ao momento foram as descritas na figura 3.12.

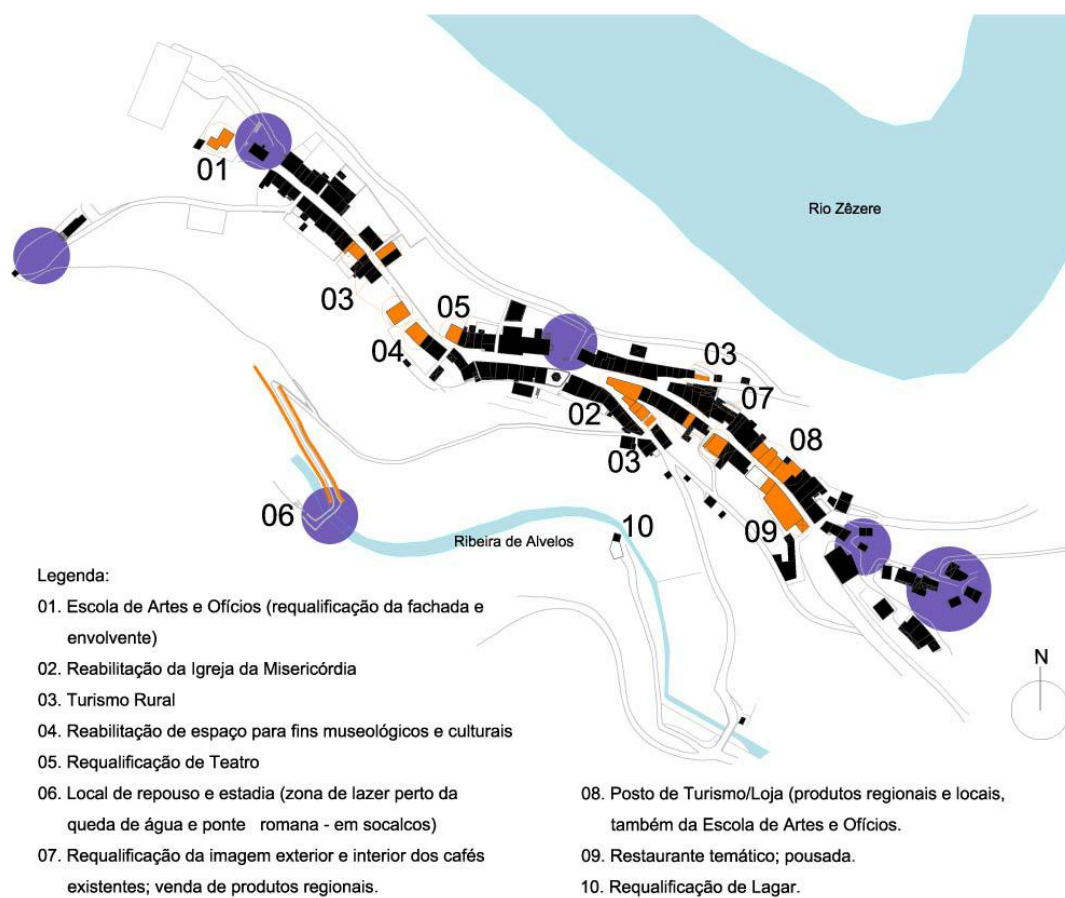


Fig. 3.12 - Localização das ações de intervenção



# 4

## O CASO DE QUINTANDONA

### 4.1. INTRODUÇÃO

Este capítulo faz uma reflexão sobre as intervenções de conservação e reabilitação na Aldeia Rural Preservada de Quintandona, pertencente ao Concelho de Penafiel e às terras do Vale do Sousa. A preservação da arquitetura vernacular, bem como a requalificação dos espaços públicos, deveu-se ao empenho da Câmara Municipal de Penafiel, com a colaboração da Junta de Freguesia de Lagares e dos habitantes de Quintandona, através de um projeto apresentado pela Ader-Sousa (Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa), no âmbito da sub-ação 7.1 da Medida Agris (Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural).

Posteriormente, e numa perspetiva de valorização turística e cultural da aldeia como ferramenta para o seu desenvolvimento, foram desenvolvidos projetos através de outros instrumentos de financiamento, como a iniciativa LEADER e o ProDeR (Programa de Desenvolvimento Rural).

As intervenções arquitetónicas no edificado, que incluiu não só os edifícios antigos mas também alguns edifícios recentes, enquadram-se no âmbito da Medida Agris, articulando-se com um conjunto mais abrangente de atuações desenvolvidas pela entidade promotora da candidatura ao programa comunitário - Ader-Sousa. Em paralelo com estas ações de recuperação dos edifícios, com o objetivo de lhes dar uma nova vida e de reforçar a sua identidade, desenvolveram-se as intervenções nos espaços públicos concretizadas pela autarquia - Câmara Municipal de Penafiel.

Com esta intervenção, na Aldeia de Quintandona, espera-se influenciar e estimular processos de índole semelhante, preservando a arquitetura vernacular, reanimando e reavivando as populações que vivem em áreas rurais e se sentem afastadas do resto do mundo e, paralelamente, mostrar que, através destas intervenções, se pode criar sustentabilidade nestas aldeias através do desenvolvimento de ações de integração social com o envolvimento das suas gentes em diversas atividades que contribuem para a dinamização e divulgação das suas aldeias e através de diversos projetos para turismo e gastronomia, aspetos estes que são abordados mais à frente neste capítulo.



## 4.2. BREVE CARATERIZAÇÃO



Fig. 4.1 - Aldeia Rural Preservada de Quintandona - vista geral

### 4.2.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E BREVE CARATERIZAÇÃO HISTÓRICA

A Aldeia Rural Preservada de Quintandona (Fig. 4.1) é um lugar da Freguesia de Lagares, Concelho de Penafiel.

A história de Lagares remonta a épocas remotas. A influência dos romanos atesta esta afirmação. Com efeito, alguns dos seus topónimos são de origem latina, nomeadamente Quintandona (de Quinta de Ónega ou de Dona Ónega). Quintandona, juntamente com Escariz e Ordins, terá sido um núcleo populacional fundamental para a organização deste território. A ocupação remontará à época do povoamento, que teve lugar por meados do séc. VI. Segundo J. Monteiro de Aguiar, os primeiros documentos escritos, no início do séc. XVII, referentes à “villa de Lagares” datam de 1088. No Foral Manuelino de Penafiel, D. Manuel I não esquece alguns casais de Lagares, exigindo tributos para consolidação das finanças régias, reforçando o poder central. Desses casais, cinco eram de Quintandona e pagavam nove reais cada um.

Hoje, a aldeia de Quintandona, consiste numa aldeia típica preservada, com uma beleza e arquitetura singulares. Na verdade, as características arquitetónicas do património que a definem, a combinação do xisto, com granito amarelo e ardósia, e a paisagem agrícola e florestal que a envolvem, quando “descobertas” pelas gentes urbanas das proximidades, conduzirão certamente a uma maior procura por este local.

O atual lugar de Quintandona tem à volta de 64 habitantes com uma média de idades de 34 anos. Tem-se notado nos últimos tempos uma forte procura de casas e terrenos para compra e uma maior fixação

de casais jovens neste lugar. Muitas gentes que visitam Quintandona começam a procurar um espaço para Turismo Rural e uma busca pelos sabores e tradições desta aldeia.

Esta aldeia encontra-se referenciada no roteiro das Aldeias de Portugal, bem como na Rota do Românico do Vale do Sousa, e é caracterizada como sendo um espaço mágico construído em lousa, com ruelas apertadas, de parlamentos ao lavadouro e cheiros rurais. Local onde o tempo rompeu a possibilidade de memória, desgastou as pedras em xisto que testemunha silenciosas a todo um passado carregado de contos e hão-de também testemunhar uma atividade cultural única que envolve os habitantes e visitantes num novo projeto para o futuro [52].



Fig. 4.2 - Entrada na aldeia de Quintandona

#### 4.2.2. O CONCELHO DE PENAFIEL

O município de Penafiel ocupa uma área de 212,2 km<sup>2</sup> do interflúvio formado pelo Douro, Tâmega e Sousa, eixo de ligação entre o litoral e o interior transmontano (Fig. 4.3).

Com 38 freguesias e mais de 72 000 habitantes (338,4 hab./ km<sup>2</sup>), integra a Comunidade Urbana do Vale do Sousa, NUT III Tâmega, numa paisagem de terras fundas e úberes, onde tudo é verde, mais intenso nas áreas irrigadas de prados e campos rodeados por ramadas e nos novos vinhedos, mais apagado nas manchas florestadas com pinheiro e eucalipto. O povoamento mostra-se contínuo, denso mas disseminado, com muitas unidades de pequena indústria e comércio de permeio com novas residências e casas rurais, campos mantidos com apego pelo trabalho a tempo parcial, pulsar também sentido na intensidade das migrações pendulares, no tráfego e na ocupação à margem das estradas.

A indústria extrativa, a construção civil e o comércio e serviços empregam grande número de trabalhadores, bem como as empresas sedeadas nas modernas áreas industriais, só ultrapassado pelo dedicado ao comércio e serviços, confirmando a vocação terciária do município e sobretudo do seu centro urbano, durante dois séculos a única cidade do distrito para além do Porto [53].

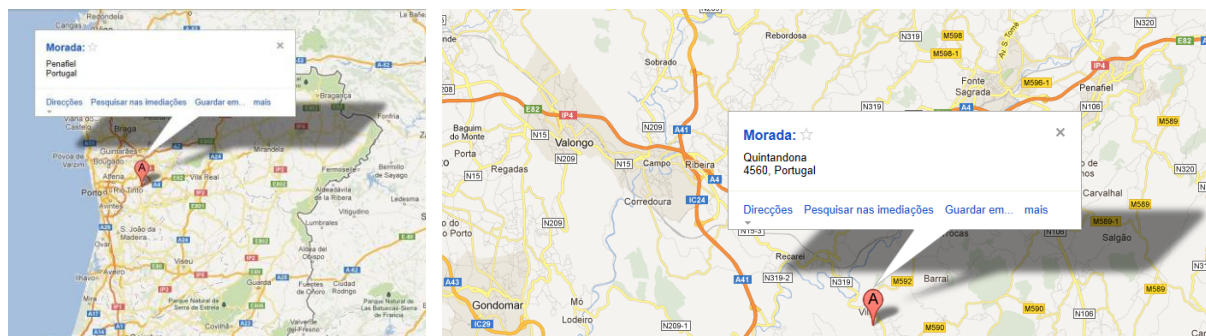


Fig. 4.3 - Localização geográfica do município de Penafiel e da aldeia de Quintandona

#### 4.2.3. POTENCIAL TURÍSTICO DA ALDEIA

A aldeia de Quintandona apresenta grandes potencialidades de desenvolvimento turístico, uma vez que se trata de uma aldeia típica preservada, com uma beleza e arquitetura singulares, com as suas construções todas em pedra de lousa e xisto e envolvida numa paisagem agrícola e florestal, situada ainda próxima dos grandes centros urbanos, a 30 Km do Porto, Estrada Nacional 319 a sul do Concelho de Penafiel. Localiza-se no limite Noroeste da Freguesia de Lagares, frente à inóspita Serra de Santo Antoninho, amplo terreno baldio, já sobre a mancha de xistos (rochas pós-skidavianas) com filões metalizados, na estrema do complexo das Serras de Valongo.

Como já foi dito, as casas são todas em xisto, tal como o solo, o que constitui um elemento diferenciador, pois no Concelho de Penafiel a rocha mais abundante é o granito. Na aldeia, existe ainda uma capela, com mais de 200 anos, dedicada a S. João Batista e a Nossa Senhora da Conceição, um cruzeiro, um lavadouro, um fontanário (ver Fig. 4.4) e ainda um Centro Cultural - Casa do Xiné, sede da associação - Os ComeDEantes - que aprofundou aqui as suas raízes, dinamizando o teatro local. Quanto à paisagem rural da aldeia, ela evidencia que as populações locais vivem da agricultura, sendo de destacar o caminho que vai desde a aldeia até ao Monte da Pegadinha, um miradouro natural de toda a zona.

Tem-se verificado, nos últimos anos, uma forte procura de casas e terrenos para compra e uma maior fixação de casais jovens no lugar, nomeadamente de filhos de habitantes mais antigos da aldeia. Denota-se também uma procura crescente de espaços para turismo rural pelos visitantes, o que levou ao desenvolvimento recente de mais dois projetos deste tipo por parte dos seus habitantes - pois já existe uma Casa de Turismo Rural (Casa do Agueiro) com capacidade para acolher 6 pessoas. Esses dois investimentos mais recentes são:

- a construção de um Hotel Rural de pequenas dimensões (cerca de 12 camas) e de um Restaurante na Casa da Viúva;
- a transformação da Quinta Valverde também num local para alojamento.



Encontra-se ainda em fase de projeto (licenciamento) um novo edifício de acolhimento e divulgação, para que a aldeia passe a receber os seus visitantes com maior comodidade, e que servirá também de apoio à atividade de BTT (Bicicleta Todo o Terreno). Será também criada uma Quinta Pedagógica através de um processo de recuperação e reabilitação da Casa do Amásio. A aldeia vai passar ainda a funcionar como um polo externo do Museu Municipal de Penafiel.



Fig. 4.4 - Capela de S. João Batista e Nossa Senhora da Conceição; Cruzeiro; Lavadouro/Tanque e Fontanário

A aldeia apresenta uma gastronomia muito variada, sendo possível apreciar o presunto e os enchidos de porco, o cabrito assado e o arroz de forno, para além das sobremesas de pão podre, tortas de Penafiel, leite-creme, bolinhos de amor e tortas de S. Martinho. Todos os anos, no terceiro fim-de-semana de Setembro, realiza-se a Festa do Caldo, festa típica onde se servem caldos tradicionais da aldeia e onde se tenta recriar em pleno século XXI um espaço e um tempo próprios das décadas de 1950 e 1960, nas quais o caldo era a base da alimentação da população rural portuguesa.

#### 4.2.4. CARATERIZAÇÃO SOCIOLÓGICA E ECONOMIA

Relativamente à caracterização sociológica da aldeia, Quintandona oferece uma visão algo original, o que foge um pouco aos padrões socioeconómicos a que normalmente estamos habituados a encontrar em locais semelhantes. A população residente é bastante jovem, como se demonstra na figura 4.5, onde num total de 64 habitantes a média etária ronda os 34 anos, e apenas três habitantes têm idades superiores a 75 anos, sendo todos eles mulheres. A aldeia encontra-se, assim, numa clara fase de renovação etária e rejuvenescimento em que, no total dos 20 fogos que a constituem, apenas dois estão

desabitados, 26,5% dos seus habitantes têm menos de 18 anos, cerca de 33% têm entre 18 e 35 anos de idade, constituindo estes números uma percentagem de 59,5% do total dos residentes na aldeia.

A população ativa de Quintandona, com idades compreendidas entre os 18 e os 55 anos, constitui cerca de 57% do total de habitantes e encontra-se praticamente toda inserida no mercado de trabalho. O sector terciário - serviços e ofícios, indústria e construção civil, é o setor que absorve maioritariamente esta mão-de-obra e não o sector agrícola, como seria mais lógico esperar. Comparativamente a outros lugares semelhantes, o nível de escolaridade não é baixo. Dos 64 habitantes da aldeia 27 ainda são estudantes, sobretudo do ensino básico e secundário, e uma boa parte da população ativa empregue no sector terciário constitui mão-de-obra relativamente qualificada.

As habitações da aldeia estão adaptadas ao modo de vida e de trabalho da população e às condições geográficas e climatéricas em que, até meados do século passado, a aldeia era um lugar rural e bastante pobre. As pessoas viviam da agricultura como forma de subsistência, segundo uma economia de auto-suficiência, e as casas estavam equipadas com moinhos de cereal, os quais foram muito importantes no preenchimento de uma grande parcela dos hábitos alimentares. Devido aos fracos recursos económicos da altura, denota-se em algumas habitações, que foram efetuados alguns aumentos quando era necessário mais algum espaço devido ao casamento de um filho, por exemplo.

Hoje em dia, as pessoas já não são tão pobres e já não se aumentam as casas, constroem-se habitações novas e recuperam-se as já existentes, procurando a integração destas na paisagem e o respeito pela pré-existência na aldeia, com o intuito de manter a sua identidade e a arquitetura do seu edificado, isto porque, antes da intervenção na aldeia, construíram-se bastantes casas novas que não respeitavam a arquitetura vernacular, edifícios dissonantes, tanto na utilização dos materiais e dos sistemas construtivos, como na arquitetura e sobretudo na inserção no próprio espaço rural.

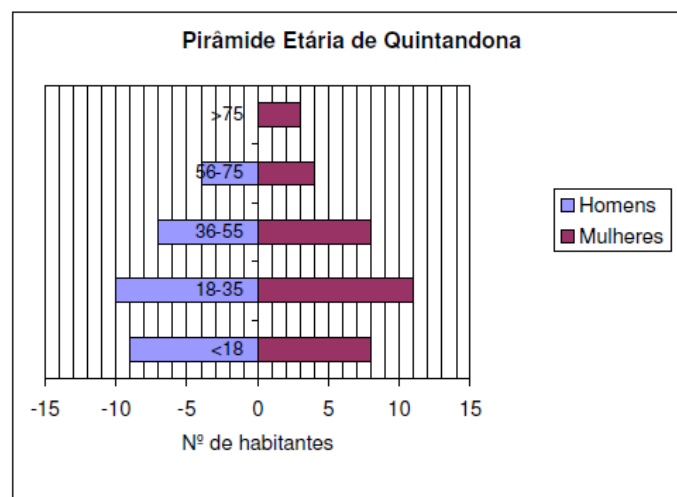


Fig. 4.5 - Pirâmide etária de Quintandona

Na aldeia existe uma oficina mecânica sendo o único empreendimento do lugar, mas que já é gerador de emprego e polo de atração de pessoas não residentes no lugar. Recentemente, e como já foi dito, estão a ser criados outros empreendimentos, de turismo, capazes de gerar emprego e de dinamizar a economia local, como um Hotel Rural e Restaurante na Casa da Viúva, uma Casa de Campo na Quinta Valverde, um novo edifício de acolhimento e divulgação e de apoio ao BTT e uma Quinta Pedagógica na Casa do Amásio.

#### 4.2.5. CARATERIZAÇÃO URBANA

Todas as ruas, incluindo a principal, são constituídas por calçada com cubos graníticos, material muito abundante na zona. A entrada na aldeia pode ser feita através de duas zonas, na vertente Norte, percorrendo depois a rua principal até à vertente Sul, que funciona como saída da aldeia, ou saindo pela parte Norte fazendo o percurso inverso (Fig. 4.6). A rua principal que nos encaminha para o fim da aldeia, a Sul, também nos leva ao ribeiro de Quintandona, entrando-se depois na serra, itinerário difícil mas consagrado que encurtava muito a distância para quem se dirigia ao Porto.

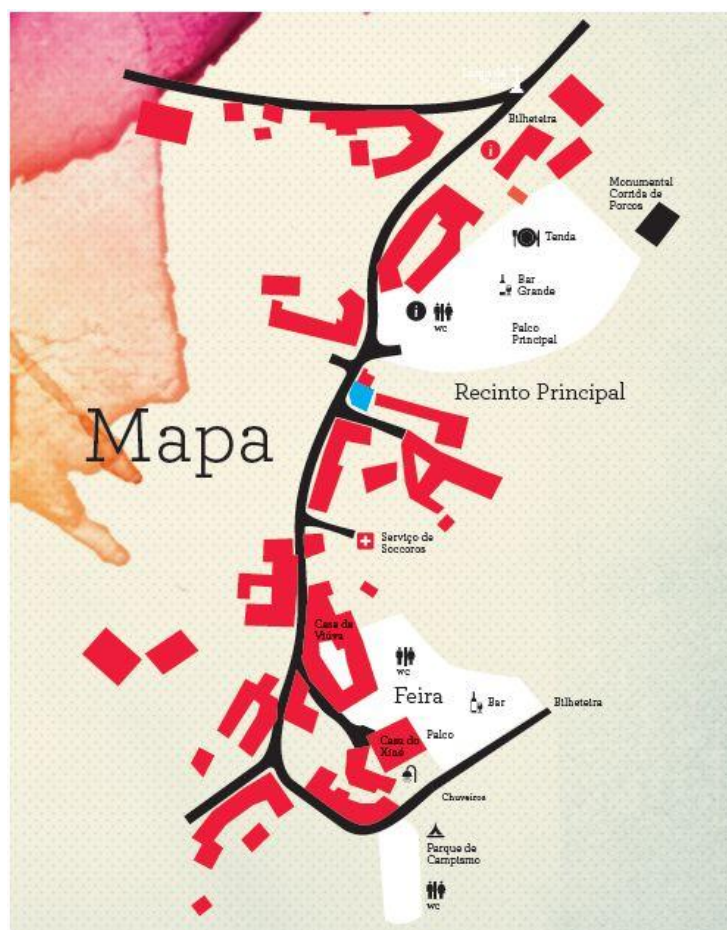


Fig. 4.6 - Mapa da aldeia de Quintandona - 6ª edição da Festa do Caldo, em 2012

As casas, complexos de exploração rural em que predomina o modelo de casa pátio, fechada e sobradada, distribuem-se em banda à margem da rua principal que desce, com fraca inclinação, para o ribeiro de Quintandona (Fig. 4.7). Os campos, entre a povoação e o ribeiro, são de terra fértil. Na entrada, propriamente dita, da aldeia de Quintandona, existe uma espécie de largo onde se encontra uma capela e um cruzeiro (visível na Fig. 4.2) e futuramente existirá o já mencionado edifício de acolhimento e divulgação e de apoio ao BTT.

Um pouco mais abaixo, e já bem dentro da aldeia, encontramos um lavadouro e um fontanário (Fig. 4.4) e no fim desta, situa-se o Centro Cultural - Casa do Xiné e respetivo parque de estacionamento. O espaço público da aldeia restringe-se apenas a estes espaços e à rua principal e ruas adjacentes, sendo



o resto das propriedades, com as casas e os respetivos campos e eiras, privadas. Antes de entrar na aldeia poderá se efetuar o estacionamento da viatura em vários pontos, não constituindo este um grande problema. Em dias da Festa do Caldo, existem diversos parques de estacionamento situados nas propriedades de alguns habitantes.



Fig. 4.7 - Vista aérea da aldeia de Quintandona

#### 4.2.6. CARATERIZAÇÃO ARQUITETÓNICA

##### a) Materiais e sistemas construtivos

A aldeia de Quintandona é fundamentalmente uma Aldeia de Xisto. Assim, o conhecimento do substrato geológico é fundamental para se explicar a característica externa mais saliente do lugar, o facto de quase todas as construções serem erguidas utilizando fundamentalmente o xisto, recolhido nas imediações e servindo de abastecimento e matéria-prima para qualquer futura reconstrução, mas também o facto de este fornecer outros materiais que estão presentes em todas as construções como sendo, a ardósia - uma variante do xisto, e o granito amarelo que compõe sobretudo a capela, o cruzeiro e a “marcação das linhas” das casas, desempenhando a função de vergas de vãos, sendo que a verga superior da porta é constituída por um bloco de grandes dimensões, onde fica registada a data de construção da casa.

As paredes exteriores são altas, a fenestração escassa e acompanhada por mísulas também em xisto. Este material, aplicado em lascas de pouca altura e comprimento, mostrando para o exterior a superfície de clivagem, mais lisa, parece ter facilitado o desenvolvimento de paredes curvas, que dão ao conjunto uma volumetria original.

Para além da utilização do xisto, os paramentos exteriores apresentam grandes blocos de granito amarelo, pouco compacto e de fácil desagregação, escolhidos sobretudo para cunhais e definição de vãos, aos quais dariam maior estabilidade, além de os fazer sobressair, numa estética de ostentação prestigiante que atinge também muitos alçados principais e, inevitavelmente, a fachada da única capela presente, neste caso elaborada com elementos de cantaria lavrada.

Também a ardósia, muito abundante nestas serras, tem lugar de relevo, sistematicamente aplicada em beirais e, muitas vezes, em construções de menor dimensão, utilizada em grandes placas sobrepostas, como único material de cobertura. As eiras são enlousadas com grandes blocos de ardósia, que faz ainda os respetivos rebordos (Fig. 4.9). Esteios de ramada e divisões de propriedade aplicam também a lousa, material perfeitamente apto a estas funções e mais fácil de obter localmente do que o granito.



Fig. 4.8 - Materiais de construção utilizados em Quintandona

## b) Tipologias e funções

No processo de reabilitação em curso, a intervenção na aldeia e em cada unidade de exploração deve ser feita tendo sempre em conta a preservação da memória e identidade dos seus componentes mais comuns.

As casas, complexos de exploração rural em que predomina o modelo de casa pátio fechada e sobradada são em geral sóbrias e pequenas e possuem dois pisos. Estes dois pisos são sobrepostos, mas independentes devido à dualidade das funções respetivas.

Para além da habitação, no sobrado, o centro da casa é a grande cozinha quase sempre térrea (ver Fig. 4.9), com o seu lar pétreo de trasfogueiro, o forno circular de cozer pão, também em granito, ambos cobertos pela péloga, pesada estrutura de lousa que evitaria a subida das faúlhas diretamente para as já desaparecidas coberturas de colmo. Em redor do pátio temos currais e lojas para animais e armazenamento de viveiros de toda a espécie, por vezes com lagar e ainda a adega do vinho.

O acesso ao sector da habitação é feito por uma escada exterior de pedra e xisto encostada à fachada pelo lado interior do complexo, no eido.



Fig. 4.9 - Cozinha tradicional e forno de cozer pão

O modelo de casa pátio fechada e sobradada, utilizado devido às atividades de cariz rural desenvolvidas outrora e nos dias de hoje mas com menos preponderância, significa que as casas geralmente possuem um terreiro fechado e pavimentado a xisto, para onde dão as portas da habitação, currais e anexos, e que se encontram com mato ou folhas resultantes das desfolhadas do milho, para a produção de estrume. Isto porque os animais passam o dia nesse espaço e só à noite são levados para os currais.

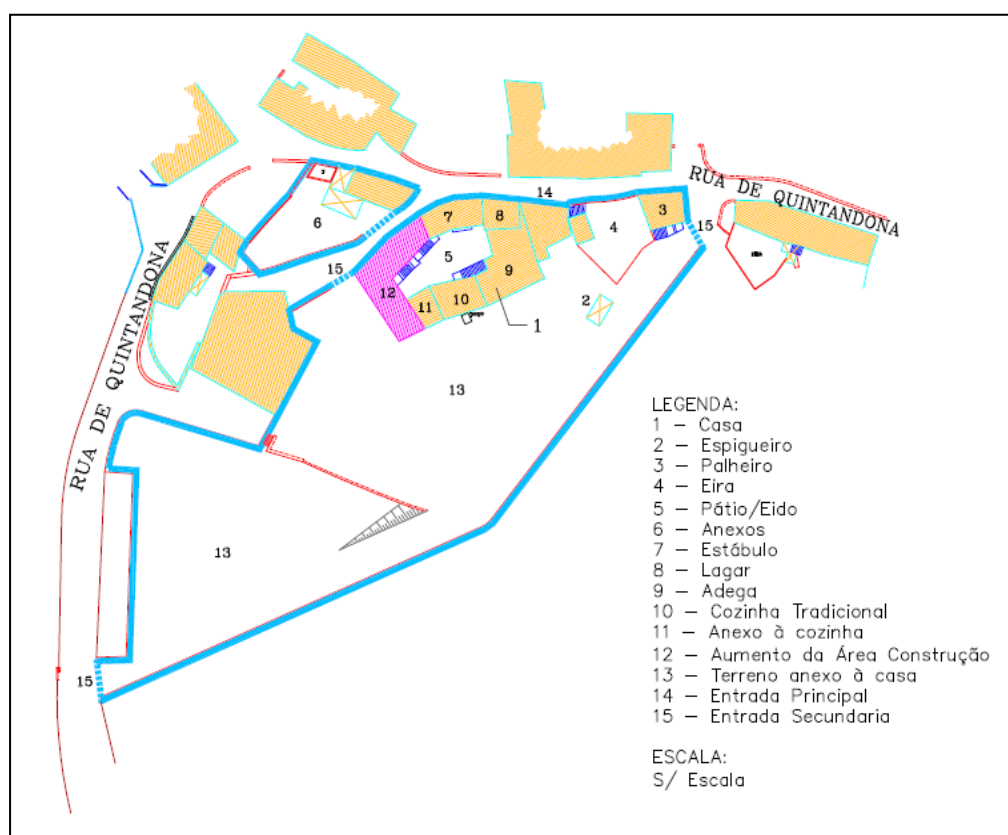


Fig. 4.10 - Planta de implantação do complexo agrícola de Quintandona



Por altura da Páscoa, esses pátios são limpos para a visita pascal e o estrume utilizado nas plantações, sendo que o processo recomeça logo após estes acontecimentos. O pátio pode ser incorporado dentro de um conjunto de edifícios, no centro das várias áreas que compõem uma casa, ou então ladeado apenas por uma ou duas paredes das habitações, sendo o restante espaço vedado por um muro baixo.

Devido aos sucessivos aumentos que foram feitos, em algumas habitações, ao longo dos anos, com o intuito de aumentar o seu espaço com o crescer da família, denota-se que as casas são multifamiliares e, muitas delas, apresentam duas ou três cozinhas.

Cada uma destas casas, em local propício a bons banhos de sol, construiu o seu espigueiro (Fig. 4.11), em madeira, retangular ou quadrado, sendo este bastante utilizado e espalhado apenas numa curta área, na proximidade do Douro. O complexo agrícola (Fig. 4.10) construído mínimo de uma típica casa de lavoura é ainda completado pela casa da eira ou o beiral e por uma eira quadrangular e pode ter ainda outras dependências especializadas, incluídas no mesmo bloco ou implantadas em locais mais afastados, como ocorre com os moinhos.

Junto à ribeira, que corre acompanhando o sopé da serra, encontramos os velhos moinhos de cereal (Fig. 4.11), propriedade individual ou de consortes, com uma ou duas mós, de planta retangular, construídos em xisto, por vezes utilizando grossa trave de madeira como verga da porta, com beirais de lousa e cobertura a telha ou daquele material. Sendo estruturalmente fáceis de recuperar, com eles anda necessariamente relacionado um sistema de condução e partilha de águas, também utilizadas para rega, com forte incidência de direito consuetudinário, ou seja, de utilização sucessiva garantindo equidade entre os primeiros e os últimos utilizadores.

Localizados na borda da corrente, em local fundo e sujeito a criar muita vegetação, estas estruturas moageiras eram indispensáveis à população da época, que tinham os seus hábitos alimentares aliados à sua produção e representavam assim a antiga economia de autossuficiência, património este que importa agora preservar de forma a não deixar morrer esta atividade que tanto foi útil no passado.



Fig. 4.11 - Espigueiro em madeira, retangular e Moinho de cereal

#### 4.2.7. NOVAS FUNÇÕES E SUSTENTABILIDADE DA ALDEIA

Nos dias de hoje a população da aldeia sente-se mais importante e valorizada e não vive com o medo de ser desprezada e colocada no esquecimento. Passaram a olhar para a sua terra como um sítio onde se pode viver e ainda ser valorizada por pessoas que a visitam e a tornam reconhecida e falada lá fora.

É certo que nem todos os habitantes atuais da aldeia pratica a agricultura, à exceção de alguns mais antigos, como modo de subsistência, até porque alguns deles são de classe média e trabalham fora desta, mas todos os dias retornam ao seu lar e dormem na paz e no sossego que a aldeia lhes proporciona. Como a agricultura já não é a atividade mais praticada na aldeia, os pátios sobradados deixaram de exercer as antigas funções e passaram a receber novos usos que não estão diretamente ligados à lavoura, como sendo a secagem de lenha. Por aqui se percebe que a arquitetura popular local, que agora se pretende preservar, não serve as mesmas necessidades para as quais foi desenvolvida, sendo-lhe atribuídas novas funções de acordo com os novos tempos e as necessidades atuais.

A implementação destes programas tiveram como objetivo, para além da preservação do património construído, do património natural, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural, criar condições para a fixação das pessoas no espaço rural, a atração de novos habitantes e a dinamização cultural dos espaços. Um dos impactos positivos foi a revitalização e recuperação de culturas tradicionais, mitos e ritos que são obra dos próprios agricultores e dos rurais em geral, que começavam a desaparecer, e principalmente a sensibilização da população para a importância desses mesmos valores.

A sustentabilidade da aldeia de Quintandona está assim intimamente ligada às suas gentes e, depois desta grande mudança efetuada na aldeia e na mentalidade das pessoas que a habitam, foram surgindo, nos últimos anos, diversas ideias criadas e levadas a cabo pelos seus habitantes.

O afirmar de um grupo de Teatro de Rua, formado em 2002 e com sede na aldeia desde 2005, com o objetivo de fazer reviver o passado, a construção de um Centro Cultural (sede desse mesmo teatro) e a criação da associação CASAXINÉ, a criação da Festa do Caldo dedicada à gastronomia local e a construção de diversos empreendimentos para Turismo Rural (alguns ainda em construção e outros em fase de projeto), constituem alguns dos grandes processos efetuados na aldeia capazes de promover, dinamizar e torná-la sustentável através da diversificação de atividades, potenciando assim os seus recursos endógenos e garantindo a fixação das populações.

#### **a) Centro Cultural - Casa do Xiné**

Inaugurado a 20 de Maio de 2012, este espaço, resulta da parceria entre várias associações e entidades e visa dinamizar a cultura e o turismo na região.

Como refere Belmiro Barbosa Pereira - Presidente da Associação CASAXINÉ, o nome do centro cultural deriva do nome da família do senhor Xiné que cá vivia, pois isto era uma casa de habitação que foi comprada posteriormente pela Junta de Freguesia de Lagares a esse senhor por uma reduzida quantia. Como na altura o senhor estava um pouco reticente e não muito disposto a vendê-la, então Belmiro Barbosa disse-lhe que se ele vendesse a casa à junta de freguesia, o centro cultural ficaria com o seu nome, daí o nome Casa do Xiné.

Este centro cultural (Fig. 4.12) surge na continuidade do projeto de intervenção e requalificação do edificado de Quintandona. A sua construção, com candidatura apoiada pela Ader-Sousa através de fundos comunitários destinados ao desenvolvimento rural, foi feita em duas fases, com a primeira fase através do projeto Agris, entrando logo em funcionamento, e a segunda através do ProDeR.

Tem capacidade para 100 lugares sentados ou 200 pessoas de pé e dispõe de dois camarins, um salão central principal e um bar. Este auditório pretende servir de espaço para eventos e exposições de Arte como a Fotografia, a Música e o Teatro.





Fig. 4.12 - Centro Cultural - Casa do Xiné

A Casa do Xiné pretende ser, para além da sede da Associação CASAXINÉ e da Associação comoDEantes, grupo de teatro, um polo de cultura e atração na aldeia, com uma programação de atividades diversificada. Surge, nas palavras de Belmiro Barbosa, como um meio que permite trazer sempre o passado à aldeia, ou seja, tem o objetivo de "fazer presente o passado". Diz ainda, e numa expressão mais abrangente, que a intenção é fazer de Quintandona o Centro Cultural de Lagares.

#### **b) CASAXINÉ, Associação para a promoção e desenvolvimento cultural de Quintandona**

A CASAXINÉ, Associação para a Promoção e Desenvolvimento Cultural de Quintandona, tem como missão desenvolver e dinamizar cultural, recreativa, económica, turística, desportiva e ambientalmente a Aldeia Preservada de Quintandona, através da criação de iniciativas internas ou externas à associação, do intercâmbio cultural com entidades nacionais ou internacionais que compartilhem interesses comuns, da produção de espetáculos musicais e culturais e festividades concelhias e da organização da Festa do Caldo de Quintandona - manifestação cultural anual.

Esta associação tem como principais parceiros a Câmara Municipal de Penafiel, a Junta de Freguesia de Lagares, a Associação para o Desenvolvimento de Lagares e a Associação comoDEantes. Através de parcerias o objetivo é elaborar estratégias de desenvolvimento onde se valorizem as potencialidades locais, promover empreendimentos de interesse local e incentivar o voluntariado nas ações de caráter sócio cultural.

Tem assim como 4 grandes pilares, o Desenvolvimento Cultural, Social, Económico e de Identidade.

A CASAXINÉ, em colaboração com os comoDEantes e a Associação para o Desenvolvimento de Lagares, gere o Centro Cultural Casa do Xiné.

#### **c) Grupo de Teatro - comoDEantes**

Os comoDEantes são um grupo de teatro, composto por um grupo de pessoas que desde 2002 trabalham como\_de\_antes (como antigamente). A sua atividade teatral tem assentado num género específico de teatro, a "Commedia Del'Art", que pressupõe o uso de máscara (ver Fig. 4.13) e a criação de textos baseados nas vivências do povo e pela sátira, também associada ao teatro de rua, usando as casas e as ruas da Aldeia de Quintandona como cenário para a representação. O estilo era e continua a ser a commédia dell arte, e cada um dos formandos aprendeu nessa altura as máscaras fundamentais deste género de teatro, assim como as suas regras fundamentais.



Fig. 4.13 - Máscaras usadas pelo grupo de teatro comoDEantes

O primeiro espetáculo «O regresso do roei côdeas» foi apresentado no auditório do GJNE e através de uma pequena digressão também foi apresentado em Modelos – Paços de Ferreira, no Fórum Cultural de Ermesinde – Valongo e em Arouca.

Aquando da preparação de um novo espetáculo, no final de 2004, o grupo saiu do Auditório do GJNE para se sediar numa casa particular cedida por um bem-feitor que aprecia o voluntarismo e energia do grupo. Esta nova “casa” tem como morada a Aldeia Preservada de Quintandona em Lagares, Penafiel, local considerado ideal para o desenvolvimento dos projetos artísticos idealizados pelo grupo.

É nesta altura que todos os esforços são encetados para criar uma Associação cultural. Desta forma, a 21 de Junho de 2005, este grupo de teatro evoluiu acabando por se transformar numa Associação com o nome "Associação comoDEantes, grupo de teatro".

Em Setembro do mesmo ano, e aquando da inauguração da “Aldeia preservada” apresentou-se à Junta de Freguesia de Lagares e à Câmara Municipal de Penafiel. Fizeram um pequeno evento onde mostraram o grupo e entregaram uma pequena carta informativa à Câmara Municipal de Penafiel e em Outubro resolveu apresentar-se à população do lugar, numa desfolhada seguida de um pequeno espetáculo de teatro: «O pai tirano come a rosa do quinteiro». Em Janeiro de 2006, acabaram a história (o segundo episódio) e, nesta iniciativa, juntaram uma vez mais os aldeões à volta do espetáculo e na sua apresentação.

Com a apresentação do “segundo episódio” lançaram um desafio aos habitantes de Quintandona, e das freguesias contíguas. Em Setembro de 2006, estrearam a peça «Por um punhado de vida...» e, neste seguimento, acabaram por integrar os habitantes da aldeia num espetáculo que conta como uma pequena aldeia se reuniu para enfrentar uma estúpida lei do Presidente da Junta: É proibido morrer! Com mortos, bruxas e monstros... A história acaba com um bom caldinho cá à moda da terra!

A 1ª Festa do Caldo de Quintandona, nos dias 15 e 16 de Setembro de 2007, foi realizada pelo grupo de teatro e contou com cerca de 3500 visitantes. Festa que para além do tradicional caldo "serviu" também espetáculos de teatro, música e muito entretenimento.

Neste momento, têm como sede o então construído Centro Cultural, CASA DO XINÉ localizado na aldeia.

#### **d) Casa do Agueiro**

Situada na Aldeia Rural Preservada de Quintandona, a Casa do Agueiro é uma Casa de Turismo Rural equipada com dois quartos de casal, uma casa de banho, uma sala de estar e uma cozinha completa. (Fig. 4.14)



Fig. 4.14 - Casa do Agueiro - Turismo Rural

#### e) Casa Valxisto

A Casa Valxisto é uma Casa de Campo situada na Quinta Valverde (Fig. 4.15), na Aldeia Rural Preservada de Quintandona. Surgiu através do desenvolvimento de um projeto recente de reabilitação da Quinta Valverde para se tornar numa Casa de Campo para Turismo em Espaço Rural e é divulgada com a marca "Casa Valxisto - Country House".

É um empreendimento com oferta de alojamento e lazer num ambiente confortável e agradável, em harmonia com o espaço rural envolvente, dispondo de diversos serviços como, piscina, sala de jogos, bar, restaurante, quartos como kitchenette, bicicletas, malas de piqueniques, espaço wi-fi, entre outros.



Fig. 4.15 - Casa Valxisto - Turismo Rural



#### f) Festa do Caldo de Quintandona

A Festa do Caldo de Quintandona (cartaz da festa em 2012 visível na figura 4.16) é uma festa dedicada à gastronomia local, ao artesanato e a atividades de natureza teatral, musical e cultural, com o intuito de promover a Aldeia Rural Preservada de Quintandona.

Fazem parte da sua programação atividades relacionadas com a área do espetáculo, como música tradicional portuguesa, espetáculos de teatro, espetáculos de rua relacionados com a envolvência que nos reporta a aldeia. Inclui ainda atividades educativas, oficinas de trabalhos, de dança e de música e ainda atividades recreativas e desportivas, como a monumental corrida de porcos e jogos tradicionais.

A Festa do caldo de Quintandona tem a duração de três dias e ocorre sempre no 3º fim-de-semana de Setembro, criando assim um "acontecimento habitual" para aqueles que a visitam. Em 2012 contou com a presença de 14.000 pessoas durante os três dias do festival.

Esta festa só é possível com a participação ativa de toda a comunidade e, todos os anos, conta com 120 voluntários fulcrais para a concretização deste projeto, orientados por cerca de vinte elementos da organização. Sendo este evento um investimento para o futuro, o voluntariado é indispensável e sem ele a Festa do Caldo não aconteceria, porque se houvesse necessidade de pagar a todos que trabalham neste evento a festa não teria resultados económicos positivos. Este foi também um ganho, para além de o ganho maior ter sido o convívio, a partilha e o estar em comunidade, que os voluntários dão à festa.



Fig. 4.16 - Cartaz da Festa do Caldo de Quintandona de 2012

Na aldeia foram criados diversos espaços onde decorrem as diferentes atividades:

- **Recinto principal:** num recinto bastante amplo são colocadas infraestruturas para servir as refeições, a cozinha, as casas de banho, palco principal e ainda um bar;
- **As ruas:** ao longo da aldeia são feitas algumas apresentações teatrais (teatro de rua) e pequenos concertos de música;
- **Espaços alternativos:** nos quinteiros das casas, espaço térreo interior das casas características da aldeia, e eiras, espaços de secagem de cereal, são feitos concertos de música;
- **Feira:** terreno amplo onde são implantados barracas para os artesãos, um bar e um palco para concertos;

- **Casa do Xiné**, centro cultural: Sala estúdio, com condições para acolher espetáculos mais exigentes a nível técnico e que não se coadunam com o exterior; É sede de atividades do festival;
- **Estacionamento**: existem oito parques de estacionamento na entrada da aldeia, impedindo, assim, a entrada de carros na aldeia preservada;
- **Parque de campismo**: parque de campismo gratuito equipado com wc e chuveiros de água quente.

Os objetivos do evento são:

- dar a conhecer um local magnífico em termos visuais e históricos, acompanhados de uma gastronomia extremamente rica, variada e de excelente sabor e de uma atividade lúdico-cultural de excelência;
- animar um espaço especial com música especial, com espetáculos que tragam vida, alma e cheiros d'outrora;
- trazer visitantes a uma realidade interior, por vezes esquecida mas muito acolhedora;
- divulgar a atividade da companhia de teatro comoDEantes, e de todos aqueles que de uma forma ou de outra colaborarem no evento e ajudar a criar e promover uma estrutura cultural organizada e com um programa anual diversificado para servir a área envolvente.

Acima de tudo, pretende-se que haja um maior envolvimento de toda a comunidade num projeto de valorização e reconhecimento do que é seu, da sua memória e da importância da riqueza cultural, social e turística que esta região representa.

São coorganizadores desta festa a CASAXINÉ, Associação para a promoção e desenvolvimento cultural de Quintandona, a Associação comoDEantes, o grupo de teatro, a Associação Cultural Tempestades e Macaréus, a Associação para o Desenvolvimento de Lagares, a Junta de Freguesia de Lagares e a Câmara Municipal de Penafiel.

### 4.3. O PROJETO DE RECUPERAÇÃO - SÍNTESE

#### 4.3.1. ASPETOS GERAIS

A recuperação da aldeia só foi possível com o apoio de Fundos da União Europeia a que a Ader-Sousa concorreu. Lembra-se que a Ader-Sousa é uma associação de direito privado de âmbito local, com sede no Mosteiro de Pombeiro, Felgueiras, incluindo a sua atividade nos concelhos de Paços de Ferreira, Felgueiras, Lousada, Paredes e Penafiel e áreas vizinhas envolventes. Tem por fins a promoção do desenvolvimento regional e local, tendente à melhoria das condições sociais, culturais e económicas das respetivas populações.

Foi então apresentado pela Ader-Sousa, um projeto para a preservação da arquitetura do edifício de Quintandona e requalificação dos espaços, no âmbito da sub-ação 7.1 da Medida AGRIS: Recuperação e Valorização do Património Natural, da paisagem e dos núcleos populacionais. Sub-ação esta que se encontra integrada na ação 7: Valorização do Ambiente e do Património Rural. De forma global, a Medida AGRIS pretende garantir a promoção e o desenvolvimento das zonas rurais, nomeadamente através da preservação e valorização de pequenos aglomerados populacionais rurais e da melhoria das condições de vida e do bem-estar da população. Por seu turno, a Ader-Sousa tem objetivos muito semelhantes: promoção do desenvolvimento regional e local, conducente à melhoria das condições sociais, culturais e económicas das respetivas populações.

Como referia o Plano de Intervenção da Aldeia de Quintandona utilizado para a candidatura, elaborado pela Ader-Sousa: "Antigo e densamente ocupado, este lugar foi marginalizado pelas vias de comunicação oitocentistas, o que facilitou, certamente, a sua preservação. Beneficiando da situação geográfica em que se encontra, dada a proximidade do Porto, Quintandona está servida de fáceis acessos a partir da autoestrada ou por comboio, através da estação de Cête. A qualidade patrimonial, que aponta para uma classificação de sítio com interesse municipal, perturbada, diga-se, por infraestruturas públicas bastante dissonantes, felizmente reversíveis, não pode, porém, ser mantida à custa de uma menor qualidade de vida dos habitantes, pelo que se torna urgente requalificar este espaço de forma programada, sem adular as suas características mas dando condições aos residentes para optarem por o continuarem a ser e, se possível, captando novos moradores para as unidades que se encontram abandonadas, garantindo-se assim que, à preservação do património construído corresponda uma efetiva vivência, a única que poderá manter o espírito do lugar e todo o património imaterial associado."

Este projeto de recuperação mostrou-se fundamental para a transformação de Quintandona num local turístico isto porque, antes de 2005, este povoado não era visitado por turistas e tão pouco estava inserido nos guias históricos e turísticos de Penafiel. No sentido de desenvolver um interesse e participação na recuperação das habitações por parte da população, uma vez que metade dos gastos ficou a cargo dos proprietários, o Presidente da Junta Belmiro Barbosa Pereira organizou uma visita à Aldeia de Piódão, em Arganil. A mesma tinha sofrido intervenção para recuperação e motivou a população de Quintandona, que ficou entusiasmada com a sua beleza. No entanto, Belmiro Barbosa ficou desiludido com o facto de a aldeia de Piódão ter poucos habitantes.

Com esta intervenção iniciada em 2003 e finalizada em 2008, e devido a diversos outros projetos já executados, em execução e a projetos futuros ainda em fase de licenciamento, se percebe que a reabilitação da aldeia de Quintandona é um processo dinâmico e continuado, sendo que algumas casas no centro da aldeia estão agora a ser recuperadas, enquanto que outras são remodeladas, para que "se insiram no enquadramento histórico de Quintandona".

#### 4.3.2. IMPACTO DAS INTERVENÇÕES

O Plano de Intervenção da Aldeia de Quintandona registou uma ação muito importante para a sua população.

A implementação deste programa no núcleo rural objeto desta candidatura, teve como objetivo, para além da preservação do património construído, do património natural, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural, criar condições para a fixação das pessoas no espaço rural, a atração de novos habitantes e a dinamização cultural dos espaços.

De uma forma geral, este plano foi um sério contributo ao nível da recuperação, na medida em que permitiu que vários edifícios fossem recuperados e não se deixasse que elementos vitais e característicos do mundo rural penafidense se perdessem. Possibilitou ainda que se criasse outra dinâmica neste território ao nível sobretudo da paisagem, porque recuperando edifícios, incentiva-se nas populações vizinhas a vontade de fazer o mesmo nos seus edifícios, muitas vezes sem financiamento.

Ao nível da tipologia dos edifícios de traça tradicional intervencionados, podemos incluir os seguintes:

- ✓ Edifícios destinados à habitação (coberturas, fachadas, vãos, portas, janelas e caixilharias e beirados em pedra de xisto);

- ✓ Espigueiro;
- ✓ Capela.

Quanto à outra componente de intervenção, que está ligada com a recuperação/construção de outros elementos aliados à componente do espaço público, também o plano de intervenção foi importante na medida em que envolveu a parceria da Câmara Municipal de Penafiel na execução deste tipo de projetos. Desta forma e para que fique registado neste capítulo, os projetos desta natureza foram os seguintes: Arranjo da envolvente da Aldeia, o que entre outros, abrangeu, iluminação (tendo sido enterrada toda a cablagem), caminhos, incluindo muros, e lavadouros. É de realçar que, por motivos da intervenção pública, foi instalado na aldeia o saneamento e abastecimento de água que antes não existiam.

Em Anexo pode encontrar-se um registo fotográfico da intervenção na aldeia (Anexo A1).

Para além dos acima enunciados, a Ader-Sousa considera que um dos impactos positivos foi a revitalização e recuperação de culturas tradicionais, mitos e ritos que são obra dos próprios agricultores e dos rurais em geral, que começavam a desaparecer, e principalmente a sensibilização da população para a importância desses mesmos valores.

#### 4.3.3. GRAU DE SATISFAÇÃO DOS PROMOTORES

Como refere a Ader-Sousa, no seu Relatório Final de Intervenção e no qual o autor suporta esta análise, "é muito difícil avaliar o grau de satisfação dos promotores quando não existe qualquer documento de apoio". Desta forma, apenas se pode referir algumas opiniões que os promotores iam transmitindo nas várias visitas de acompanhamento e reuniões que esta Associação promoveu. Durante a implementação e execução dos projetos os promotores, sempre foram manifestando algumas dificuldades sobretudo associadas à obtenção das provas de titularidade, por razões de natureza financeira e devido ao tempo de resposta aos pedidos de comparticipação financeira, que dizem ter sido longos e muito burocráticos.

Apesar do descontentamento quanto às questões já referidas, os promotores em geral demonstraram um grau de satisfação elevado, sobretudo pelo apoio recebido por parte dos técnicos da Ader-Sousa envolvidos no projeto e pelo grau de envolvimento da autarquia no projeto. Também refere que os mesmos passaram a valorizar, para além do seu património pessoal, o património da aldeia e que é importante num futuro próximo dinamizar a mesma pois poderão obter alguns benefícios, nomeadamente ao nível do turismo. Não só se verificou a satisfação dos promotores envolvidos, como também da restante população menos envolvida no processo e que não aderiu aos processos de recuperação financiados com dinheiros comunitários e que agora expressou "tristeza" e "arrependimento" por não ter aderido ao projeto.





# 5

## QUINTANDONA - PRINCÍPIOS GERAIS DE INTERVENÇÃO

### 5.1. INTRODUÇÃO

Numa intervenção de reabilitação é imprescindível avaliar e diagnosticar o estado atual do objeto em estudo, seja numa intervenção a nível global, a "aldeia" aqui estudada nesta dissertação, ou um simples edifício dessa mesma aldeia, de modo a que seja possível propor soluções que permitam atingir o desempenho adequado.

A reabilitação deve ser adaptativa pelo que não deve haver estratégias pré-definidas. É necessário um diagnóstico específico e fundamentado caso a caso, que permita introduzir uma metodologia técnica adequada. Deve ter-se em conta a compatibilidade entre materiais existentes e os materiais a introduzir. O recurso a técnicas tradicionais deve ser privilegiado em detrimento das técnicas mais modernas. No entanto, nem sempre é possível obter essa compatibilidade entre materiais, pelo que se pretende criar mecanismos que permitam estabelecer uma ligação entre as exigências e o desempenho de uma determinada solução construtiva, sendo necessário haver o envolvimento entre materiais, componentes, sistemas e edifício/aldeia no seu conjunto. [54]

Coloca-se sempre o problema de decidir a melhor intervenção e manter ou não a autenticidade original das soluções. Como princípio geral, deverá manter-se, da melhor forma possível, a estrutura no seu estado inicial aquando da intervenção. Quando esta situação não acontece, o restauro deverá incidir principalmente na substituição das peças irrecuperáveis por outras colocadas de novo e de acordo com as técnicas de montagem usadas antigamente. Enumeram-se então algumas regras gerais numa intervenção de restauro e reabilitação:

- Respeitar o passado, preservando tanto quanto possível os materiais existentes;
- Aceitar a necessidade de intervenções futuras, respeitar as intervenções precedentes e o seu contexto;
- Deixar bons testemunhos da intervenção;
- Impedir soluções inovadoras mal concebidas;
- Deixar o mínimo possível de alterações à solução encontrada no momento da reabilitação, por forma a não deixar uma marca profunda da intervenção. [54]

## **5.2. METODOLOGIA DESENVOLVIDA**

A metodologia seguida neste capítulo, tal como foi referido no capítulo 1, é preferencialmente desenvolvida no aspeto relacionado com a Construção, por ser o tema em que o autor desta dissertação se sente mais à vontade. No entanto, não deixa de ser igualmente importante serem desenvolvidos posteriormente os outros aspetos relacionados com o Urbanismo e a Arquitetura e até mesmo a Sustentabilidade.

O principal objetivo deste trabalho é assim o de desenvolver uma metodologia possível na ótica da promoção do projeto, que sirva de apoio aos gabinetes técnicos das autarquias ou do estado. Com isto, não se incluiu no âmbito desta tese as metodologias relacionadas com o projeto de reabilitação.

São desenvolvidos alguns princípios de intervenção, que poderão ser aplicáveis às diversas aldeias de xisto existentes em Portugal, baseados nos trabalhos efetuados aquando da intervenção de reabilitação na aldeia de Quintandona, ao nível de quatro grandes áreas, como o Urbanismo, a Arquitetura, a Construção e a Sustentabilidade em que, como já foi dito, o aspeto da Construção é o mais desenvolvido. Para tal é introduzido e analisado um estudo de caso para que se possa evidenciar essa mesma metodologia e fazer uma avaliação geral sugerindo algumas ideias de melhoria.

Para a resolução desta metodologia foi necessário obter um adequado conhecimento da aldeia e do seu edificado, baseado num trabalho de campo por observação direta, através de um levantamento fotográfico geral e de pormenor, e de informações obtidas em conversas com os proprietários de algumas casas.

No que se refere ao tema da Construção desenvolvido no ponto 5.5, para que fosse possível analisar corretamente o edificado de Quintandona, foi necessário obter o conhecimento dos sistemas construtivos e dos seus materiais constituintes. Foi ainda necessário fazer um levantamento histórico, principalmente no que diz respeito às características dos materiais usados na construção, a esquemas de funcionamento estrutural, a eventuais fases de construção, a intervenções que tenham ocorrido ao longo dos tempos e a técnicas de construção, de modo a compreender melhor o seu estado atual. Posteriormente foi elaborado um conjunto de princípios de intervenção no edificado de forma a servir de exemplo em futuras recuperações do edificado na referida aldeia e noutras aldeias de xisto em Portugal.

## **5.3. URBANISMO**

### **5.3.1. CONCEITO URBANÍSTICO**

A intervenção numa aldeia requer um bom planeamento ao nível urbanístico. É necessário prestar atenção ao modo como o crescimento dos lugares se processou e irá de novo "nascer", criando zonas com qualidade e sempre com ligação ao pré-existente. Não havendo um correto planeamento das aldeias existentes no nosso país, o seu futuro pode estar condenado ao esquecimento.

Torna-se então necessário criar legislação adequada a certos aspetos relacionados com a expansão das aldeias, fundamental para que sejam protegidos os espaços públicos e as construções de carácter tradicional. A elaboração de PP (Planos de Pormenor) e de outros instrumentos que possam atuar a várias escalas, permite assim um controlo mais eficiente por parte da administração local. As diferentes entidades locais deverão atuar em conjunto e pensar o planeamento a médio e longo prazo, numa perspetiva estratégica e de forma contínua.

Desta forma, torna-se imprescindível criar Princípios Gerais de Intervenção ao nível da integração urbanística. O que de seguida se refere baseia-se nos trabalhos já efetuados na aldeia, juntando-se ainda algumas sugestões pessoais.

### 5.3.2. PROGRAMA URBANÍSTICO PARA A ALDEIA - PRINCÍPIOS GERAIS DE INTERVENÇÃO

#### a) Trabalhos realizados

Foram realizados diversos trabalhos de enquadramento urbanístico de que se destacam os seguintes:

- Pavimentação das ruas em calçada de cubos de granito 11x11 (pedra mais abundante na zona de Penafiel);
- Devido às ruas serem bastante estreitas não foram colocados passeios;
- Os muros que dividem as propriedades privadas do espaço público são em xisto e têm uma altura mínima de 1,5 m; Em situações pontuais em que se verificou a presença de granito nos muros, foi mantido esse material e os muros foram reconstruídos nas zonas em pior estado;
- Requalificação de diversos equipamentos públicos como o fontanário, o lavadouro, o tanque e o cruzeiro mantendo os materiais de origem - o granito, o xisto amarelo, a ardósia e a madeira;
- A aldeia não dispunha de infraestruturas básicas como saneamento e abastecimento de água, pelo que as mesmas foram colocadas de raiz;
- As cablagens da iluminação foram todas enterradas de maneira a não ficarem visíveis;
- As caixas de iluminação, presentes nas ruas, foram disfarçadas de forma a não criar impacto em termos visuais na envolvente da aldeia; Foram colocadas dentro de caixas feitas em xisto ou ardósia;
- Foram implementados postes de iluminação pública, integrados esteticamente na aldeia;
- Foi implementada sinalização de informação turística e de trânsito;
- Procedeu-se à colocação de pontos de recolha de RSU (Resíduos Sólidos Urbanos) em diversos pontos da aldeia e devidamente distanciados;
- Foram criados espaços para estacionamento automóvel junto do Centro Cultural.

#### b) Princípios Gerais de Intervenção

- Reparar a pavimentação das ruas utilizando materiais existentes na zona e torná-las com dimensões adequadas ao trânsito automóvel, cumprindo sempre os limites imposto pelas propriedades privadas;
- Criar passeios nas ruas, caso tenham largura suficiente para tal;
- Manter a estrutura da aldeia, seja ela em espinha dorsal, orgânica, etc.;
- Reparar, aumentar e criar muros de separação entre o espaço público e privado, mantendo os materiais de origem; Cumprir com a altura mínima de 1,5 m;
- Nos casos em que a altura mínima de 1,5 m, nos muros, não seja cumprida, criar vedações desejavelmente a 2 m de altura, com elementos opacos através de gradeamento metálico ou vegetação (arbustos);
- Respeitar a existência, a dimensão e a forma dos espaços da aldeia utilizados, por exemplo, para reuniões e festas populares;
- Respeitar a existência e a dimensão dos espaços e monumentos públicos e outros elementos de referência da aldeia, como largos e cruzeiros, fontanários, tanques, lavadouros, mantendo sempre os materiais tradicionais usados na aldeia;
- Os novos equipamentos devem estar inseridos na malha urbana e devem ser construídos com os materiais tradicionais usados na aldeia;

- As novas construções, mesmo que afastadas do núcleo da aldeia, devem ter uma relação com o pré-existente, dando continuidade à imagem da aldeia;
- Equipar a aldeia com infraestruturas básicas de saneamento e abastecimento de água, caso estes não existam no momento anterior à intervenção;
- Enterrar todo o tipo de cablagens, de eletricidade, de telefone e de gás, de maneira a não ficarem visíveis; Disfarçar também a presença das caixas de iluminação nas ruas, de forma a não criar impacto em termos visuais na envolvente da aldeia;
- Integrar os postes de iluminação pública esteticamente na aldeia; Usar sempre o mesmo modelo;
- Implementar e manter atualizada a sinalização de informação turística e de trânsito;
- Proceder à colocação de pontos de recolha de RSU em diversos pontos da aldeia e devidamente distanciados; Colocar ecopontos;
- Atualizar os espaços de acordo com as novas funções e com os modos de vida da população da aldeia, criando zonas de lazer, esplanadas, zonas de estacionamento automóvel, acessos, entre outros.

## 5.4. ARQUITETURA

### 5.4.1. CONCEITO ARQUITETÓNICO

A intervenção no património arquitetónico das casas inseridas numa aldeia rural requer uma abordagem multidisciplinar, pois a preservação do seu valor e a autenticidade não pode ser baseada em critérios fixos porque o respeito a cada cultura requer também que a sua herança física seja considerada dentro do contexto cultural ao qual pertence. No caso das aldeias de xisto, e mais propriamente a aldeia de Quintandona, existe uma combinação de diversos materiais (xisto, ardósia, granito e madeira) que importa preservar e que formam a história e identidade da aldeia.

Das construções antigas ainda existentes, antes da intervenção na aldeia, poucas eram as que ainda preservavam o desenho e o carácter original. Muitas delas porque foram sendo alvo de intervenções inconsequentes, sem respeito pelo valor artístico e patrimonial das construções antigas, através dos mais variados enxertos e remendos. Outras, porque se encontravam abandonadas, encontram-se num estado avançado de ruína, provocado pela degradação natural associada à falta de manutenção e conservação e são assim de mais ou menos complexa e dispendiosa recuperação, na perspetiva do restauro.

Nos últimos anos assistiu-se também, nas novas construções, à introdução de características formais, cromáticas e texturais diferentes, contendo assim aspetos que as diferenciavam das casas mais antigas e originais da aldeia, não respeitando o traço e a sua identidade. Características relacionadas com a utilização de outros materiais diferentes do xisto e do granito, a pintura das fachadas noutras cores para além do branco, revestidas a mosaicos do tipo industrial e outros revestimentos que enfatizam a presença do edifício e a utilização de caixilharias diferentes das de madeira, correntemente usadas nas construções originais.

Interessa assim manter a imagem arquitetónica do edificado, mas adaptando-o aos novos usos e funcionalidades, incluindo ainda novos espaços e construções que garantam ao edificado a adaptação a esses novos usos.

Torna-se então necessário criar Princípios Gerais de Intervenção passíveis de serem utilizados em futuras construções e de refletirem uma coerência arquitetónica global para assim se conseguir criar nestas aldeias uma maior organização e harmonização com a envolvente, de modo a torná-las atrativas para os moradores e os visitantes externos ocasionais. De seguida, seguindo a mesma lógica do tema 5.3., referem-se os trabalhos já efetuados ao nível da arquitetura da aldeia e juntam-se algumas sugestões pessoais.

#### 5.4.2. PROGRAMA ARQUITETÓNICO PARA A ALDEIA - PRINCÍPIOS GERAIS DE INTERVENÇÃO

##### a) Trabalhos realizados

- Foram efetuados trabalhos de requalificação dos arruamentos (pavimentados em pedra de granito, material abundante na zona) e dos muros (mantendo a sua constituição em pedra de xisto);
- Foram efetuados trabalhos de requalificação ao nível das fachadas e das coberturas do edificado mantendo a imagem e os materiais originais;
- Foi mantida a forma e a dimensão do edificado; Em alguns casos foram efetuados aumentos às casas existentes no sentido de as adaptar às novas funcionalidades e à dimensão das atuais famílias;
- Os aumentos e as novas construções realizadas têm sido integrados na paisagem da aldeia, respeitando a sua pré-existência e construídas com materiais locais, com linhas contemporâneas;
- A única capela existente na aldeia foi recuperada, respeitando a sua arquitetura e os seus materiais originais; Foram também recuperados os lavadouros, tanques, fontanário e o cruzeiro, seguindo a mesma linha arquitetónica;
- Dentro dos diversos complexos agrícolas, foram recuperados os palheiros, espigueiros e sequeiros existentes, mantendo a sua arquitetura e os materiais originais;
- Um dos edifícios, que se encontrava em ruína, foi recuperado e transformado numa casa para Turismo Rural (Casa do Agueiro);
- A quinta Valverde sofreu uma intervenção ao nível do seu edificado e foi transformada numa Casa de Campo (Casa Valxisto);
- Foi criado um Centro Cultural (Casa do Xiné) através de uma operação de reabilitação profunda numa casa que se encontrava abandonada e em mau estado de conservação.

##### b) Princípios Gerais de Intervenção

- Respeitar a arquitetura vernacular;
- Impor a imagem arquitetónica corrente (arruamentos e construções), sobretudo nas construções feitas nas últimas décadas e que descaracterizaram a imagem da aldeia;
- Manter a forma e a dimensão do edificado;
- Recuperar os sistemas e materiais construtivos tradicionais;
- Procurar integrar os novos edifícios, de raiz e os de complemento à casa rural existente, na paisagem, respeitando a pré-existência de Quintandona, construindo com os materiais locais e com linhas contemporâneas;
- Realizar novas construções para Turismo Rural e de vertente Cultural;
- Adaptar os espaços existentes para o Turismo Rural;
- Recuperar as atividades rurais, a atividade agropecuária, a atividade florestal e as atividades ligadas ao artesanato e à divulgação dos produtos locais de qualidade;
- Dentro da atividade florestal, desenvolver a caça, criar percursos pedonais e promover a atividade de BTT.

## 5.5. CONSTRUÇÃO

### 5.5.1. CONCEITO CONSTRUTIVO

Quando se intervém nos sistemas construtivos deve adotar-se uma metodologia do tipo "conservativa" que se preocupa com a duração no tempo e com o melhoramento das características estáticas e funcionais dos sistemas construtivos, caracterizada por intervenções que buscam a recuperação da eficiência de todos os componentes. Procura-se, com essas ações de intervenção, dotar os edifícios

com condições de segurança, durabilidade, funcionalidade e conforto; eliminar riscos para a saúde; prevenir problemas ambientais; corrigir problemas estruturais e de interação entre elementos construtivos e atualizar ou melhorar as condições de utilização ou de adaptação a novas funções compatíveis.

O conhecimento e o respeito pelo objeto alvo da intervenção são fundamentais e devem intervir na decisão dos procedimentos e técnicas em qualquer projeto de reabilitação. Esta intervenção deve então decorrer após a realização de um conjunto de ações que justifiquem, de forma sustentada, a necessidade e a dimensão dessa intervenção, cumprindo os seguintes princípios gerais:

- nenhuma ação deve ser empreendida sem se demonstrar a sua indispensabilidade;
- uma possível alteração de uso do edifício deve ter em consideração as exigências de conservação e de segurança, adotando soluções com o mínimo de intrusão;
- deve existir compatibilidade química e física entre os materiais, permitindo que haja uma sã convivência entre o novo e o antigo, prevenindo assim uma maior degradação dos materiais e o aparecimento de novos danos ou anomalias;
- as medidas de conservação devem ser reversíveis, não comprometendo futuras ações de utilização, ou de reposição de espaços e/ou materiais e deixar em aberto a possibilidade de no futuro se poderem aplicar outras técnicas de intervenção mais eficazes e/ou duradouras;
- o respeito pelo edifício, pela sua história e pelas técnicas construtivas originais utilizadas na sua conceção, deve estar sempre presente em qualquer projeto de reabilitação. [54]

#### 5.5.2. CARATERIZAÇÃO CONSTRUTIVA DOS EDIFÍCIOS DE QUINTANDONA (COMPLEXO AGRÍCOLA)

As construções da aldeia de Quintandona recorrem a materiais locais que o solo geológico forneceu (xisto, ardósia e granito amarelo) e a tecnologias tradicionais passadas de geração em geração.

Cobertas em telha e com os seus beirais em ardósia, revestidas em xisto e os vãos constituídos pelo granito amarelo são as combinações que se encontram nas construções da aldeia. Interiormente, a madeira é um material abundantemente utilizado, muitas das vezes com funções estruturais.

A caracterização construtiva do complexo agrícola de Quintandona, constitui, então, um instrumento de grande importância para estabelecer um diagnóstico correto das patologias construtivas existentes e definir metodologias adequadas de intervenção. Neste trabalho não são abordadas as patologias existentes no edificado de Quintandona.

## 1. A Casa

### a) Fundações

Como a zona apresenta o solo bastante resistente e predominantemente constituído por afloramentos rochosos, pois no concelho de Penafiel a rocha mais abundante é o granito, as fundações dos edifícios são diretas e em alvenaria de pedra.

## **b) Paredes Exteriores**

### **b.1) Estrutura e revestimentos**

As paredes exteriores são executadas em alvenaria de pedra de xisto com a combinação do granito amarelo nos vãos das portas e janelas, sob a forma lancis de soleiras, de parapeitos, de ombreiras e de lintéis ou vergas, em ambos os pisos. Em alguns casos, os vãos são em madeira.

As paredes são simples e, apenas no segundo piso da habitação, as paredes pelo interior são rebocadas e regularizadas com argamassa de cal e areia com acabamento a estuque.

Também são utilizadas algumas paredes de tabique (estas paredes são obtidas pela pregagem de um fasquiado sobre tábuas colocadas ao alto, sendo o conjunto revestido em ambas as faces, com reboco de argamassa de cal), situadas na continuidade das paredes das fachadas de alvenaria de xisto ou nas fachadas dos pisos recuados ou acrescentados.

As paredes de xisto são bastante espessas (com aproximadamente 75 cm) e servem, em geral, de suporte ao vigamento dos sobrados, suportando a estrutura da cobertura e dos pavimentos interiores.

### **b.2) Elementos singulares**

#### **POSTIGOS**

São aberturas de pequena dimensão, de forma retangular, usadas nas caves ou instalações sanitárias, destinadas à iluminação natural e ventilação. Os caixilhos são em geral metálicos ou de madeira envidraçada (existem alguns caixilhos de madeira opaca para ventilação), fixos ou móveis.

## **c) Sobrados**

A estrutura dos pavimentos ou sobrados, que dividem os dois pisos da habitação, é normalmente constituída por um vigamento de troncos de madeira, com diâmetros que variam entre os 20 e os 30 cm e comprimentos que dependem da largura das casas.

O vigamento encontra-se apoiado nas paredes de suporte, do primeiro piso, e os troncos são dispostos paralelamente entre si, com afastamentos de aproximadamente 50 cm. Todo o vigamento é travado por tarugos também de madeira.

## **d) Pavimentos - revestimento dos sobrados**

Os pavimentos do piso superior, são revestidos por um tabuado - soalho - normalmente de madeira de pinho, apoiados nos sobrados, com espessuras que variam entre os 2,5 e os 5 cm, larguras de 30 cm e comprimentos entre os 4 e 5 m.

## **e) Piso térreo**

O pavimento do piso térreo apresenta-se muitas vezes inacabado sob a forma de terra batida, em algumas divisões como na adega e anexos, e em ardósia na cozinha.

## **f) Tetos do piso superior**

Os tetos originais são constituídos por um teto falso simples em ripado de madeira.

## **g) Coberturas**

### **g.1) Estrutura e revestimentos**

As coberturas dos edifícios de Quintandona, no que se refere à forma, são inclinadas, com revestimento em telha cerâmica dispostas sobre ripas de madeira e com os seus beirais em ardósia. Na sua maioria têm telhados de quatro águas, havendo algumas com duas águas, e com bom aproveitamento do vão para o sótão.

Predomina, como solução estrutural, a asna de madeira, constituindo um dos sistemas construtivos de maior complexidade estrutural da casa. Apresenta uma grande variedade de uniões e soluções construtivas.

As varas estão apoiadas sobre dois elementos estruturais, designadamente o pau de fileira que atravessa longitudinalmente todo o edifício suportado pelas asnas e o frechal colocado ao longo do topo das paredes exteriores.

Os beirais projetam-se cerca de 20 a 30 cm para o exterior.

### **g.2) Chaminés**

Os exemplos de casas mais antigas indicam que as chaminés eram pouco usuais e a tiragem dos fumos era realizada diretamente através de aberturas criadas propositadamente entre as telhas. Mais tarde o uso de chaminés começou a ser mais frequente na aldeia e eram executadas em tijolo maciço, com formas muito simples, unicamente rebocadas e pintadas, sem qualquer tipo de pormenores decorativos.

### **g.3) Elementos singulares**

#### **ALGEROZES**

Os algerozes têm como função recolher as águas das vertentes, conduzindo-as para os tubos de queda, que efetuam a ligação à rede pública de águas pluviais. Os algerozes presentes na aldeia eram efetuados com telhas caleira e posteriormente passaram a ser executados com chapa zincada.

Esta prática começou a ser comum após a intervenção de reabilitação que a aldeia sofreu, passando a ser imposta por legislação. Até à intervenção, os algerozes, localizados sobre as coberturas, evitavam que as águas das vertentes se introduzissem no interior das habitações e eram executados em chapas de zinco. As águas dos telhados eram normalmente escoadas diretamente para a rua, através do beirado, pois a utilização de caleiras não constituía uma prática comum.

#### **BEIRADOS**

O beirado é uma imagem de marca e um elemento característico nas coberturas das casas de Quintandona, formado por placas de ardósia sendo, em alguns casos, a própria telha que tem essa função.



Estas placas de ardósia têm dimensões consideráveis e permitem projetar suficientemente o beirado a uma distância que permita dirigir a água das chuvas o mais possível para o meio da rua.

## CALEIRAS

Após a referida intervenção na aldeia, e devido à imposição determinada por legislação, a recolha de águas pluviais dos telhados e a sua condução para a rede pública passou a ser efetuada com a utilização de caleiras e respetivos tubos de queda. A construção inicial não possuía tubos de queda nem caleiras.

As caleiras são dispostas na cobertura, atrás dos beirados em alguns casos, e são executadas em chapa de ferro zincado e pintadas e os respetivos tubos de queda são executados em PVC ou zinco.

### **h) Paredes interiores**

Tal como acontece com as paredes exteriores, as paredes interiores do piso térreo são também resistentes em pedra de xisto, com espessuras idênticas. No piso superior a maioria das paredes divisórias são em tabique.

Algumas delas, de continuação das paredes resistentes do primeiro piso, são em xisto e rebocadas e estucadas. As paredes em tabique têm espessuras de aproximadamente 11 cm.

Os rodapés são em madeira com alturas entre os 10 e 15 cm.

### **i) Escadas**

A típica casa de Quintandona apresenta apenas escadas pelo exterior para o segundo piso com um único lance. Os seus patamares são em pedra de granito, sendo a estrutura de suporte uma combinação de pedra granítica amarela com xisto.

### **j) Caixilhos exteriores**

As ombreiras dos vãos são constituídas por lancis de granito ou ardósia, com largura correspondente à espessura das paredes. As vergas dos vãos de portas e janelas são formadas na maioria dos casos por dois lancis, um exterior em granito ou ardósia e um interior em madeira. Os parapeitos das janelas são formados por lancis em granito ou madeira e as soleiras das portas em granito ou ardósia.

## JANELAS

Grande parte das janelas é de guilhotina (deslizantes e na qual só é móvel a parte inferior), envidraçadas e com os seus aros em madeira. Também fazem parte algumas janelas de abrir, com duas folhas, igualmente envidraçadas e com os aros em madeira.

## PORTAS

As portas que se situam nos vãos de acesso ao pátio interior da casa, pela rua e pelo logradouro, possuem duas folhas de abrir e são constituídas por tábuas de madeira de pinheiro dispostas

verticalmente e algumas horizontalmente, sendo bastante largas e espessas. Pelo lado exterior apresentam, até meia altura, uma chapa metálica capaz de fornecer maior resistência e durabilidade.

As portas de acesso à habitação e aos anexos da casa são igualmente em madeira de pinheiro, mas são menos espessas e mais estreitas e possuem apenas uma única folha de abrir.

#### **k) Caixilhos Interiores**

As caixilharias interiores adotam o mesmo tipo de execução das caixilharias exteriores.

#### **PORTAS**

Os caixilhos das portas interiores dos compartimentos possuem uma ou duas folhas de abrir em madeira e são constituídas por uma esquadria de tábuas, dispostas em forma de travessas. Os seus aros são em madeira e fixos diretamente aos prumos e às vergas das paredes interiores.

#### **PORTADAS**

As portadas apresentam duas folhas de abrir em madeira, sendo em tudo semelhantes às portas interiores.

#### **l) Instalações**

As casas da aldeia de Quintandona, anteriormente à sua intervenção, não apresentavam infraestruturas básicas, como redes de abastecimento de água, redes de drenagem de águas pluviais e esgotos e redes de instalações elétricas.

As suas instalações eram executadas de forma rudimentar, sem um conhecimento técnico rigoroso, relativamente à opção por um determinado sistema ou ao seu dimensionamento.

#### **ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

O processo de abastecimento de água através de rede pública iniciou-se aquando da intervenção de reabilitação na aldeia, sendo outrora comum o uso de água com recurso a um poço próprio.

A rede de abastecimento é executada com tubos de ferro fundido.

#### **DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS**

A recolha das águas pluviais das coberturas era efetuada através de algerozes, em telha caleira, e através dos beirados, conduzindo assim as águas diretamente para a rua. Após a intervenção, passou a utilizar-se as caleiras, juntamente com os beirados, que conduzem as águas para os tubos de queda e estes para a rede pública.

## **DRENAGEM DE ESGOTOS**

Antigamente as casas da aldeia possuíam a típica retrete e posteriormente passaram a dispor de instalações sanitárias que ligavam a fossas, localizadas nos logradouros dos seus terrenos. Após a intervenção de urbanização da aldeia, passaram a dispor de redes de drenagem de esgotos, constituídas por tubos de queda, sifões e tubos de ventilação, ligadas à rede pública de saneamento.

### **m) Lagar do vinho**

O lagar do vinho está instalado numa das extremidades do piso térreo da casa, perto da entrada principal, num espaço com razoáveis dimensões. É composto por um lagar onde se pisavam as uvas com os pés, para separar a parte líquida da massa sólida. É formado por três tanques elevados do pavimento construídos em lajes de pedra e também por uma prensa que espreme o bagaço.

### **n) Adega/Cozinha tradicional**

A adega, onde se armazena o vinho em garrafas e pipas, situa-se numa divisão do piso térreo do edifício principal. As paredes exteriores em xisto, são espessas e dotadas de respiradouros, janelas de pequena dimensão com os vãos em granito, tornando assim este espaço ventilado e fresco.

A cozinha tradicional situa-se também no piso térreo, ao lado da adega, constituída pelo seu lar pétreo de trasfogueiro, o forno circular de cozer pão, também em granito, ambos cobertos pela péloga, pesada estrutura de lousa que evitaria a subida das faúlhas diretamente para as já desaparecidas coberturas de colmo.

## **2. Espaços exteriores**

### **a) Eira**

Mesmo em frente ao sequeiro, existe uma eira com uma forma regular, constituída por lajes graníticas. Esse espaço era, essencialmente, aproveitado para debulhar os cereais depois de colhidos e também para secar esses e outros produtos agrícolas.

### **b) Terreno**

O complexo rural, além das suas construções, também dispõe de uma vasta área de terreno que era usado para a atividade agrícola e pastagem do gado.

## **3. Outras construções**

### **a) Espigueiro**

O espigueiro tem como principal função arrumar e secar os cereais, em concreto o milho.

Apresenta um tipo de construção retangular que se eleva do chão e sobressai em todo o conjunto e complementa a eira e o palheiro, situando-se muito perto destes. Esta construção é composta por um corpo com uma só divisão interna e uma porta no topo.

O corpo do espigueiro está assente em quatro mesas de cantaria, apoiadas em cima de quatro pilares de granito. As mesas estão unidas por quatro vigas, onde assenta a base constituída por soalho. O esqueleto é constituído por prumos de madeira assentes nas vigas e nos frechais que ligam os prumos. As paredes são compostas por um ripado vertical pregado nos topos, existindo a meia altura duas travessas horizontais.

A cobertura é de quatro águas revestida a telha canudo.

#### **b) Palheiro**

É um tipo de construção de xisto bastante rústica com três pisos. O piso térreo é ocupado por animais e os pisos superiores têm um amplo espaço de armazenamento de feno para alimentação do gado.

As paredes são de xisto com os vãos das portas e janelas em pedra granítica, os sobrados elevados e as tábuas a ele pregadas são de madeira e suportados pelas paredes resistentes. O acesso faz-se por uma escada exterior em xisto. As portas são em madeira revestidas por chapa metálica e as janelas em madeira também.

A estrutura de madeira que suporta toda a cobertura, tem algumas semelhanças com a da habitação, com a diferença desta possuir quatro águas. A estrutura secundária da cobertura é formada por vigas de madeira, apoiadas no pau de fileira, nas madres e nos frechais. Na direção oposta às vigas, estão colocadas as ripas onde assentam diretamente as telhas em canudo, colocadas sem forro.

#### **c) Sequeiro**

O sequeiro tem como função armazenar e secar os produtos agrícolas através da sua exposição ao sol e ao vento e apresenta-se como um anexo exterior à casa de lavoura. Num clima húmido e de grande pluviosidade, este elemento permite servir de complemento à eira situada à sua frente.

É composto por um piso térreo e por um piso superior e é caracterizado por paredes, pilares e lintéis de pedra de granito ou xisto, sendo os restantes elementos, cobertura, travejamento, soalho e portadas, em madeira. Duas das suas quatro paredes, apresentam um ripado de madeira de forma a ser possível entrar o sol e o vento para a secagem dos produtos armazenados.

O piso térreo é em terra batida e o pavimento do piso elevado é em madeira, pregado a uma estrutura auxiliar que apoia nas vigas também em madeira. A sua cobertura tradicional de madeira é de duas águas, semelhante à da habitação e revestida em telha canudo ou marselha, com o seu beirado em placas de ardósia.

#### **d) Presa e tanque**

As presas eram úteis para a rega dos campos cultivados pelas pessoas da aldeia, onde a água corria, através de regadios, até às áreas do campo a abastecer. São constituídos por pedra granítica.

Os tanques usados em Quintandona têm a sua forma retangular e são constituídos por paredes de blocos de betão rebocadas, sendo assim de constituição mais recente. Possuem uma cavidade onde a roupa é enxaguada e uma superfície ondulada num dos seus lados, para esfregar a roupa, a que se chama de esfregadeira. Fica localizado na zona dos anexos da casa. O tanque servia também para armazenamento de água utilizada para outras funções.

#### **e) Tina e poço**

Como antigamente a aldeia não dispunha de abastecimento de água pública, as pessoas utilizavam os poços como meio de abastecimento de água para os seus hábitos alimentares, higiene e para consumo próprio. As tinas serviam para armazenamento da água.

#### **f) Galinheiro**

O galinheiro ou capoeira, é o local onde se localiza o ninho e o lugar onde as galinhas são criadas e mantidas. De dia o seu portão normalmente está aberto e de noite é fechado para controlo e proteção das galinhas.

A estrutura do galinheiro é feita em madeira, com as suas paredes constituídas por uma rede. A sua cobertura também em madeira é revestida a telha.

#### **g) Estábulo**

O estábulo é o local onde os animais domésticos, como o gado bovino ou suíno, permanecem, ou seja, é o local onde dormem e se alimentam.

Este edifício é construído com os mesmos materiais da casa. As paredes são em xisto e possuem pequenas aberturas para entrada de ar, as portas são de madeira e os seus vãos em pedra de granito amarelo e a cobertura, de duas águas, é semelhante à da casa, com a estrutura em madeira e revestida a telha, com o beirado em ardósia.

Fica localizado adjacente à casa, junto ao pátio interior.

### **5.5.3. PROGRAMA CONSTRUTIVO PARA A ALDEIA - PRINCÍPIOS GERAIS DE INTERVENÇÃO**

#### **1. A Casa**

##### **a) Fundações**

Como as fundações são diretas e o solo é bastante resistente, não é necessário intervir ao nível das fundações. Caso seja necessário intervir, as soluções estruturais a implementar não devem resultar em alterações significativas do valor das ações que possam pôr em causa a capacidade resistente das fundações, com a consequente necessidade de medidas de reforço, quer do elemento de fundação, quer do próprio terreno. Devem ainda ser evitadas escavações que ponham em causa a estabilidade das fundações e resultem na necessidade de novas medidas de reforço ou de substituição desses elementos.

##### **b) Paredes Exteriores**

###### **b.1) Estrutura e revestimentos**

As paredes exteriores terão de manter o seu material constituinte, o xisto, à vista e necessitam de técnicas de restauro e consolidação ao nível da estanquidade à água e ao ar.

Deve ser verificado o grau de consolidação da superfície exterior em xisto e, caso apresente sinais de profunda degradação ou de desagregação, devem ser aplicados produtos químicos de tratamento. Deve ser efetuada uma cuidada limpeza das pedras de xisto com uma escova rígida não metálica e água levemente lixiviada, para garantir uma limpeza mínima e a manutenção do aspeto do edifício. Deve,

em geral, tratar-se as juntas do paramento com argamassa à base de cal para garantir a estanquidade à água da fachada já que, na constituição original as paredes eram de junta seca não argamassada o que se entende que normalmente não assegurará o desempenho adequado em termos de estanquidade ao ar e à água. Para garantir uma melhor estanquidade da fachada, pode ainda aplicar-se, após o tratamento das juntas e a limpeza do suporte, uma pintura de impermeabilização constituída por um repelente de água.

Trata-se de paredes de alvenaria seca, pelo que é necessário aplicar, pelo seu interior, um revestimento constituído por placas de gesso cartonado associadas a uma camada de isolamento térmico. As placas de gesso cartonado devem ter uma espessura mínima de 15 mm e serem fixas mecanicamente a uma estrutura metálica intermédia. Nas zonas húmidas, devem ser utilizadas placas de gesso cartonado hidrófugas. A camada de isolamento térmico deve ser constituída por painéis rígidos de lã mineral não hidrófila ou outro material de isolamento térmico compatível. Deve garantir-se uma caixa-de-ar não ventilada entre o isolamento térmico e a parede de alvenaria de xisto com, pelo menos, 2 cm de espessura e assegurar a estanquidade ao ar do paramento interior.

Em detrimento das placas de gesso cartonado, poderá optar-se pela construção de uma segunda parede em tijolo rebocada e estucada, embora seja menos viável, porque a maioria das casas apresentam reduzidas dimensões por terem pertencido a famílias pobres e iria haver assim uma redução significativa da sua área interior.

## **b.2) Elementos singulares**

### **POSTIGOS**

Estas aberturas, de pequena dimensão, deverão ser ocultas ou possuir caixilho envidraçado de forma a assegurar uma melhor estanquidade ao ar e à água.

### **c) Sobrados**

Os principais problemas nos sobrados associam-se à podridão dos apoios pelo que, é fundamental eliminar as causas de degradação como a deficiente ventilação e presença de humidade por condensação ou água líquida proveniente das paredes, fundações ou zonas húmidas (cozinhas e sanitários) das construções.

Se os elementos que constituem os sobrados (vigas e tarugos) não apresentarem a resistência adequada, deverão ser substituídos. Nestes elementos em madeira, é necessário aplicar um tratamento preventivo contra insetos e fungos xilófagos.

### **d) Pavimentos**

Ao nível dos pavimentos deverá ser feita uma limpeza geral dos elementos que constituem a estrutura de suporte (sobrados) e aplicação de um tratamento ignífugo (que afugenta o fogo e evita o incêndio). Eventualmente poderá ser aplicado um material isolante acústico, do tipo membrana betuminosa associada a lã mineral.

Tratar o soalho existente e, caso não se encontre em boas condições, substituir por uma solução nova adequada.

A solução que em seguida se apresenta, para a zona corrente e para a zona húmida sobre espaços não aquecidos, é cara e bastante requalificadora e deve ser usada apenas em situações com elevadas exigências como no caso do Hotel Rural estudado mais à frente no capítulo 6.

#### EM ZONA CORRENTE

Aplicação de um isolamento térmico, com painéis rígidos de lã mineral não hidrófila, sobre o soalho existente. Eventualmente poderá ser aplicada uma barreira pára-vapor (filme de polietileno) sobre o isolamento térmico, se o pavimento não for de separação entre habitações. Em seguida aplicar placas de um aglomerado de madeira com, pelo menos, 2 cm de espessura e por fim aplicar um novo revestimento de pavimento de madeira, fixo a um ripado também em madeira convenientemente tratado.

#### EM ZONA HÚMIDA SOBRE ESPAÇOS NÃO AQUECIDOS

Aplicação de um isolamento térmico, com painéis rígidos de lã mineral não hidrófila e de uma camada betuminosa na face superior.

Aplicação de uma camada de impermeabilização constituída por um feltro betuminoso e ainda de um filme de polietileno.

Aplicação de um elemento rígido pré-fabricado (pré-laje) devidamente regularizado e de um novo revestimento de pavimento constituído por ladrilhos cerâmicos, fixos através de um cimento-cola selecionado de acordo com os documentos técnicos específicos.

**A reabilitação deste elemento construtivo implica um aumento das cargas sobre a estrutura de madeira existente, pelo que deverá sempre ser acompanhada por um estudo estrutural, que garanta um reforço adequado da estrutura.**

#### e) Piso térreo

O piso térreo, da cozinha, da adega e dos compartimentos anexos, deverá ser tratado convenientemente com revestimento de madeira ou com placas de pedra.

Deve ser removido o revestimento existente, quando exista, e escavado o terreno para uma correta execução do pavimento, se for necessário. Depois deve proceder-se à colocação de uma caixa de brita e à realização de uma camada de regularização.

Aplicação de impermeabilização/barreira pára-vapor constituída por um feltro betuminoso e, no remate entre as paredes, o feltro deve ser dobrado de modo a que exista um corte hídrico entre o contorno do pavimento e as paredes.

Colocação de uma camada de isolamento térmico, sobre a barreira pára-vapor, constituída por placas de poliestireno extrudido, podendo ser dispensada em função do tipo de utilização do espaço interior, e aplicação de um filme de polietileno.

Realização de uma camada de betonilha armada com rede electrossoldada e aplicação do novo revestimento de pavimento em madeira ou com placas de pedra, fixas através de um cimento-cola selecionado de acordo com documentos técnicos específicos. As pedras devem estar secas aquando da sua colocação.

#### **f) Tetos do piso superior**

O tratamento do revestimento de teto dependerá do tipo de revestimento e do seu grau de degradação. Os tetos existentes que não garantam a durabilidade adequada deverão ser substituídos, com aplicação de um revestimento novo em gesso cartonado. Eventualmente poderá ser aplicada uma barreira pára-vapor, sobre esse novo revestimento, caso se preveja uma elevada produção de vapor no interior, ou seja difícil garantir que o desvão da cobertura é fortemente ventilado.

Em alguns casos, de casas mais históricas, poderá ser mantido o forro existente, procedendo a uma limpeza geral e à aplicação de um tratamento de preservação superficial, caso não se encontre degradado.

#### **g) Coberturas**

##### **g.1) Estrutura e revestimentos**

###### **DESVÃO NÃO ÚTIL**

Inicialmente deverá ser feita uma inspeção e uma verificação geral aos elementos que constituem a cobertura e, se necessário, proceder à substituição dos elementos que não apresentem resistência adequada ou estejam bastante degradados. A madeira deverá estar convenientemente seca e dispor de um tratamento adequado. Aplicação de um novo forro ou reutilização do original caso não esteja degradado e colocação, sobre o forro, de uma membrana flexível permeável ao vapor de água.

Deverá ser assegurada a ventilação da face inferior das telhas através de aberturas ao longo do beiral e cumeeira e de um espaço livre sob as telhas.

Aplicar uma camada de isolamento térmico no desvão, sobre a esteira horizontal, constituído por painéis de lã mineral não hidrófila.

###### **DESVÃO ÚTIL**

Em tudo semelhante às coberturas com desvão não útil com a diferença de que, o isolamento térmico deverá ser aplicado nas vertentes da cobertura, fixo mecanicamente pelo interior do forro de madeira, e interrompido pelos elementos estruturais de suporte do forro. Aplicar um novo revestimento de teto em madeira ou de placas de gesso cartonado fixo mecanicamente à estrutura de suporte e aplicar uma barreira pára-vapor sobre esse revestimento, caso se preveja uma elevada produção de vapor no interior ou seja difícil garantir que o espaço de ar entre a telha e o suporte é convenientemente ventilado.

##### **g.2) Chaminés**

As chaminés deverão ser revestidas em pedra de xisto tal como as paredes das casas, compatibilizando estes elementos com a imagem das casas, tornando-os menos diferenciadores.

##### **g.3) Elementos singulares**

###### **ALGEROZES E CALEIRAS**

Aplicar estes elementos em todas as casas da aldeia, visto ser uma prática imposta por legislação.



## BEIRADOS

A permanência dos beirados na aldeia é uma opção discutível pelo que, poderão ser mantidos visto serem elementos característicos nas coberturas das casas de Quintandona. Proceder à substituição dos elementos de ardósia mais degradados.

### **h) Paredes interiores**

As paredes interiores em tabique poderão ser mantidas ou substituídas por paredes em gesso cartonado, caso estejam fortemente degradadas.

Antes da sua substituição ou de suprimir qualquer uma delas, deverá ser verificado se exercem eventuais funções resistentes e se contribuem para o comportamento estrutural global visto que, a remoção destas paredes pode originar a deformação de pavimentos que se encontram em "repouso" sobre elas.

### **i) Escadas**

Manter os mesmos materiais, com os seus patamares em pedra de granito e a sua estrutura de suporte com a combinação de pedra granítica amarela e xisto.

### **j) Caixilhos exteriores**

#### JANELAS

Poderá ser feita uma reabilitação utilizando técnicas e materiais contemporâneos quando for possível recuperar as caixilharias originais, melhorando o seu desempenho sem alterar significativamente a imagem original.

Nos trabalhos de reabilitação é necessário remover os componentes da caixilharia, limpar a madeira e aplicar um tratamento de preservação e, nos casos em que esteja degradada, fazer a sua substituição. Aplicar uma nova pintura, tratar as juntas de ligação com o contorno, através da introdução de mástiques, aplicar vidros duplos com melhor desempenho, com alterações da caixilharia, sempre que a geometria e as características dos caixilhos assim o permitam. É também necessário tratar ou substituir os acessórios e os elementos metálicos de fixação.

Se não for possível recuperar as caixilharias existentes, deverá ser feita a sua substituição por uma caixilharia nova, que reproduza o desenho original e que garanta um bom comportamento face às novas exigências.

#### PORTAS

Para as portas segue-se a mesma lógica do que foi dito anteriormente para as janelas.

### **k) Caixilhos Interiores**

O caixilhos interiores, portas e portadas, poderão ser mantidos se estiverem em bom estado de conservação ou ser substituídos por novos.

### **l) Instalações**

A aldeia já dispõe de infraestruturas básicas de abastecimento de água, drenagem de águas pluviais e esgotos e de instalações elétricas e telefónicas pelo que, nas novas construções e em qualquer operação de reabilitação, devem ser implementados os elementos necessários a servir a habitação fazendo a sua ligação à rede pública existente.

### **m) Lagar do vinho**

O lagar do vinho poderá ser removido, caso já não seja utilizado, de forma a libertar o compartimento onde se insere para outra funcionalidade.

### **n) Adega/Cozinha tradicional**

A adega e a cozinha tradicional devem ser preservadas e mantidas. Deverão ser adaptadas às novas exigências e funcionalidades, sem nunca perderem a sua imagem original e os elementos que as caracterizam.

## **2. Espaços exteriores**

### **a) Eira**

Deverá ser mantida e, se necessário, deve proceder-se à substituição dos elementos degradados que constituem o seu piso.

### **b) Terreno**

Todo o terreno na envolvente da habitação poderá ser adaptado a novos usos, caso as atividades, como a agricultura e a pecuária, já não sejam praticadas.

## **3. Outras construções**

As outras construções existentes no complexo rural, o espigueiro, o palheiro, o sequeiro, a presa e tanque, a tina e poço e o estábulo, devem ser mantidas e reabilitadas, mantendo os seus materiais, os seus sistemas construtivos e a sua imagem exterior. Algumas dessas construções poderão ser adaptadas a novas funcionalidades, dando-lhes novos usos. O galinheiro, caso já não seja utilizado para a sua função, poderá ser totalmente removido.

## **5.6. SUSTENTABILIDADE**

### **5.6.1. CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE**

#### **a) Desenvolvimento Sustentável**

Como já foi referido pelo autor, no capítulo 2 da presente dissertação, o desenvolvimento sustentável pode ser entendido através do conceito definido no Relatório Brundtland, publicado em 1987 pela *World Commission on Environment and Development*, uma comissão das Nações Unidas chefiada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

O desenvolvimento sustentável é um conceito que não se baseia apenas na proteção do ambiente, como se tem verificado ao longo dos tempos, prende-se também com a procura da satisfação das necessidades básicas dos indivíduos, envolvendo também questões como a educação, o lazer e a cultura. Preocupa-se então em cumprir diversos objetivos associados a três áreas distintas como sendo, os objetivos ambientais, económicos e sociais.

Implica a preocupação pelas gerações futuras e pela salubridade e integridade do ambiente a longo prazo. Preocupa-se com a qualidade de vida, e não só com o crescimento económico; com a equidade entre as pessoas no presente, prevenindo a pobreza; com a equidade entre as gerações, garantindo que as gerações futuras usufruirão das mesmas condições, ou até de melhores, que vivemos atualmente e preocupa-se com as problemáticas sociais e éticas do bem-estar humano. Acima de tudo, o desenvolvimento sustentável deverá crescer situando-se sempre dentro dos limites necessários ao equilíbrio dos sistemas naturais e artificiais [55].

## **b) Construção e Reabilitação Sustentável**

A indústria da construção assume um papel fundamental na concretização das metas e objetivos propostos para o desenvolvimento sustentável. É necessário criar sustentabilidade na construção e na reabilitação devido ao impacto que tem no ambiente (devido à grande quantidade de recursos que consome e à quantidade de resíduos que produz), devido à sua implicação na economia e à sua relação com a sociedade.

Comparativamente com a construção tradicional, a construção e a reabilitação sustentável não procura apenas dar resposta às questões relacionadas com a qualidade do produto, com os custos associados e com o tempo despendido, preocupa-se também com os aspetos ambientais relacionados com o consumo de recursos (energia, água e materiais), com as emissões de poluentes, com a saúde e a biodiversidade, assegurando a qualidade do ar interior, a durabilidade e as acessibilidades dos empreendimentos.

Pode assim ser definida tal como Kibert [56] proferiu no âmbito do CIB (*International Council for Research and Innovation in Building and Construction*) sendo esta, a definição que está na base de todas as outras: “A Construção Sustentável tem como objetivo a criação e manutenção responsáveis de um ambiente construído saudável, baseado na utilização eficiente de recursos e em princípios ecológicos.”

A partir desta definição o CIB [57] apresentou ainda Sete Princípios para a Construção Sustentável, que devem ser respeitados em cada uma das fases do ciclo de vida dos edifícios para que se criem edifícios mais sustentáveis. Estes princípios aplicam-se ainda aos recursos necessários para criar e manter o ambiente construído durante a totalidade do seu ciclo de vida como, o terreno, os materiais, a água, a energia e os ecossistemas. Os princípios são os seguintes:

- Reduzir o consumo de recursos;
- Reutilizar recursos;
- Utilizar recursos recicláveis;
- Proteger a natureza;
- Eliminar os produtos tóxicos;
- Analisar os custos de ciclo de vida;
- Assegurar a qualidade.

Com a construção sustentável não se pretende apenas melhorar o impacto ambiental das construções, mas também o conforto dos seus utilizadores e a qualidade de vida de toda a população. Construir com durabilidade, assegurando um maior tempo de utilização do edifício e reduzindo substancialmente a procura de materiais e os impactos ambientais, fará com que se aumente o ciclo de vida da construção e se caminhe no sentido da sustentabilidade.

A reabilitação do património rural torna-se, nos dias de hoje, uma tarefa cada vez mais importante no contexto da sustentabilidade. A reabilitação da aldeia, de todo o seu património material e imaterial, permite que se preservem os valores culturais existentes, permite que haja uma proteção ao nível ambiental e que se criem diversas vantagens económicas.

Preservar os valores culturais prende-se com a preservação do património de arquitetura vernacular e com as atividades de referência na aldeia, praticadas pelos seus habitantes. Reorganizar os espaços da aldeia e reabilitar os seus edifícios permite criar sustentabilidade ao nível ambiental pois, para além de se conseguir preservar grande parte dos elementos construídos e já existentes, reduz-se a quantidade de demolições necessárias e das correspondentes reconstruções, ou seja, consomem-se menores quantidades de energia na produção e na aplicação de produtos de construção, diminuem-se as quantidades de emissões de CO<sub>2</sub> e limitam-se as quantidades de produtos de demolição a remover e destruir.

Com a reabilitação e preservação das construções existentes também se conseguem obter algumas vantagens económicas em comparação com a demolição e posterior reconstrução. Consegue-se desde logo reduzir nos custos de demolição, nas quantidades de novos materiais a introduzir, entre outros aspetos.

#### 5.6.2. PROGRAMA SUSTENTÁVEL PARA A ALDEIA - PRINCÍPIOS GERAIS DE INTERVENÇÃO

##### **a) Trabalhos realizados**

- As construções e os espaços da aldeia sofreram processos de restauro, ampliação e reabilitação;
- Algumas construções foram reabilitadas com o propósito de servir e desenvolver a atividade turística, como a Casa do Aguieiro e a Casa Valxisto; Nesta mesma linha, a aldeia pretende criar outros empreendimentos destinados ao turismo, como um Hotel Rural com Restaurante na Casa da Viúva e uma Quinta Pedagógica na Casa do Amásio;
- A aldeia irá brevemente dispor também de um novo edifício de acolhimento e divulgação, para que a aldeia passe a receber os seus visitantes com maior comodidade, e que servirá também de apoio à atividade de BTT; Vai passar ainda a funcionar como um polo externo do Museu Municipal de Penafiel;
- Ainda dentro da atividade turística, irão ser criados diversos percursos pedonais e irá ser promovida a atividade de BTT;
- Com o intuito de promover a atividade cultural da aldeia, foi reabilitada uma antiga habitação, transformada posteriormente num centro cultural, Casa do Xiné, sede do grupo de teatro local;
- Anualmente é realizada uma festa de carácter tradicional, a Festa do Caldo de Quintandona, dedicada à gastronomia local, ao artesanato e a atividades de natureza teatral, musical e cultural, com o intuito de promover a Aldeia Rural Preservada de Quintandona.
- A aldeia possui atualmente ligação por wireless à internet, com o aparelho que emite o sinal instalado na cobertura do Centro Cultural, disponível em dias da Festa do Caldo;
- Algumas das casas da aldeia, bem como o Centro Cultural, utilizam energias renováveis através de coletores solares e painéis fotovoltaicos instalados nas suas coberturas.

### **b) Princípios Gerais de Intervenção**

- Privilegiar o restauro das construções, invertendo estrategicamente em novas construções/espços que globalmente requalifiquem cada ativo;
- Fazer investimento turístico âncora que atraia visitantes de zonas mais distantes, dando-lhes como atrativo a descrição/ilustração da "vida no contexto rural";
- Garantir sempre a prática de preços competitivos nos espaços turísticos, eventualmente subsidiando direta ou indiretamente os empresários que entendam investir na aldeia;
- Garantir para isso a existência de algumas atividades permanentes de caráter agropecuário e de silvicultura, dos espaços florestais envolventes que atraiam visitantes "exploradores" da natureza; incentivar essas atividades;
- Criar uma dinâmica social, cultural e económica que chame a população residente permanente para o usufruto e utilização dos espaços da aldeia;
- Criar eventos que atraiam regularmente a população residente da região;
- Incentivar a população a utilizar energias renováveis, através da fonte solar, ou de outras que sejam possíveis explorar.



# 6

## ESTUDO DE CASO - HOTEL RURAL \*\*\*

### 6.1. INTRODUÇÃO

O projeto em estudo refere-se a um Hotel Rural de três estrelas a ser implementado em Quintandona. Trata-se de um projeto de reabilitação a ser desenvolvido na Casa da Viúva, uma das casas mais emblemáticas e tradicionais da aldeia outrora pertencente, como o nome indica, a uma senhora viúva. Atualmente foi adquirida por três habitantes da região, que pretendem dar uma nova vida à casa e torná-la num espaço para alojamento turístico. Os três sócios são o Sr. Jorge Melo, o Sr. Paulo Botelho e o Sr. Paulo Sousa.

O projeto atualmente existente é de um gabinete de Arquitetos de Queluz e ainda está numa fase de avaliação de viabilidade não se podendo, desde já, garantir se um dia virá a ser concretizado, pelo menos nos termos do atual estudo prévio. Serve apenas de referência para a aplicação da metodologia desenvolvida no âmbito desta dissertação.

Neste capítulo é feita uma integração da casa na aldeia, com recurso a plantas topográficas e a fotos representativas. É também efetuada a caracterização da pré-existência, incluindo uma resenha histórica, com a apresentação das áreas de todos os espaços e do edificado e também da sua integração urbanística, arquitetónica e construtiva.

Considerou-se um programa base para uma futura intervenção de reabilitação no complexo rural, inspirado no projeto do Hotel Rural, e aplicou-se a metodologia, elaborada no capítulo 5, de que resultaram recomendações específicas de intervenção que no fundo servem para validar a metodologia desenvolvida no âmbito desta dissertação.



Fig. 6.1 - Vista exterior da entrada principal da Casa da Viúva, pela Rua de Quintandona

## 6.2. INTEGRAÇÃO NA ALDEIA E PLANTAS GERAIS

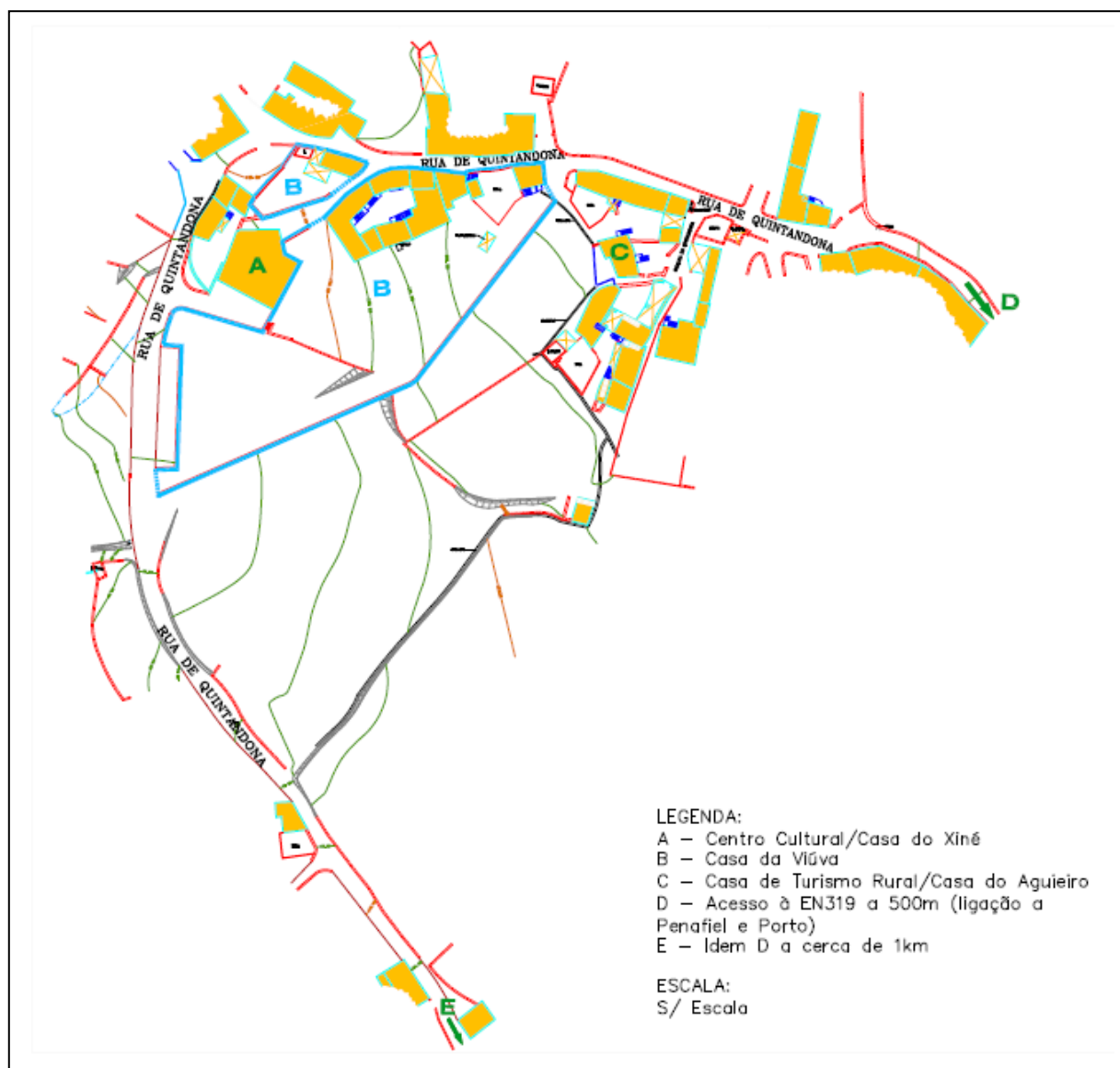


Fig. 6.2 - Casa da Viúva no contexto da aldeia

Para chegar à Casa da Viúva existem dois trajetos possíveis, como se pode ver na figura 6.2, os trajetos D e E, que fazem a ligação à mesma rua, a Rua de Quintandona, provenientes da estrada nacional EN319, estrada que faz a ligação a Penafiel e ao Porto.

O complexo rural situa-se ao lado do Centro Cultural (Casa do Xiné) e relativamente próximo da Casa de Turismo Rural (Casa do Agueiro).

É uma das casas mais típicas da aldeia e que melhor representa o modo de viver das suas pessoas, com uma arquitetura vernacular bem presente. Incluiu diversas edificações de carácter rural de que se destacam a casa principal, o espigueiro e o palheiro.



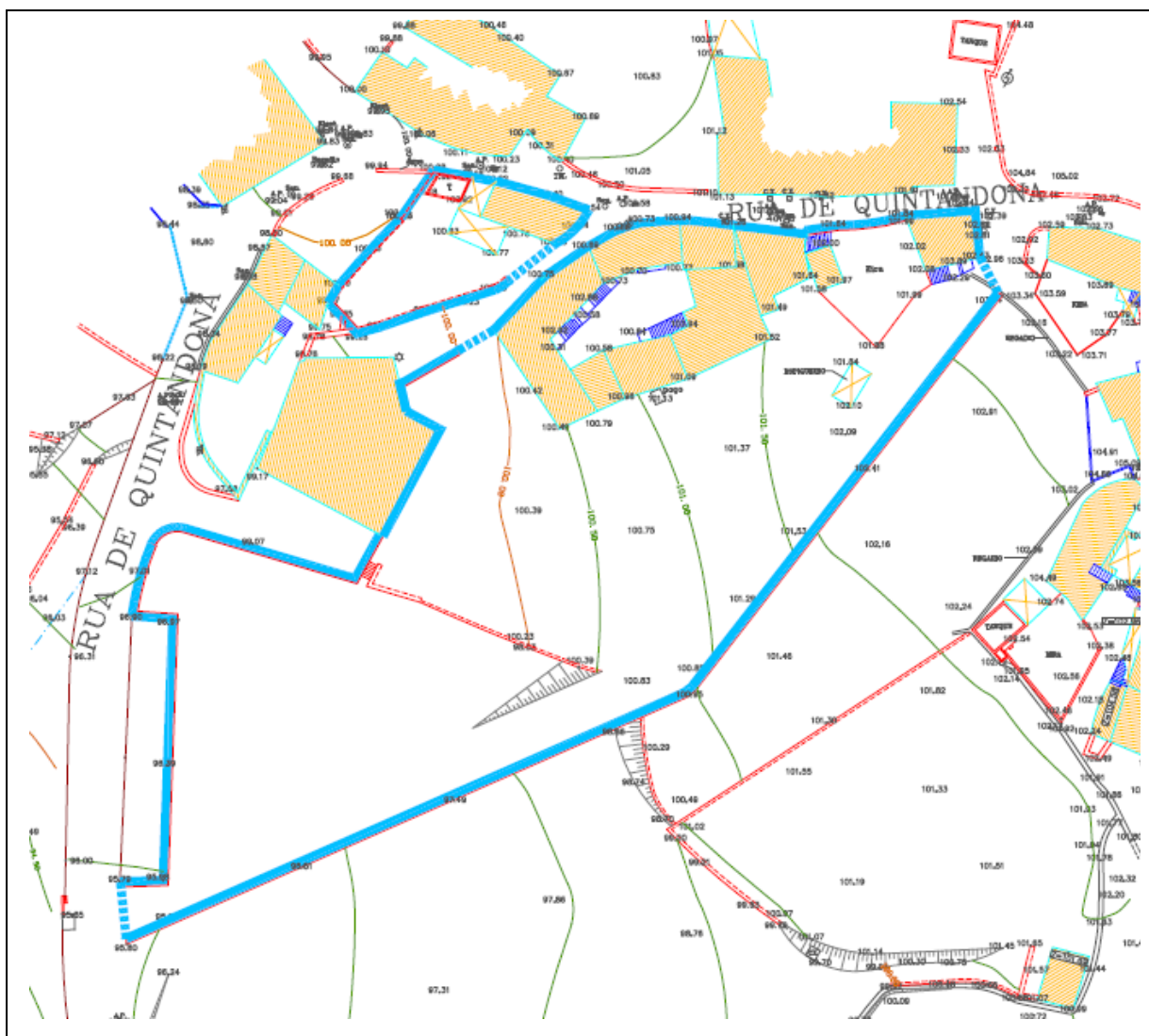


Fig. 6.3 - Casa da Viúva: limites do terreno - planta topográfica (S/ Escala)

A casa apresenta um vasto terreno delimitado pela linha a azul, que se pode visualizar na figura 6.3.

A Casa da Viúva é uma das maiores casas existentes na aldeia, com um vasto terreno agrícola e diversas construções ligadas às atividades e ao modo de viver na aldeia.

Pela Rua de Quintandona se consegue chegar à casa, havendo uma entrada principal (ver Fig. 6.1) fazendo ligação direta com a casa e três outras entradas secundárias que fazem a ligação ao terreno que envolve a casa.

A entrada principal faz a ligação com o pátio da casa e com as diversas divisões presentes no R/C da casa. Dá ainda o acesso, por escadaria exterior, ao piso superior da casa, constituído pelos quartos e pela sala.

O complexo rural apresenta várias construções, típicas nas casas de Quintandona. A casa de habitação é constituída no R/C pela cozinha tradicional, divisões anexas a esta, pela adega, pelo respetivo lagar do vinho, pelo estábulo e pelo pátio. No piso superior, como já foi dito, encontram-se os quartos e a sala.

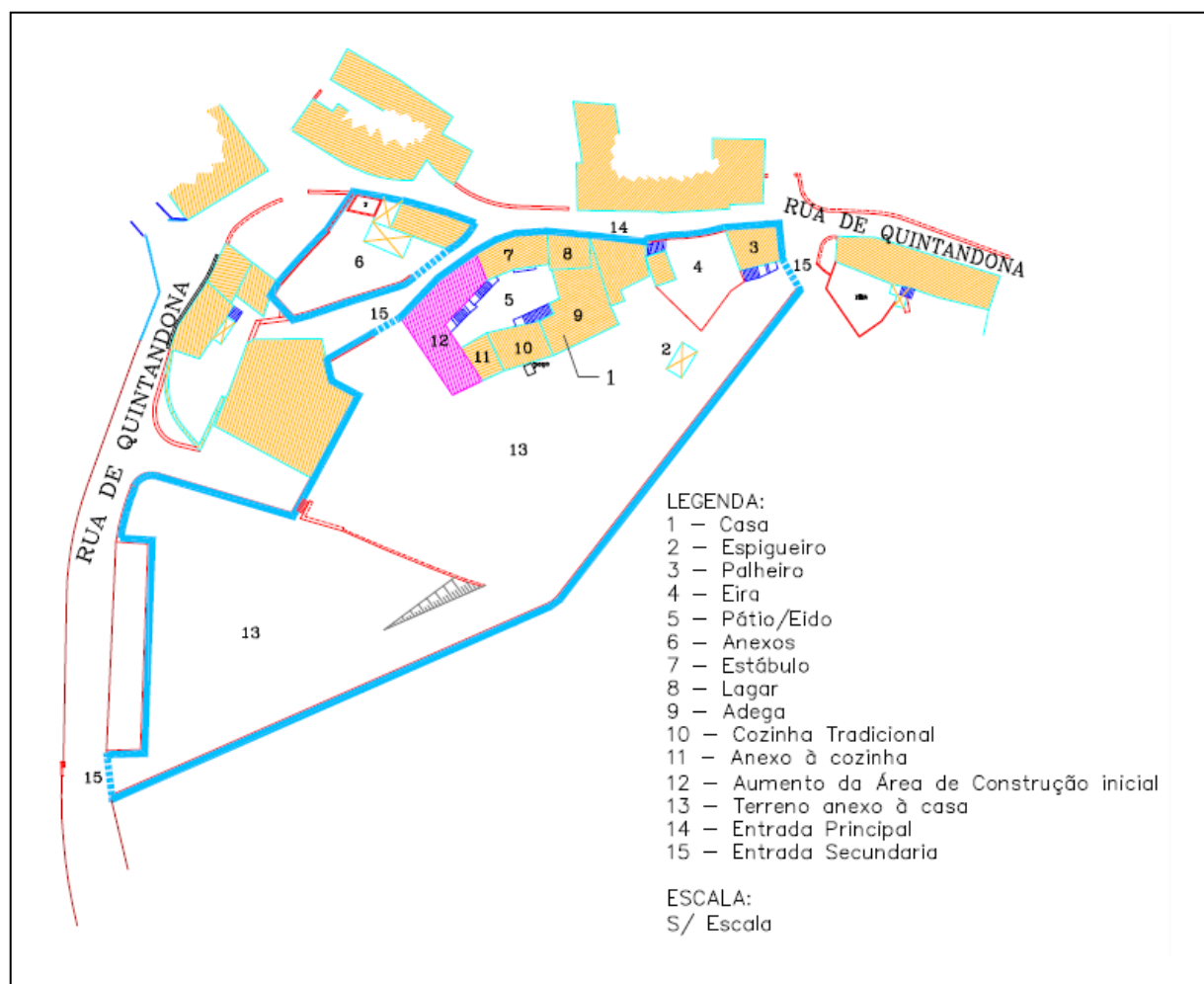


Fig. 6.4 - Casa da Viúva - construções existentes

Na sua envolvente, além do terreno agrícola, estão presentes o espigueiro, o palheiro e a eira, e ainda um poço para extração de água (Fig.6.6). O complexo apresenta ainda um outro terreno com construções anexas à casa, servidas de um tanque, para reserva de água e lavagem de roupa.

Verifica-se ainda, na figura 6.4, que a casa não era completamente fechada, tendo sofrido ao longo dos anos intervenções ao nível da sua arquitetura. A sua área de construção foi aumentada, principalmente em altura, devido ao crescimento da família.

Pela figura 6.5 percebe-se que uma varanda da casa de habitação foi fechada com uma parede de tabique rebocada e pintada de branco.



Fig. 6.5 - Conjunto edificado fechado de forma retangular, composto pela casa e pelo estábulo formando um pátio no meio



Fig. 6.6 - Conjunto edificado destinado ao armazenamento e transformação de cereais e outros produtos agrícolas, formado pelo palheiro, pela eira e pelo espigueiro

### 6.3. CARATERIZAÇÃO DA PRÉ-EXISTÊNCIA

#### 6.3.1. RESENHA HISTÓRICA

A Casa da Viúva situa-se na Aldeia Rural Preservada de Quintandona, pertencente à Freguesia de Lagares, Concelho de Penafiel.

A história de Lagares remonta a épocas remotas. A influência dos romanos atesta esta afirmação. Com efeito, alguns dos seus topónimos são de origem latina, nomeadamente Quintandona (de Quinta de Ónega ou de Dona Ónega). Hoje, a aldeia de Quintandona, consiste numa aldeia típica preservada, com uma beleza e arquitetura singulares. É definida por um conjunto de características arquitetónicas do seu património, com a combinação do xisto, com granito amarelo e ardósia, e envolvida por uma paisagem agrícola e florestal. A Casa da Viúva é uma das casas que melhor representa esse património que a aldeia possui.

Não foi possível obter documentos que permitissem identificar a data de construção com total rigor, no entanto, na padieira da porta principal está indicado o ano 1794 (ver figura 6.7, embora não seja muito perceptível) que pode considerar-se com grande probabilidade como uma data credível para a inauguração da casa dado que a padieira consegue identificar o ano da construção original.



Fig. 6.7 - Entrada principal da casa - data de construção na padieira

Originalmente a casa possuía todas as atuais divisões com exceção de pequenas obras tais como o fecho de uma varanda (Fig. 6.5 - 1º andar) e o aumento identificado na figura 6.4 como 12 (apenas no andar superior), já que a construção original tinha apenas o andar térreo no local 12.

Os ocupantes da casa foram sempre pessoas da região, possivelmente agricultores, vivendo no mesmo local várias famílias (pais e filhos casados com filhos ou solteiros).

A casa ao longo dos anos foi perdendo ocupantes e durante bastante tempo foi habitada unicamente por uma senhora viúva que entretanto faleceu, ficando então totalmente desabitada, mas pertencendo ainda aos familiares que outrora lá tinham vivido. Recentemente foi adquirida por três habitantes da região, que pretendem investir na sua reabilitação com o intuito de lhe dar uma nova vida.

## 6.3.2. ÁREAS

Quadro 6.1 - Programa de Áreas baseado no Estudo Prévio Existente (valores aproximados)

Designação	Área de Implantação (m <sup>2</sup> )	Área de Construção (m <sup>2</sup> )
Casa	440	796
Palheiro	50	86
Espigueiro	12	12
Eira	108	-
Pátio Interno	86	-
Anexos	68	68
Aumento da Casa	116	116

Área do Terreno - 4325 m<sup>2</sup>

Área de Implantação Total - 880 m<sup>2</sup>

Área de Construção Total - 1078 m<sup>2</sup>

## 6.3.3. INTEGRAÇÃO URBANÍSTICA

A Casa da Viúva situa-se junto da rua principal, a Rua de Quintandona, com a sua entrada principal virada para a mesma. Possui outras três entradas com ligação direta ao terreno da casa, uma entrada a Norte e outra a Sul, com acesso também pela rua principal e uma outra entrada a Oeste, pela rua que dá acesso à entrada principal do Centro Cultural - Casa do Xiné.

Todo o terreno da casa é vedado com muros em xisto, de forma a dividir todo o complexo rural do espaço público existente e das casas vizinhas.

A casa possui atualmente água com ligação à rede de abastecimento público. Possui ainda ligação à rede pública de drenagem de águas residuais e pluviais e ligação telefónica.

## 6.3.4. CARATERIZAÇÃO ARQUITETÓNICA

O complexo de exploração rural, Casa da Viúva, é composto por dois pisos e apresenta uma grande área de construção e um grande terreno agrícola. Ao longo dos anos sofreu várias intervenções que permitiram aumentar a casa conforme o respetivo crescimento da família. Predomina o modelo de casa pátio fechada e sobradada com os dois pisos sobrepostos mas independentes devido à dualidade das funções respetivas.

O piso inferior é constituído pela cozinha tradicional e pelas divisões anexas de apoio à cozinha e a adega do vinho com o seu pavimento térreo. O pátio está incorporado dentro de um conjunto de edifícios, no centro das várias áreas que compõe a casa, e ao seu redor encontra-se o estábulo e lojas para animais e armazenamento de viveiros de toda a espécie, e ainda o lagar. O piso superior é composto pelos quartos e pela sala.



Devido aos sucessivos aumentos que foram feitos, ao longo dos anos, com o intuito de aumentar o seu espaço com o crescer da família, denota-se que a casa é multifamiliar apresentando duas cozinhas. No referido aumento existe então, no segundo piso, outra cozinha, sala e quartos, sendo o primeiro piso constituído por divisões anexas e pelo pátio.

O acesso ao piso superior das diferentes habitações, é feito por escadas exteriores de pedra e xisto encostadas à fachada pelo lado interior do complexo, no pátio.

Na envolvente da casa encontra-se o terreno agrícola para pastagem de gado e outras construções destinadas ao armazenamento e transformação de cereais e outros produtos agrícolas, constituídas pelo palheiro, pela eira e pelo espigueiro de forma retangular. Apresenta ainda um terreno separado composto por construções anexas com tanque de reserva de água e lavagem de roupa.

A Casa da Viúva ainda preserva o desenho e o carácter original, mas foi sendo alvo de intervenções inconsequentes, sem respeito pelo valor artístico e patrimonial das construções antigas de Quintandona, através dos mais variados enxertos e remendos.

#### 6.3.5. CARATERIZAÇÃO CONSTRUTIVA

A Casa da Viúva é uma típica construção da aldeia de Quintandona, que recorre a materiais locais que o solo geológico forneceu (xisto, ardósia e granito amarelo) e a tecnologias tradicionais passadas de geração em geração.

As suas paredes são em xisto, os seus vãos constituídos por granito amarelo, é coberta por telha e os seus beirais são em ardósia. Interiormente a madeira é o material abundantemente utilizado, muitas das vezes com função estrutural.

Todas as outras construções existentes no complexo agrícola, recorrem aos mesmos materiais e tecnologias tradicionais.

Em Anexo pode encontrar-se um conjunto fotográfico representativo da Casa da Viúva (Anexo A2 com ligação à Fig. 6.4) e dos sistemas construtivos utilizados (Anexo A3).

### 1. A Casa

#### a) Fundações

As fundações são diretas e em alvenaria de pedra.

#### b) Paredes Exteriores

##### **b.1) Estrutura e revestimentos**

As paredes exteriores são executadas em alvenaria de pedra de xisto, bastante espessas, com a combinação do granito amarelo nos vãos das portas e janelas, sob a forma lancis de soleiras, de parapeitos, de ombreiras e de lintéis ou vergas, em ambos os pisos. Em alguns casos, os vãos são em madeira.

As paredes são simples e, apenas no segundo piso da habitação, as paredes pelo interior são rebocadas e regularizadas com argamassa de cal e areia com acabamento a estuque.

Também são utilizadas algumas paredes de tabique situadas na continuidade das paredes das fachadas de alvenaria de xisto ou nas fachadas dos pisos aumentados e acrescentados.

## **b.2) Elementos singulares**

### **POSTIGOS**

A casa possui postigos nas caves e nas instalações sanitárias, destinados sobretudo a iluminação natural mas também a ventilação. Os caixilhos são em geral metálicos ou de madeira envidraçada (existem alguns caixilhos de madeira opaca para ventilação), fixos ou móveis.

### **c) Sobrados**

A estrutura dos sobrados, que divide os dois pisos da habitação, é constituída por um vigamento de troncos de madeira, com diâmetros que variam entre os 20 e os 30 cm e comprimento que varia conforme a largura da casa.

O vigamento encontra-se apoiado nas paredes de suporte, do primeiro piso, e os troncos são dispostos paralelamente entre si, com afastamentos de aproximadamente 50 cm. Todo o vigamento é travado por tarugos também de madeira.

### **d) Pavimentos - revestimento dos sobrados**

Os pavimentos do piso superior, são revestidos por um tabuado - soalho - normalmente de madeira de pinho, apoiados nos sobrados, com espessuras que variam entre os 2,5 e os 5 cm, larguras de 30 cm e comprimentos entre 4 e 5 m.

### **e) Piso térreo**

O pavimento do piso térreo apresenta-se inacabado, sob a forma de terra batida, na adega e nas divisões anexas e em ardósia na cozinha.

### **f) Tetos do piso superior**

Os tetos originais são constituídos por um teto falso simples em ripado de madeira.

### **g) Coberturas**

#### **g.1) Estrutura e revestimentos**

A cobertura é inclinada, de duas águas, com revestimento em telhas cerâmicas dispostas sobre ripas de madeira e com os seus beirais em ardósia. Predomina, como solução estrutural, a asna de madeira. As varas estão apoiadas sobre dois elementos estruturais, designadamente o pau de fileira que atravessa longitudinalmente todo o edifício suportado pelas asnas e o frechal colocado ao longo do topo das paredes exteriores.

Os beirais projetam-se cerca de 20 a 30 cm para o exterior.

### **g.2) Chaminés**

A cozinha tradicional não apresenta chaminé, sendo a tiragem dos fumos realizada diretamente através de aberturas criadas propositadamente entre as telhas. Na cozinha pertencente ao aumento da casa, existe uma chaminé executada em tijolo maciço, rebocada, sem qualquer tipo de pormenores decorativos.

### **g.3) Elementos singulares**

#### **ALGEROZES**

Os algerozes presentes na casa são efetuados com telhas caleira e posteriormente, em alguns casos, passaram a ser executados com chapa zincada.

#### **BEIRADOS**

O beirado é formado por placas de ardósia sendo, em alguns casos, a própria telha que tem essa função.

#### **CALEIRAS**

Só a parte mais recente da casa possui caleiras e tubos de queda, fazendo a ligação à rede pública de drenagem de águas pluviais. As caleiras são executadas em chapa de ferro zincado e pintadas e os respetivos tubos de queda são executados em PVC ou zinco.

### **h) Paredes interiores**

Tal como acontece com as paredes exteriores, as paredes interiores do piso térreo são também resistentes em pedra de xisto, com espessuras idênticas. No piso superior a maioria das paredes divisórias são em tabique.

Algumas delas, de continuação das paredes resistentes do primeiro piso, são em xisto e rebocadas e estucadas. As paredes em tabique têm espessuras de aproximadamente 11 cm.

Os rodapés são em madeira, com alturas entre 10 e 15 cm.

### **i) Escadas**

A casa possui apenas escadas pelo exterior, para o segundo piso, com um único lanço. Os seus patamares são em pedra de granito, sendo a estrutura de suporte uma combinação de pedra granítica amarela com xisto.

### **j) Caixilhos exteriores**

As ombreiras dos vãos são constituídas por lancis de granito ou ardósia, com largura correspondente à espessura das paredes. As vergas dos vãos de portas e janelas são formadas na maioria dos casos por dois lancis, um exterior em granito ou ardósia e um interior em madeira. Os parapeitos das janelas são formados por lancis em granito ou madeira e as soleiras das portas em granito ou ardósia.



## JANELAS

Grande parte das janelas é de guilhotina, envidraçadas e com os seus aros em madeira. Também existem algumas janelas de abrir, com duas folhas, igualmente envidraçadas e com os aros em madeira.

## PORTAS

As portas que se situam nos vãos de acesso ao pátio interior da casa, pela rua e pelo logradouro, possuem duas folhas de abrir e são constituídas por tábuas de madeira de pinheiro dispostas verticalmente e algumas horizontalmente, sendo bastante largas e espessas. Pelo lado exterior apresentam, até meia altura, uma chapa metálica capaz de fornecer maior resistência e durabilidade.

As portas de acesso à habitação e aos anexos da casa são igualmente em madeira de pinheiro, mas são menos espessas e mais estreitas e possuem apenas uma única folha de abrir.

### **k) Caixilhos Interiores**

As caixilharias interiores adotam o mesmo tipo de execução das caixilharias exteriores.

## PORTAS

Os caixilhos das portas interiores dos compartimentos possuem uma ou duas folhas de abrir em madeira e são constituídas por uma esquadria de tábuas, dispostas em forma de travessas. Os seus aros são em madeira e fixos diretamente aos prumos e às vergas das paredes interiores.

## PORTADAS

As portadas apresentam duas folhas de abrir em madeira, sendo em tudo semelhantes às portas interiores.

### **l) Instalações**

A casa passou a possuir, após a intervenção de reabilitação na aldeia, infraestruturas básicas de abastecimento de água, de drenagem de águas pluviais e esgotos e instalações elétricas.

## ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Atualmente possui ligação à rede pública, sendo outrora comum a utilização do poço ainda existente. A rede de abastecimento é executada com tubos de ferro fundido.

## DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

A recolha das águas pluviais da cobertura da parte antiga é efetuada através de algerozes, em telha caleira, e através dos beirados, conduzindo assim as águas diretamente para a rua. A parte mais recente da casa utiliza caleiras que conduzem as águas para os tubos de queda e estes para a rede pública.

## **DRENAGEM DE ESGOTOS**

A casa ainda possui a típica retrete e a instalação sanitária mais recente possui ligação com a rede de drenagem de esgotos, constituídas por tubos de queda, sifões e tubos de ventilação, ligada à rede pública de saneamento.

### **m) Lagar do vinho**

O lagar do vinho está instalado numa das extremidades do piso térreo da casa, perto da entrada principal, num espaço com razoáveis dimensões. É formado por três tanques elevados do pavimento construídos em lajes de pedra e também por uma prensa que espreme o bagaço.

### **n) Adega/Cozinha tradicional**

A adega situa-se numa divisão do piso térreo do edifício principal. As paredes exteriores em xisto, são espessas e dotadas de respiradouros, janelas de pequena dimensão com os vãos em granito, tornando assim este espaço ventilado e fresco.

A cozinha tradicional situa-se também no piso térreo, ao lado da adega, constituída pelo seu lar pético de trasfogueiro, o forno circular de cozer pão, também em granito, ambos cobertos pela péloga.

## **2. Espaços exteriores**

### **a) Eira**

A eira situa-se em frente ao palheiro, constituída por lajes graníticas.

### **b) Terreno**

O complexo rural, além das suas construções, também dispõe de uma vasta área de terreno que era usado para a atividade agrícola e pastagem do gado.

## **3. Outras construções**

### **a) Espigueiro**

O espigueiro complementa a eira e o palheiro e situa-se muito perto destes. Esta construção é composta por um corpo com uma só divisão interna e uma porta no topo.

O corpo do espigueiro está assente em quatro mesas de cantaria, apoiadas em cima de quatro pilares de granito. As mesas estão unidas por quatro vigas, onde assenta a base constituída por soalho. O esqueleto é constituído por prumos de madeira assentes nas vigas e nos frechais que ligam os prumos. As paredes são compostas por um ripado vertical pregado nos topos, existindo a meia altura duas travessas horizontais.

A cobertura é de quatro águas revestida a telha canudo.

#### **b) Palheiro**

É um tipo de construção de xisto bastante rústica com três pisos. O piso térreo era ocupado por animais e os pisos superiores eram usados para armazenamento de feno para alimentação do gado.

As paredes são de xisto com os vãos das portas e janelas em pedra granítica, os sobrados elevados e as tábuas a ele pregadas são de madeira e suportadas pelas paredes resistentes. O acesso faz-se por uma escada exterior em xisto. As portas são em madeira revestidas por chapa metálica e as janelas em madeira também.

A estrutura de madeira que suporta toda a cobertura, tem algumas semelhanças com a da habitação, com a diferença desta possuir quatro águas. A estrutura secundária da cobertura é formada por vigas de madeira, apoiadas no pau de fileira, nas madres e nos frechais. Na direção oposta às vigas, estão colocadas as ripas onde assentam diretamente as telhas em canudo, colocadas sem forro.

#### **c) Tanque**

No terreno correspondente aos Anexos da casa, existe um tanque de forma retangular, constituído por paredes de blocos de betão rebocadas, sendo assim de constituição mais recente.

#### **d) Tina e poço**

Como antigamente a aldeia não dispunha de abastecimento de água pública, os habitantes da Casa da Viúva utilizavam o poço como meio de abastecimento de água para os seus hábitos alimentares, higiene e para consumo próprio. As tinas serviam para armazenamento da água.

#### **e) Galinheiro**

O galinheiro situa-se perto da eira, nas traseiras da casa. A sua estrutura é feita em madeira, com as suas paredes constituídas por uma rede. A sua cobertura também em madeira é revestida a telha.

#### **f) Estábulo**

Este edifício é construído com os mesmos materiais da casa. As paredes são em xisto e possuem pequenas aberturas para entrada de ar, as portas são de madeira e os seus vãos em pedra de granito amarelo e a cobertura, de duas águas, é semelhante à da casa, com a estrutura em madeira e revestida a telha, com o beirado em ardósia.

Fica localizado adjacente à casa, junto ao pátio interior.

#### 6.4. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO PARA A CASA DA VIÚVA

É aqui apresentado um plano geral de intervenção para a Casa da Viúva com base no atual projeto existente para a implementação de um Hotel Rural (ver Quadro 6.2 e Fig. 6.8). Trata-se de um projeto de reabilitação que visa tornar a Casa da Viúva num alojamento turístico para a aldeia incluindo, além dos quartos para pernoitar e o restaurante, um bar, uma piscina exterior, uma zona para estacionamento e um grande espaço verde para disfrutar.

Como foi dito, no início deste capítulo, o projeto atualmente existente está numa fase de avaliação de viabilidade não se podendo, desde já, garantir se um dia virá a ser concretizado, pelo menos nos termos do atual estudo prévio. Serve apenas de referência para a aplicação da metodologia desenvolvida no âmbito desta dissertação.

De seguida, são apresentados os trabalhos de reabilitação e ampliação que serão efetuados na casa e as respetivas áreas de implantação e construção. O edifício principal será reabilitado e sofrerá uma pequena ampliação, nos dois pisos existentes, na zona do pátio interior. Será ainda efetuada uma outra ampliação, neste edifício, consistindo num bloco de serviço de apoio ao hotel e à piscina. No outro terreno, também pertencente à Casa da Viúva, serão reabilitadas as construções existentes com o intuito de servir de anexo ao Hotel, com a zona do tanque a ser substituída por uma pequena ampliação do edifício.

O Palheiro existente será também reabilitado (estando neste momento já em fase de execução) e transformado num Winebar pertencente ao Hotel mas também com entrada livre a qualquer pessoa que não esteja alojada no mesmo. A Eira e o Espigueiro serão mantidos, sendo considerados património cultural e uma imagem a preservar na aldeia, devido ao uso que outrora tiveram nas atividades comuns praticadas pela população da aldeia.

Em relação aos arranjos exteriores, será construída uma piscina com zona de estadia, o pátio interno será arranjado, na zona do restaurante será construído um deck (esplanada exterior) e em todo o espaço verde, na envolvente do edificado, serão mantidas as plantas autóctones e as árvores de fruto. As pias serão transformadas em vasos, os barrotes de madeira servirão de passadiços, será criada uma horta na zona da cozinha, um parque infantil com jogos tradicionais e serão colocados e mantidos outros elementos rurais que constituem a identidade da aldeia. Serão ainda criadas, ao longo do espaço verde, zonas de estacionamento automóvel para os clientes com duas entradas opostas, uma a Norte e outra a Sul.

A futura intervenção na Casa da Viúva poderá não seguir exatamente o que está estipulado neste projeto, podendo entretanto surgir novas ideias menos "ambiciosas" e mais económicas. Poderá igualmente ser criado um local para alojamento um pouco mais pequeno, visto que a aldeia já possui outros dois edifícios com a mesma função. Uma opção bastante viável seria também a implementação do restaurante com o apoio da cozinha tradicional, não existindo nenhum até ao momento, e a criação do Winebar, sendo o único elemento do projeto que terá vida certamente num futuro próximo.

Quadro 6.2 - Programa de Áreas baseado no Projeto de Arquitetura do Hotel Rural (valores aproximados)

Designação	Área de Implantação (m <sup>2</sup> )	Área de Construção (m <sup>2</sup> )
Reabilitação e Construção Nova		
1. Hotel Rural (Reabilitação)	440	796
2. Hotel Rural (Ampliação)	18	36
3. Hotel Rural/Anexo (Reabilitação)	68	68
4. Hotel Rural (Ampliação)	35	35
5. Winebar (Reabilitação)	50	86
6. Bloco de Serviço (Ampliação)	82	82
Arranjos Exteriores		
7. Pátio Interno do Hotel Rural	86	-
8. Deck do Hotel Rural	39	-
9. Piscina e Deck	234	-
10. Acessos e Estacionamento	950	-



Fig. 6.8 - Proposta - projeto de Arquitetura do Hotel Rural

O Projeto de Arquitetura do Hotel Rural conta, no Piso 0 do edifício principal (Fig. 6.9), com um átrio/zona de estar e de receção dos clientes, duas instalações sanitárias e uma para as pessoas de mobilidade condicionada, uma sala de estar, um quarto duplo para as pessoas de mobilidade condicionada e instalação sanitária com duche encastrado, uma sala de refeição pessoal e arrumos. Tem ainda a cozinha e o restaurante com uma esplanada exterior e o bloco de serviço de apoio ao hotel e à piscina exterior.

No edifício anexo ao Hotel, existem dois quartos duplos comunicantes com instalações sanitárias e um T0.



Fig. 6.9 - Planta do piso 0 - projeto de Arquitetura do Hotel Rural

No Piso 1 (Fig. 6.10), existem dez quartos duplos com instalações sanitárias, em que um dos quartos dispõe de um terraço.



Fig. 6.10 - Planta do piso 1 - projeto de Arquitetura do Hotel Rural

## 6.5. MATERIAIS E SISTEMAS CONSTRUTIVOS - RECOMENDAÇÕES

### 6.5.1. A CASA

#### a) Fundações

Como as fundações são diretas e o solo é bastante resistente, não é necessário intervir ao nível das fundações.

#### b) Paredes Exteriores

##### b.1) Estrutura e revestimentos

As paredes exteriores terão de manter o seu material constituinte, o xisto, à vista e necessitam de técnicas de restauro e consolidação ao nível da estanquidade à água e ao ar.

Nos casos em que a superfície exterior em xisto apresente sinais de profunda degradação ou de desagregação, devem ser aplicados produtos químicos de tratamento. Deve ser efetuada uma cuidada limpeza das pedras de xisto com uma escova rígida não metálica e água levemente lixiviada, para garantir uma limpeza mínima e a manutenção do aspeto do edifício. As juntas do paramento devem ser tratadas com argamassa à base de cal para garantir a estanquidade à água da fachada já que, na constituição original as paredes eram de junta seca não argamassada o que se entende que normalmente não assegurará o desempenho adequado em termos de estanquidade ao ar e à água. Para garantir uma melhor estanquidade da fachada, pode ainda aplicar-se, após o tratamento das juntas e a limpeza do suporte, uma pintura de impermeabilização constituída por um repelente de água.

É necessário aplicar, pelo seu interior, um revestimento constituído por placas de gesso cartonado associadas a uma camada de isolamento térmico. As placas de gesso cartonado devem ter uma espessura mínima de 15 mm e serem fixas mecanicamente a uma estrutura metálica intermédia. Nas zonas húmidas, devem ser utilizadas placas de gesso cartonado hidrófugas. A camada de isolamento térmico deve ser constituída por painéis rígidos de lã mineral não hidrófila ou outro material de isolamento térmico compatível. Deve garantir-se uma caixa-de-ar não ventilada entre o isolamento térmico e a parede de alvenaria de xisto com, pelo menos, 2 cm de espessura e assegurar a estanquidade ao ar do paramento interior.

Em detrimento das placas de gesso cartonado, poderá optar-se pela construção de uma segunda parede em tijolo rebocada e estucada.

## **b.2) Elementos singulares**

### **POSTIGOS**

Estas aberturas, de pequena dimensão, deverão ser ocultas ou possuir caixilho envidraçado de forma a assegurar uma melhor estanquidade ao ar e à água.

### **c) Sobrados**

Relativamente aos sobrados, algumas vigas deverão ser substituídas porque não estão em bom estado de conservação. É necessário aplicar em toda a madeira um tratamento preventivo contra insetos e fungos xilófagos.

### **d) Pavimentos**

Ao nível dos pavimentos deverá ser feita uma limpeza geral dos elementos que constituem a estrutura de suporte (sobrados) e aplicação de um tratamento ignífugo. Visto tratar-se de um Hotel Rural, deverá ser aplicado um material isolante acústico, do tipo membrana betuminosa associada a lã mineral.

Tratar o soalho existente e, em alguns casos, substituir por uma solução nova adequada.

### **EM ZONA CORRENTE**

Aplicação de um isolamento térmico, com painéis rígidos de lã mineral não hidrófila sobre o soalho existente. Eventualmente poderá ser aplicada uma barreira pára-vapor (filme de polietileno) sobre o isolamento térmico, se o pavimento não for de separação entre habitações. Em seguida aplicar placas de um aglomerado de madeira com, pelo menos, 2 cm de espessura e por fim aplicar um novo revestimento de pavimento de madeira, fixo a um ripado também em madeira convenientemente tratado.

### **EM ZONA HÚMIDA SOBRE ESPAÇOS NÃO AQUECIDOS**

Aplicação de um isolamento térmico, com painéis rígidos de lã mineral não hidrófila e de uma camada betuminosa na face superior.



Aplicação de uma camada de impermeabilização constituída por um feltro betuminoso e de um filme de polietileno.

Aplicação de um elemento rígido pré-fabricado (pré-laje) devidamente regularizado e de um novo revestimento de pavimento constituído por ladrilhos cerâmicos, fixos através de um cimento-cola selecionado de acordo com os documentos técnicos específicos.

**A reabilitação deste elemento construtivo implica um aumento das cargas sobre a estrutura de madeira existente, pelo que deverá sempre ser acompanhada por um estudo estrutural, que garanta um reforço adequado da estrutura.**

#### **e) Piso térreo**

O piso térreo, da cozinha, da adega e dos compartimentos anexos, deverá ser tratado convenientemente com revestimento de madeira ou com placas de pedra.

Deve ser removido o revestimento existente, quando exista, e escavado o terreno para uma correta execução do pavimento, se for necessário. Depois deve proceder-se à colocação de uma caixa de brita e à realização de uma camada de regularização.

Aplicação de impermeabilização/barreira pára-vapor constituída por um feltro betuminoso e, no remate entre as paredes, o feltro deve ser dobrado de modo a que exista um corte hídrico entre o contorno do pavimento e as paredes.

Colocação de uma camada de isolamento térmico sobre a barreira pára-vapor, constituída por placas de poliestireno extrudido, podendo ser dispensada em função do tipo de utilização do espaço interior, e aplicação de um filme de polietileno.

Realização de uma camada de betonilha armada com rede electrossoldada e aplicação do novo revestimento de pavimento em madeira ou com placas de pedra, fixas através de um cimento-cola selecionado de acordo com documentos técnicos específicos. As pedras devem estar secas aquando da sua colocação.

#### **f) Tetos do piso superior**

Os tetos existentes não garantem a durabilidade adequada pelo que é necessário proceder à sua substituição, com aplicação de um revestimento novo em gesso cartonado. Eventualmente poderá ser aplicada uma barreira pára-vapor sobre esse revestimento, caso se preveja uma elevada produção de vapor no interior, ou seja difícil garantir que o desvão da cobertura é fortemente ventilado.

#### **g) Coberturas**

##### **g.1) Estrutura e revestimentos**

##### **DESVÃO NÃO ÚTIL**

É necessário proceder à substituição de alguns elementos que não apresentam resistência adequada e estão bastante degradados. A madeira deverá estar convenientemente seca e dispor de um tratamento adequado. Aplicação de um novo forro ou reutilização do original caso não esteja degradado e colocação, sobre o forro, de uma membrana flexível permeável ao vapor de água.

Deverá ser assegurada a ventilação da face inferior das telhas através de aberturas ao longo do beiral e cumeeira e de um espaço livre sob as telhas.

Aplicar uma camada de isolamento térmico no desvão, sobre a esteira horizontal, constituído por painéis de lã mineral não hidrófila.

## DESVÃO ÚTIL

Em tudo semelhante às coberturas com desvão não útil, com a diferença de que, o isolamento térmico deverá ser aplicado nas vertentes da cobertura, fixo mecanicamente pelo interior do forro de madeira, e interrompido pelos elementos estruturais de suporte do forro. Aplicar um novo revestimento de teto em madeira ou de placas de gesso cartonado, fixo mecanicamente à estrutura de suporte e aplicar uma barreira pára-vapor sobre esse revestimento, caso se preveja uma elevada produção de vapor no interior ou seja difícil garantir que o espaço de ar entre a telha e o suporte é convenientemente ventilado.

### **g.2) Chaminés**

As chaminés deverão ser revestidas em pedra de xisto tal como as paredes das casas, compatibilizando estes elementos com a imagem das casas, tornando-os menos diferenciadores.

### **g.3) Elementos singulares**

#### ALGEROZES E CALEIRAS

Aplicar estes elementos em toda a casa.

#### BEIRADOS

Poderão ser mantidos visto serem elementos característicos nas coberturas das casas de Quintandona. Proceder à substituição dos elementos de ardósia mais degradados.

### **h) Paredes interiores**

As paredes interiores em tabique deverão ser substituídas por paredes em gesso cartonado. A maioria das paredes interiores serão removidas de forma a refazer o espaço com as novas divisões para o Hotel.

### **i) Escadas**

Manter os mesmos materiais, com os seus patamares em pedra de granito e a sua estrutura de suporte com a combinação de pedra granítica amarela e xisto.

## **j) Caixilhos exteriores**

### **JANELAS**

Em alguns casos poderá ser feita uma reabilitação, utilizando técnicas e materiais contemporâneos, recuperando as caixilharias originais e melhorando o seu desempenho sem alterar significativamente a imagem original.

Nos trabalhos de reabilitação é necessário remover os componentes da caixilharia, limpar a madeira e aplicar um tratamento de preservação e, nos casos em que esteja degradada, fazer a sua substituição. Aplicar uma nova pintura, tratar as juntas de ligação com o contorno, através da introdução de mástiques, aplicar vidros duplos com melhor desempenho, com alterações da caixilharia, sempre que a geometria e as características dos caixilhos assim o permitam. É também necessário tratar ou substituir os acessórios e os elementos metálicos de fixação.

Nos casos em que não é possível recuperar as caixilharias existentes, deverá ser feita a sua substituição por uma caixilharia nova, que reproduza o desenho original e que garanta um bom comportamento face às novas exigências.

### **PORTAS**

Para as portas segue-se a mesma lógica do que foi dito anteriormente para as janelas.

## **k) Caixilhos Interiores**

Os caixilhos interiores, portas e portadas, deverão ser substituídos por novos.

## **l) Instalações**

A aldeia já dispõe de infraestruturas básicas de abastecimento de água, drenagem de águas pluviais e esgotos e de instalações elétricas e telefónicas pelo que, nesta operação de reabilitação, devem ser implementados os elementos necessários a servir o Hotel fazendo a sua ligação à rede pública existente.

## **m) Lagar do vinho**

Segundo o projeto do Hotel Rural aqui apresentado, o lagar do vinho terá de ser necessariamente removido, de forma a libertar o compartimento onde se insere para outra funcionalidade como sejam, duas instalações sanitárias.

## **n) Adega/Cozinha tradicional**

Segundo o mesmo projeto, a zona da adega e da cozinha tradicional passará a ser o restaurante. A cozinha do restaurante terá lugar nos compartimentos anexos à antiga cozinha tradicional. Serão ainda mantidos a lareira e o forno numa divisão do restaurante, e na outra divisão será implementada uma lareira com recuperador de calor.

### 6.5.2. ESPAÇOS EXTERIORES

#### a) Eira

Será mantida e, em locais pontuais, deve proceder-se à substituição dos elementos degradados que constituem o seu piso.

#### b) Terreno

Todo o terreno na envolvente da habitação poderá ser adaptado a novos usos, constituindo um grande espaço verde com zonas de estacionamento para os clientes.

### 6.5.3. OUTRAS CONSTRUÇÕES

O espigueiro será mantido e reabilitado, pois os seus materiais encontram-se degradados; o palheiro será transformado num Winebar e deverá igualmente ser reabilitado de acordo com as novas funções associadas; o tanque será substituído por uma ampliação do edifício a ele adjacente; o poço será preservado e as tinhas servirão de vasos para colocação de plantas no espaço verde do Hotel.

O estábulo passará a ter novas funções (será a sala de estar do futuro Hotel) e o galinheiro será totalmente removido pois no seu local passará a existir uma esplanada de apoio ao restaurante.

## 6.6. OUTRAS RECOMENDAÇÕES

### 6.6.1. INTEGRAÇÃO URBANÍSTICA E ARRANJOS EXTERIORES

- Colocar relva em todo o terreno que envolve a Casa da Viúva;
- Manter as plantas autóctones e plantar diversas árvores de fruto e outro tipo de vegetação;
- Usar pias transformadas em vasos, em vários pontos do espaço verde;
- Utilizar barrotes em madeira e placas em lousa para criação de percursos pedonais;
- Criar um percurso automóvel para os clientes, em terra batida compactada, com duas entradas, uma a Norte e outra a Sul; Marcar, cada uma das entradas, com esteios embutidos no pavimento;
- Criar igualmente zonas para estacionamento automóvel em terra batida;
- Colocar os muros em xisto existentes, que delimitam o terreno, com a altura mínima de 1,5m;
- Manter e respeitar a existência e a dimensão de algumas construções como sejam o espigueiro e a eira;
- Adornar o espaço verde com elementos característicos da aldeia, com a exposição da máquina agrícola antiga e do caldeirão gigante em ferro alusivos à Festa do Caldo de Quintandona;
- Manter as lajes em pedra existentes na entrada da cozinha tradicional;
- Criar uma pequena horta que sirva de apoio à cozinha do Hotel;
- As ampliações a serem feitas no Hotel deverão ter uma relação com o pré-existente, dando continuidade à imagem das construções existentes na aldeia;
- Equipar todo o Hotel com infraestruturas básicas de saneamento, abastecimento de água, telefone e gás e fazer a sua ligação à rede pública;
- Implementar e manter atualizada a sinalização de informação turística e de trânsito;
- Proceder à colocação de pontos de recolha de RSU em diversos pontos exteriores do Hotel e devidamente distanciados; colocar ecopontos;
- Criar espaços e zonas de lazer no Hotel, como um bar, uma piscina, um parque infantil com jogos tradicionais e esplanadas de apoio ao restaurante, ao bar e à piscina.

#### 6.6.2. ARQUITETURA

- Na operação de reabilitação e ampliação do edificado da Casa da Viúva, respeitar a arquitetura vernacular e impor a imagem arquitetónica corrente;
- Recuperar os sistemas e materiais construtivos tradicionais;
- Manter a forma e a dimensão do edificado existente, excetuando nas ampliações referidas e necessárias ao projeto do Hotel Rural;
- Procurar integrar os novos edifícios (ampliações) na paisagem, respeitando a pré-existência, construindo com os materiais locais e com linhas contemporâneas;
- Reabilitar o palheiro e dar-lhe uma nova ocupação do espaço, com a sua transformação num Winebar;
- Reabilitar a eira e o espigueiro existentes, mantendo a sua imagem arquitetónica e os seus materiais tradicionais e dando-lhes uma nova ocupação do espaço.

#### 6.6.3. SUSTENTABILIDADE

- Garantir a prática de preços competitivos no futuro Hotel Rural;
- Criar espaços e zonas de lazer no Hotel, como um Winebar, uma piscina, um parque infantil com jogos tradicionais e esplanadas de apoio ao restaurante, ao bar e à piscina, com o intuito de garantir uma dinâmica e uma relação de bem-estar com os clientes do Hotel;
- Poderá ser criado, no terreno da Casa, um estábulo com cavalos que proporcionem aos clientes, e a qualquer outra pessoa, um passeio a cavalo pelas ruas da aldeia e pelas paisagens envolventes;
- Fazer do Winebar um espaço de convívio e lazer, com pequenas atuações e espetáculos musicais no seu interior; A eira poderá servir de esplanada e de "palco" para essas atuações, conferindo-lhe assim uma nova funcionalidade;
- Implementar no Hotel o uso de energias renováveis, através da instalação de coletores solares e de painéis fotovoltaicos, para o aquecimento da água e fornecimento de energia elétrica;
- Equipar o Hotel com ligação à Internet por via Wireless, para que os seus clientes possam usufruir livremente;
- Manter as plantas autóctones e plantar diversas árvores de fruto e outro tipo de vegetação;
- Usar pias transformadas em vasos, em vários pontos do espaço verde;
- Utilizar barroteiros em madeira e placas em lousa para criação de percursos pedonais;
- Criar uma pequena horta que sirva de apoio à cozinha do Hotel, fornecendo assim alguns produtos alimentares locais.



# 7

## CONCLUSÃO

### 7.1. LIÇÕES A RETIRAR DESTE ESTUDO

O tema explorado neste trabalho "Reabilitação do Património Rural" é um tema bastante complexo, pois apresenta diversos problemas em áreas de especialidade muito diversas que vão da geografia física e humana, à economia até ao urbanismo, arquitetura e construção mas também ao Turismo e às Estratégias Políticas mais ou menos baseadas em critérios de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável.

O património rural existente no nosso país difere de região para região, pelo que numa só dissertação é impossível criar uma metodologia com princípios gerais de intervenção capazes de abranger todas essas regiões, uma vez que cada uma apresenta especificidades diferentes, logo necessidades de intervenção diferentes. Foi assim escolhido como subtema apenas o caso das aldeias de xisto, com a aldeia de Quintandona a servir de exemplo para este estudo e como base concreta passível de servir de referência a futuras intervenções noutras aldeias mas também a contextualizar e estruturar o processo de reabilitação que tem sido efetuado em Quintandona.

As intervenções de reabilitação no património rural são bastante complexas relativamente às intervenções na construção nova. Existem diversas condicionantes ao nível da pré-existência do património edificado, em que é essencial preservar o passado e a identidade dos lugares, preservar tanto quanto possível os materiais existentes e respeitar o traço arquitetónico dos elementos construtivos.

Muitas aldeias do nosso país encontram-se hoje recuperadas e equipadas com infraestruturas adaptadas aos novos tempos, com o seu edificado e os seus monumentos renovados e dispondo de serviços de acolhimento para quem as visita. A aldeia de Quintandona é exemplo disso, pois tem sido alvo de um processo de recuperação que tem vindo a ser feito ao longo dos últimos anos.

O objetivo desta dissertação não era o de chegar a conclusões concretas e objetivas sobre as diversas intervenções que têm sido realizadas nas aldeias de xisto, principalmente na de Quintandona, mas sim o de criar um documento de trabalho capaz de servir de base para futuros projetos de intervenções na aldeia, com o intuito de promover o projeto de reabilitação da mesma, tendo em conta os aspetos relativos ao Urbanismo, à Arquitetura, à Construção e à Sustentabilidade, critérios escolhidos como fundamentais para orientar a definição dos princípios orientadores das intervenções a efetuar na aldeia tanto ao nível do espaço urbano como das edificações em particular.

A aldeia de Quintandona sofreu nas ultimas décadas uma expansão desenfreada de casas mais recentes, sem qualquer valor arquitetónico e que não se enquadram na paisagem e no urbanismo, característico da zona, e que se veio misturar com as casas mais antigas e com valor patrimonial, pelo que a criação deste documento orientador também faz referência aos aspetos relacionados com a

construção nova a efetuar na aldeia de forma a integrar os novos edifícios, sejam eles de raiz ou de complemento à casa rural, na paisagem, respeitando a pré-existência da aldeia, construindo com os materiais locais embora seguindo projetos de arquitetura de matriz mais contemporânea.

Reabilitar o património rural é assim um grande desafio a enfrentar nos próximos anos e embora tenha sido visível ao longo dos últimos anos uma crescente vocação para a recuperação dos espaços rurais, em alguns casos, essa ação não tem tido repercussões ao nível da sustentabilidade desses territórios, muito devido a grande parte das aldeias situarem-se no interior do país, o que não é o caso da aldeia de Quintandona.

A principal missão é a de preservar o vasto património rural, com o intuito de superar os efeitos negativos de degradação e desertificação, contribuindo para a reafirmação desses territórios, e para o reforço da autoestima e fixação das populações, valorizando o seu património e promovendo as aldeias como lugares de visita, fazendo assim delas locais com uma população residente estável mas também com visitantes forasteiros sempre interessados em aparecer para usufruir de espaços melhorados e com eventos de carácter cultural tradicional atrativos.

## **7.2. DESENVOLVIMENTOS FUTUROS**

Este trabalho tinha como objetivo principal definir um conjunto de princípios gerais de intervenção a seguir em futuros processos de reabilitação na aldeia de Quintandona, servindo ainda de base para a recuperação de outras aldeias de xisto em Portugal. Contudo, e sendo um trabalho na ótica da promoção do projeto, torna-se importante desenvolver futuramente outros aspetos que não puderam ser abordados na presente dissertação devido à grande extensão do tema.

A metodologia proposta neste trabalho, focando essencialmente quatro grandes aspetos, como sendo o Urbanismo, a Arquitetura, a Construção e a Sustentabilidade, como já foi referido, foi preferencialmente desenvolvida no aspeto referente à Construção, ou seja, aos materiais e aos sistemas construtivos do edificado. No entanto, propõe-se a continuação desta metodologia, explorando um pouco mais os outros três aspetos.

O trabalho aqui desenvolvido, numa ótica da promoção do projeto de reabilitação para a aldeia de Quintandona e outras aldeias de xisto, poderá ser desenvolvido na vertente de projeto, detalhando a metodologia a seguir nas diversas especialidades de engenharia. Com isto, poderá ser desenvolvido um Manual de Boas Práticas contendo um conjunto de Fichas-Tipo de Intervenção de Reabilitação para os diversos elementos construtivos presentes no edificado dessas aldeias.

Para concluir, não deixa de ser igualmente importante desenvolver outros manuais de intervenção para outras aldeias, além das aldeias de xisto, visto o nosso património rural ser bastante diversificado, rico e com uma arquitetura vernacular bem patente no seu edificado.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] Comissão Europeia. *LEADER + MAGAZINE n.º 17*. 1998, Serviço das Publicações da União Europeia.
- [2] Pedroso, P. *Formação e Desenvolvimento Rural*. Celta Editores, Oeiras, 1998.
- [3] Varela, J. *A Agricultura e o Espaço Rural*. Ministério da Agricultura, Lisboa, 1992.
- [4] Cunha, L. *Economia e política do turismo*. Editora McGraw-Hill, Alfragide, 1997.
- [5] Ferrão, J. *Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro*. Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 33, 2000, pp. 45-54, ISSN 0873-6529, Lisboa.
- [6] <http://whc.unesco.org/en/about/>. 26/03/2013
- [7] Carvalho, P. *Património construído e desenvolvimento em áreas de montanha – O exemplo da Serra da Lousã*. Edição da Câmara Municipal da Lousã, Lousã, 2009.
- [8] DGADR. *Guia de Observação do Património Rural*. Direção de Serviços da Agricultura, Territórios e Agentes Rurais (DSATAR) e Equipa de Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais (EPDTR), Lisboa, 2009.
- [9] Silva, M. *Aldeias de Xisto: Construção das imagens do turismo: Caso de Estudo – Gondramaz*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Coimbra, 2009.
- [10] Correia, L. *Património e Intervenção Arquitetónica*. Prova Final de Licenciatura em Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Coimbra, 1994.
- [11] Santos, C., Saal 1974-1979, in *Habitação*, Jornal dos Arquitetos, 121, Lisboa, Mar. 1993, citado em Correia, Luís. *Património e Intervenção Arquitetónica*. Prova Final de Licenciatura em Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Coimbra, 1994.
- [12] Carvalho, P. *População, Território e Desenvolvimento. Análise a partir das aldeias serranas da Lousã*. Atas do X Encontro APDR (Demografia e Desenvolvimento Regional), Junho de 2003, Évora, Universidade de Évora.
- [13] Monteiro, Alcides A. *O que as move? Ensaio de uma tipologia sobre as iniciativas de desenvolvimento local (idl's) e as suas orientações na/ para a ação*. Atas do V Congresso Português de Sociologia - Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação, Maio de 2004, Braga, Universidade do Minho.
- [14] Henriques, José M. O programa Pobreza III, a "autodeterminação seletiva" das comunidades locais e o turismo rural na luta contra a exclusão social. In *Exclusão Social e Turismo Rural*, Comissão de Coordenação da Região Centro, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Coimbra, 1993.
- [15] Baptista, Luís V. *Territórios lúdicos (e o que torna lúdico um território): ensaiando um ponto de partida*. Fórum Sociológico, n.º 13/ 14 (2ª Serie), 2005, pp. 47-58.
- [16] Quintas, C. *O mito da interioridade - desenvolvimento local no Alentejo*. Atas do IV Congresso Português de Sociologia - Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos, Abril de 2000, Coimbra.

- [17] Long, A. e Van der Ploeg, J.D (1994), “Endogenous Development: Practices and Perspectives”, Long, A. e Van der Ploeg, J.D (eds.), *Born from Within: Practice and Perspectives of Endogenous Rural Development*, Assen: Van Gorcum.
- [18] Comissão Europeia. *LEADER + MAGAZINE n° 4*. 2006, pp. 11, Serviço das Publicações da União Europeia.
- [19] Carvalho, P. *Património, Turismo e Lazer, Temáticas e Percursos de Investigação*. EUMED (Universidade de Málaga – Espanha), Lousã, 2012.
- [20] PLAZA GUTIÉRREZ, J. *Território, geografia rural y políticas públicas. Desarrollo y sustentabilidad en las áreas rurales*. Boletín de la A.G.E., 2006, n° 41, pp. 69-95.
- [21] Carvalho, P. *Património Cultural e Trajetórias de Desenvolvimento em Áreas de Montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de Doutoramento em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005.
- [22] Dubost, M. *LEADER + MAGAZINE n° 9*. 2008, pp. 6, Serviço das Publicações da União Europeia.
- [23] Bertoncello, Rodolfo et al. *Turismo y patrimonio en Argentina. Hacia una conceptualización desde las Geografías Culturales*. Historical dimensions of the relationship between space and culture (Mauricio Abreu), 10-12 Junho 2003, Rio de Janeiro, Commission on the Cultural Approach in Geography, International Geographical Union.
- [24] Ribeiro, M., Mergulhão, L. *Turismo e desenvolvimento das regiões do interior: A perspectiva dos autarcas*. Atas do IV Congresso Português de Sociologia - Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos, 17-19 Abril 2000, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- [25] Ribeiro, J. *Turismo no espaço rural: uma digressão pelo tema a pretexto da situação e evolução do fenómeno em Portugal*. Atas do VIII Encontro Nacional da APDR: Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu (Ed. APDR), 2001, Coimbra, pp. 329-341.
- [26] Baptista, A. A ação económica das regiões. In *Regionalização e Desenvolvimento*, pp. 161-170, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1997.
- [27] Pòlese, M. *Economia Regional e Urbana – Lógica Espacial das Transformações Económicas*. Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, Coimbra, 1998.
- [28] <http://www.dgadr.pt/diversificacao/turismo-rural#Condicoes>. 10-03-2013.
- [29] Leal, C. *O turismo rural e a União Europeia, uma realidade em expansão*, Livraria Almedina, Coimbra, 2001.
- [30] Middleton, V. *Marketing in travel and tourism*. Second Edition, Butter-Worth-Heinemann, London, 1996.
- [31] Swarbrooke, J. *Sustainable Tourism Management*, CAB International, London, 1999.
- [32] Cunha, A. *A Política Agrícola Comum na era da Globalização*. Almedina, Coimbra, 2004.
- [33] [http://europa.eu/legislation\\_summaries/agriculture/general\\_framework/ag0010\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/agriculture/general_framework/ag0010_pt.htm). 12-03-2013.
- [34] World Commission on Environment and Development. *Our common future*. Oxford University Press, Oxford/New York, 1987.

- [35] Pearce, D., Barbier, E. *Blueprint for a Sustainable Economy*. Earthscan Publications Ltd, Londres, 2000.
- [36] Sachs, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. Vértice, São Paulo, 1986.
- [37] Vizinho, A. *Convergência em Meio Rural e Ecologia Urbana*. GAIA Alentejo.
- [38] Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. *Plano Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2007-2013*. CCDR-N, Setembro 2008.
- [39] Covas, A. *Política Agrícola e Desenvolvimento rural – Temas e problemas*. Colibri, Lisboa, 2004.
- [40] Mafra, F. Silva, J. *Planeamento e Gestão do Território*. SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, Porto, 2004.
- [41] OCDE. *The Hidden Threat to e-government – Avoiding Large Government it Failures*. OECD Public Management Office, Março 2001.
- [42] Fernandes, Â. *Planeamento do território e as novas Estratégias Regionais de Desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado em Inovação e Políticas de Desenvolvimento, Universidade de Aveiro, 2006.
- [43] Ferrão, J. *Uma politica regional para Portugal: sugestões para um programa de ação*, *Sociedade e Território*. Revista de Estudos Urbanos e Regionais, Nº 37/38, p. 72-79.
- [44] Pinto, A. *Pensar os Territórios Rurais - Paisagem, Planeamento e Desenvolvimento em Sever do Vouga*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, área de especialização em Ordenamento do Território e Desenvolvimento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.
- [45] Baptista, A. *Ordenamento do território e desenvolvimento dos territórios rurais*. Seminário Leader, Covilhã, 2004.
- [46] CCRC – Comissão de Coordenação da Região Centro. *Programa das Aldeias Históricas de Portugal, Beira Interior*. 2ª edição, Setembro de 1999.
- [47] Moreira, M., Camarinhas, C., Paulo, L. *Património Rural em Portugal - Um contributo para o desenvolvimento sustentado do interior português*. Projeto de Investigação, Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, Junho de 2004.
- [48] CCRC - Comissão de Coordenação da Região Centro. *Programa Operacional da Região Centro 2000/2006*. Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra, 2001.
- [49] <http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com/ahp.htm>. Consultado em Março de 2013.
- [50] <http://www.aldeiasdoxisto.pt/passeioaldeia/3/5/97/133/209/476>. Consultado em Março de 2013.
- [51] Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (AIBTPI). *Aldeia com Património - Álvaro*. Aldeias do Xisto, revista trimestral nº2 de 2004, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC).
- [52] <http://casaxine.wix.com/casaxine#!quintandona/cihc>
- [53] <http://www.cm-penafiel.pt/VSD/Penafiel/vPT/Publica/visitarpenafiel/Apresentacao/>
- [54] Freitas, V. *Manual de Apoio ao Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos*. Ordem dos Engenheiros - Região Norte, Porto, 2012.
- [55] CE, Grupo Peritos Ambiente Urbano - *Cidades Europeias Sustentáveis*. Comissão Europeia, Bruxelas, 1996.

[56] Kibert, Charles J. *Establishing Principles and Model for Sustainable Construction*. Tampa, EUA, 1994.

[57] Kibert, Charles J. *Sustainable Construction: green building design and delivery*. John Wiley & Sons, New Jersey, EUA, 2005.

## BIBLIOGRAFIA

ADXTUR. *EEC Rede das Aldeias do Xisto*. Provere, Janeiro de 2009.

Appleton, J. *Reabilitação de Edifícios Antigos e Sustentabilidade*. VI ENEEC 2010 - Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia Civil, Abril de 2010, Universidade de Évora, Évora.

Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal. *Rede das Aldeias Históricas de Portugal - Estratégia de Eficiência Coletiva e Plano de Ação*. Provere, Janeiro de 2009.

Documentação cedida pelo Presidente da Junta de Freguesia de Lagares, que inclui informação sobre a aldeia de Quintandona.

Ferreira, P. *Programa de recuperação de aldeias históricas em Portugal - Um balanço*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Junho de 2011.

Freitas, V. *Manual de Apoio ao Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos*. Ordem dos Engenheiros - Região Norte, Porto, 2012.

Mateus, R. *Avaliação da Sustentabilidade da Construção - propostas para o desenvolvimento de edifícios mais sustentáveis*. Universidade do Minho, Guimarães, 2009.

Moreira, I. *Aldeias de Xisto - Projeto para reabilitação da aldeia da Cerdeira*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Julho de 2011.

Nogueira, D. *Representações da Paisagem no Contexto do Turismo em Espaço Rural: Aldeia Rural Preservada de Quintandona*. 2011. <http://pt.scribd.com/doc/147700584/Etnografia-Quintandona>. 06-13-2012.

Paulo, L. *A reabilitação do património como fator de desenvolvimento local - o modelo de aldeia sustentável*. Dissertação de Doutoramento em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009.

Stamato, B., Moreira, R. *Desenvolvimento Rural Sustentável - Instituto Giramundo Mutuando*. Metalinguagem Comunicação, São Paulo, 2009.

## FONTES DE IMAGENS:

Fig. 2.1 - <http://www.flickr.com/photos/freecat/2425966806/>

Fig. 2.2 - <http://pygargus.blogspot.pt/2010/04/patrimonio-ruralpaisagens-culturais.html>

Fig. 2.3 - <http://www.galpenenergia.com/PT/ProdutosServicos/SolucoesPara/Paginas/Agricultura.aspx>

Fig. 2.4 - <http://ampv-vinopolis.blogspot.pt/2012/02/produtos-tradicionais-em-debate.html>

Fig. 2.5 - <http://www.infoescola.com/artes/artesanato/>

Fig. 2.6 - <http://padornelo.blogs.sapo.pt/82709.html>

Fig. 2.7 - [http://www.hardmusica.pt/noticia\\_detalhe.php?cd\\_noticia=14110](http://www.hardmusica.pt/noticia_detalhe.php?cd_noticia=14110)

Fig. 2.8 - [http://www.gpp.pt/Pac2013/Programacao/COM\\_Lisboa\\_270112.pdf](http://www.gpp.pt/Pac2013/Programacao/COM_Lisboa_270112.pdf)

Fig. 2.9 - <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=181838641967590&set=pb.150072055144249.-2207520000.1367182194.&type=3&theater>

Fig. 2.10 - [31]

Fig. 2.11 - <http://www.galpennergia.com/PT/agalpennergia/os-nossos-negocios/GasPower/Power/Renovaveis/Paginas/Energias-Renovaveis.aspx>

Fig. 2.12 - [38]

Fig. 2.13 - [42]

Fig. 3.1 - Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal. *Rede das Aldeias Históricas de Portugal - Estratégia de Eficiência Coletiva e Plano de Ação*. Provere, Janeiro de 2009.

Fig. 3.2 - Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal. *Rede das Aldeias Históricas de Portugal - Estratégia de Eficiência Coletiva e Plano de Ação*. Provere, Janeiro de 2009.

Fig. 3.3 - ADXTUR. *EEC Rede das Aldeias do Xisto*. Provere, Janeiro de 2009.

Fig. 3.4 - Correia, J. *Turismo, Património e Desenvolvimento em Ambientes de Montanha: O caso do Piódão*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.

Fig. 3.5 - [http://corbinariaphoto.blogspot.pt/2012/09/piodao\\_5.html](http://corbinariaphoto.blogspot.pt/2012/09/piodao_5.html)

Fig. 3.6 - Ferreira, P. *Programa de recuperação de aldeias históricas em Portugal - Um balanço*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Junho de 2011.

Fig. 3.7 - Google maps.

Fig. 3.8 - <http://timbirnbaum.girlshopes.com/cerdeira/>

Fig. 3.9 - Elaborado pelo autor.

Fig. 3.10 - Paulo, L. *A reabilitação do património como fator de desenvolvimento local - o modelo de aldeia sustentável*. Dissertação de Doutoramento em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009.

Fig. 3.11 - <http://www.cm-oleiros.pt/conteudos/73/86/>

Fig. 3.12 - Paulo, L. *A reabilitação do património como fator de desenvolvimento local - o modelo de aldeia sustentável*. Dissertação de Doutoramento em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009.

Fig. 4.1 e 4.2 - PowerPoint de apresentação da Aldeia de Quintandona, fornecido pelo Presidente da Junta de Freguesia de Lagares.

Fig. 4.3 - Documento de apresentação do Centro Cultural - Casa do Xiné, fornecido pelo Presidente da Junta de Freguesia de Lagares.

Fig. 4.4 -

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.10151035118208869.423410.111973143868&type=3>

Fig. 4.5 - Documentos da Ader-Sousa, fornecidos pelo Presidente da Junta de Freguesia de Lagares.

Fig. 4.6 - Documentos fornecidos pelo Presidente da Junta de Freguesia de Lagares.

Fig. 4.7 - Adaptada de:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=476478345717701&set=a.476476909051178.111467.10000666202743&type=1&theater>

Fig. 4.8 - Do autor.

Fig. 4.9 - <https://www.facebook.com/pages/Casa-da-Vi%C3%BAva-Quintandona/152501234778513>

Fig. 4.10 - Adaptada de: Planta Topográfica fornecida pelo senhor Ricardo Soares, funcionário da Câmara Municipal de Penafiel.

Fig. 4.11 - Documentos da Ader-Sousa, fornecidos pelo Presidente da Junta de Freguesia de Lagares.

Fig. 4.12, 4.13 e 4.14 - Do autor.

Fig. 4.15 - <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=181838641967590&set=pb.150072055144249.-2207520000.1367182194.&type=3&theater>

Fig. 4.16 - Documentos fornecidos pelo Presidente da Junta de Freguesia de Lagares.

Fig. 6.1 - Do autor.

Fig. 6.2, 6.3 e 6.4 - Adaptada de: Planta Topográfica da aldeia de Quintandona fornecida pelo Sr. Ricardo Soares, funcionário da Câmara Municipal de Penafiel.

Fig. 6.5, 6.6 e 6.7 - Do autor.

Fig. 6.8, 6.9 e 6.10 - Projeto de Arquitetura do Hotel Rural fornecido pelo Sr. Jorge Melo.

#### **SITES CONSULTADOS:**

[http://ec.europa.eu/agriculture/rurdev/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/agriculture/rurdev/index_pt.htm)

<http://www.aldeiasdeportugal.com.pt>

<http://www.adersousa.pt/>

<http://www.quintandona.com>

<http://casaxine.wix.com/casaxine#>

<http://casadoxine.org/>

<http://www.comodeantes.com/>

<https://www.facebook.com/Valxisto>

## **ANEXOS**

**A1 - REGISTO FOTOGRÁFICO DA INTERVENÇÃO EM QUINTANDONA (ANTES E APÓS A INTERVENÇÃO)**

**A2 - REGISTO FOTOGRÁFICO DA CASA DA VIÚVA**

**A3 - REGISTO FOTOGRÁFICO DA CASA DA VIÚVA - FOTOS REPRESENTATIVAS DOS SISTEMAS CONSTRUTIVOS**





**A1 - REGISTO FOTOGRÁFICO DA INTERVENÇÃO EM QUINTANDONA (ANTES E APÓS A INTERVENÇÃO)**



Proprietário: Abel M. Leão



Proprietário: Alberto Paulo M. Leão



Proprietário: Arminda Trigueira



Proprietário: Ana Maria Pinto 2



Proprietário: Ana Maria Pinto 1





Proprietário: José Fernando Baltazar M. Sousa



Proprietário: M<sup>a</sup> Filomena Leão





Proprietário: M<sup>a</sup> Goreti Moreira Cardoso



Proprietário: M<sup>a</sup> Quitéria Leão





Proprietário: M<sup>a</sup> Quitéria Leão



Proprietário: M<sup>a</sup> Rosa Moreira Coelho





Proprietário: Macedo & Magalhães II – 2003100044365



Proprietário: Manuel Soares Ribeiro







Proprietário: Maria Lucinda Martins











Trabalhos efetuados pela Câmara Municipal de Penafiel

## A2 - REGISTO FOTOGRÁFICO DA CASA DA VIÚVA



Vista geral do complexo rural - Casa da Viúva



Entrada principal (14) pela Rua de Quintandona



Porta da entrada principal vista pelo interior



Vista exterior da casa principal (1) a partir do terreno anexo à casa (13)



Casa, palheiro e espigueiro - imagem do conjunto





Palheiro (3)



Espigueiro (2)



Eira (4)



Pátio Interior, também designado por Eido (5)



Cozinha Tradicional (10)



Cozinha Tradicional (10), saída para o Pátio (5)



Adegas (9)



Anexo à cozinha (11)



Lagar do vinho (8)





Estábulo (7)



Galinheiro e porta de acesso ao terreno da casa



Anexos e zona do tanque (6)



Imagem que demonstra os aumentos(em altura) feitos à casa (12)

### **A3 - REGISTO FOTOGRÁFICO DA CASA DA VIÚVA - FOTOS REPRESENTATIVAS DOS SISTEMAS CONSTRUTIVOS**



Imagem da parede exterior (xisto, granito amarelo e caixilharia em madeira)



Sobrados (vigas, tarugos e pavimento em madeira)



Pavimento do piso superior em madeira





Pavimento térreo da cozinha (madeira e lajeada de granito)



Teto em madeira (forro)



Cobertura do palheiro com asna tradicional em madeira



Cobertura da casa em telha com beirado em ardósia



Chaminé da cozinha pertencente ao aumento da casa



Beirados com placas de ardósia ou com as telhas



Divisórias interiores em tabique



Paredes interiores no R/C em xisto / Cobertura em madeira e telha vã



Parede exterior, tabique e forro de teto



Pormenor de rufo



Caixilharia exterior vista por dentro / portadas em madeira



Caixilharia em madeira (formato guilhotina) / postigo envidraçado da cave





Porta interior em madeira



Escadas exteriores



Instalação elétrica relativamente recente



Retrete da habitação na parte mais recente



Águas pluviais - solução na parte mais recente